

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E  
CULTURA NA AMAZÔNIA - PPGSCA**

**VIDA RIBEIRINHA NO LAGO CURURU  
TERRITORIALIDADE, FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USOS DOS  
TERRITÓRIOS NO BAIXO SOLIMÕES (AM)**

**CLOVES FARIAS PEREIRA**

**MANAUS - AM  
2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E  
CULTURA NA AMAZÔNIA - PPGSCA**

**CLOVES FARIAS PEREIRA**

**VIDA RIBEIRINHA NO LAGO CURURU  
TERRITORIALIDADE, FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USOS DOS  
TERRITÓRIOS NO BAIXO SOLIMÕES (AM)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski

MANAUS - AM  
2007

Ficha Catalográfica

Catálogo na Fonte pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Amazonas

Pereira, Cloves Farias

P436v

Vida ribeirinha no lago Cururu: territorialidade, formas de apropriação e uso dos territórios no baixo Solimões (AM) / Cloves Farias Pereira. - Manaus: UFAM, 2007.

200 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, 2007.

Orientadora: Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski

1. Ocupação territorial 2. Modo de vida ribeirinha 3. Territorialidade I. Título

CDU 341.411(811.3)(043.3)

**CLOVES FARIAS PEREIRA**

**VIDA RIBEIRINHA NO LAGO CURURU  
TERRITORIALIDADE, FORMAS DE APROPRIAÇÃO E USOS DOS  
TERRITÓRIOS NO BAIXO SOLIMÕES (AM)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovada em 14 de Setembro de 2007

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Witkoski  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dr. Carlos Edwar de Carvalho Freitas  
Universidade Federal do Amazonas

---

Prof. Dra. Edna Alencar  
Universidade Federal do Pará

MANAUS - AM  
2007

*À minha mãe, Maria das Graças Leão de Farias,  
pelo desafio de sair da abundância do “mato” para  
sofrer na cidade, mas perto de uma escola.*

## AGRADECIMENTOS

Aos ribeirinhos do lago Cururu, pela paciência e confiança. Em especial Canindé, Chico Vaz, Velho, Naldo, Helena, Ari, Mazinho, Seu Marco, Lucimar, Joel, Ari, Alexandre, Dete Mateiro, Jair, Lila, Goiaba, Francisca, Sabá, Maria Diniz e Paulo Coelho, que nada mais fiz do que escrever os ensinamentos de vocês para concretização da pesquisa.

Ao grande Dr. Antonio Carlos Witkoski, o maior dos meus agradecimentos. Desde que foi convidado a me orientar, não mediu esforços para discutir comigo questões relevantes ao tema da pesquisa, sempre incentivando a reflexão antropológica no ato de escrever, mas dando-me a liberdade necessária para a imaginação sociológica.

Ao Prof. Dr. Gregory Prang, pelo incentivo à leitura acadêmica, clareza nos momentos difíceis da dissertação, uma contribuição importante nos assuntos antropológicos.

Às “meninas do mestrado”, especialmente Deise Nilceane (minha irmã de afinidade), Thais Breaneze, Francenilda Gualberto, Elane Gerente, Márcio Galvez e Davi Leal, pelos nossos meses de estudos e discussão, divergência e convergência, companheirismo e amizade.

Aos queridos Vandick Batista, Nídia Fabr e, Cristiano Gonçalves, Michele Pedroza, Nailson Nina, Rafaela, Leucy Cutrim, Valdelira, Socorro Moraes, Aline, Gláucia Bara una, Fernandes Barros, Samantha Aquino, Liane Galvão, Clayton, Luana Mesquita, Eduardo Tora, Francisca, Tony Porto, L gia, Larissa Torres, Keid Nolan, Lenize Ara ujo e Ivanildo, com quem aprendi o verdadeiro significado da cooperao e do espírito Pyr .

Aos amigos que leram e fizeram sugestão, Lúcia Helena, José Enos, Therezinha Fraxe e Gisele Teixeira, pessoas especiais.

Meu maior débito, no entanto, vem de longa data. É para com a minha noiva Suzy Cristina Pedroza da Silva, minha companheira e minha amiga, que me forneceu as condições materiais e simbólicas necessárias para a consolidação desse empreendimento.

Ao Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da várzea PYRÁ, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que disponibilizou a sua infra-estrutura para a realização da dissertação. Além disso, o convívio com os *Pyrados* multidisciplinares foi fundamental para vivência de valores como cooperação, solidariedade e perseverança – espírito PYRÁ.

À Universidade Federal do Amazonas, instituição de grande valor para a região, pela oportunidade de fazer-me sentir um amazônida.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de estudos concedida durante o Mestrado.

## RESUMO

Os recursos naturais são fundamentais para a existência dos ribeirinhos na Amazônia, são comumente apropriados dos territórios pertencentes às comunidades que distribuem entre os seus membros os recursos naturais necessários para a reprodução social dos seus modos de vida. Todavia um dos problemas enfrentados pelos ribeirinhos é justamente a questão do uso concomitante de territórios com grupos sociais que não fazem parte de suas relações sociais. Assim, nossa contribuição vem no sentido de compreendermos como é firmada a vida dos ribeirinhos das comunidades do lago Cururu, procuramos mostrar que a apropriação dos recursos naturais é resultado do processo de territorialidade. O estudo foi realizado no município de Manacapuru – Amazonas, em três comunidades localizadas no lago Cururu; distribuídas espacialmente em 28 grupos domésticos na Divino Espírito Santo, 15 grupos domésticos na São João dos Cordeiros e 12 grupos domésticos na São Francisco do Cururu. Para o levantamento das informações sobre as práticas produtivas foram tomados como base os procedimentos teórico-metodológicos da hermenêutica cultural. A pesquisa foi realizada por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado, sendo igualmente relevante a utilização do banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea, da Universidade Federal do Amazonas. As informações permitiram constatar que a territorialidade é expressa pelo conhecimento local dos ribeirinhos no uso dos ambientes de terra firme, várzea e várzea alta; nas formas de apropriação dos recursos naturais e nas relações sociopolítica que permitem a divisão do lago Cururu em comunidades diferenciadas.

**Palavras-Chave:** Modo de vida ribeirinha, Formas de apropriação e usos dos territórios e Territorialidade.

## ABSTRACT

Natural resources are fundamental for the existence of dwellers in Amazonia, they are usually appropriated from territories that belong to communities which share with their members the natural resources necessary to their way of living. However, one of the problems the dweller face is exactly the concomitant use of territory among other social groups that do not make part of their social relationships. Thus, our contribution comes in the sense of understanding the way the dwellers' life is settled in the communities of Cururu Lake, we intend to show that the appropriation of natural resources is a result of the process of territoriality. This study was carried out in Manacapuru municipality, Amazonas, in three communities located in Cururu Lake; spatially distributed in 28 domestic groups in "Divino Espírito Santo", 15 domestic groups in "São Francisco do Cururu". In order to collect the information about their productive practices we took as base the theoretical-methodological procedures of the hermeneutical culture. The research was performed through a semi-structured interview script, being also very relevant the use of the data bank of the "Programa Integrado de Recursos Aquáticos" (Integrated Program of Aquatic Resources) from "Universidade Federal do Amazonas". The information collected allowed us to see that territoriality is expressed by the local knowledge of the dwellers through the use of the environments of *terra firma*, low-land and high-land areas; in the ways of appropriation of the natural resources and through the sociopolitical relationships which acknowledge the division of the Cururu Lake into differentiated communities.

**Key-words:** riverine way of life, ways of appropriation and the use of territories and territoriality.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização das comunidades São Francisco do Cururu, São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo, onde foram realizadas as pesquisas de campo. ....	6
Figura 02 – Mapeamento participativo dos territórios através da imagem de satélite.....	9
Figura 03 – Arquitetura das casas construídas na várzea. ....	16
Figura 05 – Situação do lago Cururu na estação da cheia, em 14 de maio de 2006. Nota-se a situação do nível da água. Observe a casa flutuante, à direita da fotografia, próximo da restinga baixa.....	26
Figura 06 – O mesmo local na estação da seca, em 22 de outubro de 2006. Nota-se no centro da fotografia, a casa flutuante construída sobre troncos de árvores que são postos propositalmente no encharcado, a fim de evitar o seu apodrecimento. Observe a depressão que marca, neste ponto, o Braço do Divino.....	26
Figura 07 – As comunidades são servidas por embarcações de rabeta que transportam passageiros, volumes e mercadorias. ....	29
Figura 08 – Algumas casas são abandonadas na estação da cheia, o que se percebe que o terreno está localizado na área baixa – comunidade São Francisco Cururu. ....	29
Figura 09 – O acesso às comunidades é dificultado durante a estação em que as águas baixam – Braço do Lago .....	30
Figura 10 – Aspectos gerais do lago Cururu na estação da seca – Braço do Cururu.....	31
Figura 11 – Nota-se a existência da vegetação nas áreas mais baixas no lago Cururu.....	31
Figura 12 – Ribeirinhos pescando no poço ou poção do lago Cururu, em 22 de outubro de 2005. Observe o nível da água diante da depressão do Braço da Terra Preta – comunidade São Francisco do Cururu.....	33
Figura 14 – Situação do nível da água na estação da seca. A obtenção de água para o consumo humano e animal é realizada em poços abertos pelos ribeirinhos, denominado localmente de cacimbas – comunidade São Francisco do Cururu. ....	35
Figura 15 – A obtenção da água na estação da enchente também é um problema. Nota-se aqui o ribeirinho retirando água da cacimba – comunidade São Francisco do Cururu. ....	35
Figura 16 – A todas as comunidades se chega caminhando, em viagens que variam de 1 a 5 horas. ....	37
Figura 17 – Na estação da seca, a vida do ribeirinho é dificultada no transporte das mercadorias. ....	37

Figura 18 – Na estação em que as águas baixam, as rabetas são conduzidas por arrasto até o lago Cururu. ....	38
Figura 19 – Arquitetura do domicílio dos ribeirinhos. ....	59
Figura 20 – Palha utilizada na cobertura do domicílio. ....	60
Figura 21 – Ribeirinho sentado na proa da canoa percorrendo o igapó. ....	66
Figura 22 – Ribeirinho amolando o terçado para torná-lo mais cortante. ....	66
Figura 23 – Adaptado de Canto (2001) sobre os detalhes das posições de subida no açazeiro. ..	68
Figura 24 – Ribeirinho debulhando os caroços do açaí. ....	70
Figura 25 – Jovem em direção as porções de várzea alta para caçada. ....	79
Figura 27 – Ribeirinho localizando a distância do tatu. ....	82
Figura 27 – Paca presa na malhadeira, sendo capturada com muita persistência e sabedoria. ....	75
Figura 28 – Ribeirinha preparando a paca. ....	82
Figura 29 – Manivas conservadas na plataforma suspensa, o jirau. ....	94
Figura 30 – Note-se a conservação das manivas no canto esquerdo da imagem, em cima dos troncos flutuantes. ....	94
Figura 31 – Ribeirinho capinando a roça de mandioca. ....	97
Figura 32 – Ribeirinho montando o feixe de malva. ....	100
Figura 33 – Ribeirinho puxa a fibra para que desprenda das hastes. ....	101
Figura 34 – Ribeirinho puxa a fibra para que desprenda das hastes. ....	101
Figura 35 – A fibra já disposta no fardo de 50 quilos. ....	102
Figura 36 – Espingarda sob domínio do grupo doméstico que pode ser utilizar nos momentos oportunos para a captura de aves. ....	107
Figura 37 – Ribeirinho verifica a malhadeira próximo da vegetação flutuante. ....	116
Figura 38 – Ribeirinho pesca com tarrafa no canal dos Cordeiros, estação da seca. ....	118
Figura 39 – Patrão recolhimento da produção do açaí na casa do ribeirinho. ....	128
Figura 40 – Sacas com açaí sendo embarcadas no barco recreio na margem do rio Solimões. ...	128
Figura 41 – Agente da comercialização efetuando o pagamento da produção do açaí. ....	130

Figura 42 – Carregador retira as sacas de açaí do interior do barco recreio.....	130
Figura 43 – Área de roça e pousio indicam os terrenos para fins agrícolas.....	148
Figura 44 – Delimitação dos territórios de extração de açaí no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades. ....	153
Figura 45 – Delimitação dos territórios de pesca no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades. ....	158
Figura 46 – Delimitação dos territórios de pesca na seca.....	162
Figura 47 – Delimitação dos territórios de caça lago Cururu, indicando o acesso das comunidades. ....	165
Figura 48 – Delimitação dos territórios de madeira no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades. ....	169
Figura 49 – Delimitação dos territórios de palha no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades. ....	171

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Calendário das atividades econômicas, de acordo com a variação sazonal do nível da água.....	27
Gráfico 02 – Frequência relativa dos motivos da mudança para o lago Cururu.....	45
Gráfico 03 – Formas de uso das espécies florestais em todas as estações do ano.....	57
Gráfico 04 – Extrativismo do açaí na área de estudo.....	64
Gráfico 05 – Diversidade da fauna capturada pelos ribeirinhos do lago Cururu.....	73
Gráfico 06 – Animais mais capturados pelos ribeirinhos nas duas estações do ano. ....	74
Gráfico 07 – Calendário da distribuição dos animais capturados no lago Cururu.....	76
Gráfico 08 – Distribuição dos principais cultivos, por comunidade, no lago Cururu. ....	88
Gráfico 09 – Calendário das atividades agrícolas das comunidades do lago Cururu. ....	95
Gráfico 10 – Distribuição das principais espécies de aves citadas no lago Cururu.....	106
Gráfico 11 – Espécies mais capturadas para o consumo. ....	109
Gráfico 12 – Nível do rio e sucesso da pesca por cada estação do ano. ....	110
Gráfico 13 – Importância dos ambientes de pesca. ....	111
Gráfico 14 – Distribuição dos apetrechos de pesca utilizados na estação cheia e seca. ....	120
Gráfico 15 – Métodos de conservação do pescado por comunidade do lago Cururu.....	123
Gráfico 16 – Local de comercialização da produção.....	136

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Produtos que contribuíram na composição da renda total de D. F. C., ribeirão da comunidade Divino Espírito Santo.....	134
Tabela 02 – Produtos que contribuíram na composição da renda total de F. V. C., ribeirão da comunidade São João dos Cordeiros.....	134
Tabela 03 – Produtos que contribuíram na composição da renda total de F. S. F, ribeirão da comunidade São Francisco do Cururu.....	134

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Classificação dos sistemas lacustres. ....	13
Quadro 02 – Origem, motivos da mudança e tempo de moradia no lago Cururu. ....	46
Quadro 03 – Espécies florestais citadas de acordo com as formas de uso. ....	62
Quadro 04 – Espécies florestais mais citadas por comunidade de acordo com sua importância. .	63
Quadro 05 – Distribuição das espécies de mamíferos capturadas por comunidades na cheia. ....	78
Quadro 06 – Instrumentos de trabalho usados pelos ribeirinhos no processo de trabalho na roça. .....	87
Quadro 07 – Distribuição das atividades necessárias para os ribeirinhos produzirem a farinha de mandioca. ....	98
Quadro 08 – Distribuição das espécies capturadas por ambientes de pesca. ....	112
Quadro 09 – Distribuição da captura das espécies por apetrecho de pesca. ....	114
Quadro 10 – Destino dos produtos extrativos ou agrícola para fins de subsistência ou comercialização. ....	126

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	ii
ABSTRACT.....	v
LISTA DE GRÁFICOS .....	ix
LISTA DE GRÁFICOS .....	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
INTRODUÇÃO .....	1
MOTIVAÇÕES DA PESQUISA .....	2
ÁREA DE ESTUDO .....	4
METODOLOGIA E O TRABALHO DE CAMPO .....	7
CAPÍTULO I - HISTÓRIA AMBIENTAL DO LAGO CURURU .....	11
1.1 ECOLOGIA DO LAGO CURURU .....	12
1.2 TEMPO ECOLÓGICO NO LAGO CURURU .....	24
1.3 O TEMPO DOS NOSSOS PAIS: VOZES DA OCUPAÇÃO HUMANA E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO LAGO CURURU .....	40
CAPÍTULO II - EXTRATIVISMO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO LAGO CURURU .....	53
2.1 FLORESTA DE TRABALHO .....	56
2.1.1 Extrativismo vegetal .....	57
2.1.1.1 Açaí .....	63
2.1.2 Extrativismo animal .....	72
2.1.2.1 Caça .....	72
2.2 TERRA DE TRABALHO .....	84
2.2.1 Práticas da agricultura.....	84
2.2.2 A malva.....	99
2.3 ÁGUA DE TRABALHO.....	105
2.3.1 Extrativismo animal.....	105
2.3.1.1 Caça .....	105
2.3.1.2 Pesca .....	107
2.4 SUBSISTÊNCIA OU COMERCIALIZAÇÃO .....	125
CAPÍTULO III.....	137
EXPRESSÕES DA TERRITORIALIDADE .....	137
3.1 A CONSTRUÇÃO DO LAGO CURURU EM TERRITÓRIOS.....	138
3.3 USO PRIVADO DA <i>TERRA DE TRABALHO</i> .....	147
3.4 USO COMUM DA <i>FLORESTA</i> E DA <i>ÁGUA DE TRABALHO</i> .....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	176
APÊNDICES	

# INTRODUÇÃO

A escolha das comunidades do lago Cururu, Município de Manacapuru, Estado do Amazonas, deve-se ao fato de que nelas predominam relações sociopolíticas que fazem com que os ribeirinhos<sup>1</sup> afirmem territorialidades específicas.

A categoria territorialidade se configura como um importante referencial, rico ingrediente para uma reflexão sobre as múltiplas estratégias e orientações que os ribeirinhos da várzea acionam para organizar determinado espaço em territórios nitidamente delimitados. Neste estudo, a territorialidade trata das dimensões sociopolíticas, em que os ribeirinhos se apropriam de recursos naturais necessários à manutenção do modo de vida no lago Cururu.

A territorialidade se constrói pelo processo sociopolítico e pelas formas de apropriação dos recursos naturais que vão predominar no lago Cururu, a partir da década de 40 até o presente. É possível afirmar que os ribeirinhos se encarregam de quase toda a produção extrativa e agrícola. Nas primeiras décadas de ocupação, esboçada pelos ribeirinhos, o lago é um lugar com atividades produtivas condicionadas na sua maioria para a pesca comercial. Atualmente, os ribeirinhos do lago Cururu são reconhecidos como importantes produtores de açaí.

O processo de constituição da territorialidade dos ribeirinhos residentes nas comunidades do lago Cururu e a organização de suas atividades produtivas, proposta deste estudo, implicam as discussões de quatro questões: a) o conhecimento sobre os ecossistemas; b) o processo sociopolítico das comunidades, anunciado na própria história dos ribeirinhos; c)

---

<sup>1</sup> Adotamos neste trabalho a terminologia ribeirinho. Referindo -se às populações que habitam a várzea do rio Solimões, gerem fatos constritivos à reprodução econômica e social, ao mesmo tempo em que são pressionados a intensificar a dependência mercantil para atender ao consumo produtivo e improdutivo. Adotam formas de gestão de usos diferenciados e sazonais dos recursos naturais, em face dos períodos de cheia e vazante do rio, organizam a oferta de produtos mercantins segundo a pulverizada concorrência dos demais produtores e dos atravessadores; defrontam-se com a contenção de rendimentos financeiros dos consumidores (cidadãos); e empenham-se em diminuir custos de transporte das mercadorias (NEVES, 2003, p. 47).

as formas de apropriação dos recursos naturais e, d) as delimitações dos territórios comunitários.

O objeto de estudo da presente pesquisa foi compreendermos como é firmada a vida dos ribeirinhos em três comunidades no lago Cururu através do seu processo de territorialidade, cristalizada nas formas de apropriação dos recursos naturais necessários para reprodução social do modo de vida e sua expressão nos territórios.

### **MOTIVAÇÕES DA PESQUISA**

O caminho percorrido como aluno de pós-graduação, desde a primeira versão do projeto, envolve sentimentos de conflito e angústia, certeza e dúvida, escrever e reescrever. As orientações, palestras, aulas, livros, periódicos, dissertações, teses, bares, botecos e outros, foram cruciais para a depuração de objetivos amplos e desejos de originalidade. Aprendido arduamente que a pesquisa está nas perguntas simples, mas é preciso estar atento às diferentes respostas e leituras para compreendê-las.

A escolha do tema está relacionada a duas razões. A primeira é pessoal, nasci no centro da mata, em um assentamento no Furo do Livramento, comunidade Canarana, no município de Maués, Amazonas. Compreendo apenas hoje o ir e vir dos meus pais rumo à cidade, enfrentando sol e chuva, com ou sem dinheiro, liderando os ribeirinhos na formação da comunidade ou na defesa dos lagos comunitários. Lembro quando mencionavam que o fruto daqueles momentos era para aqueles que iriam nascer.

A segunda razão é teórica. O estudo tinha como ponto de partida que as atividades produtivas são norteadas por uma dimensão simbólica, que se converte em representações sociais por meio de uma sistematização de elementos significativos da natureza (GODELIER, 1981; WOORTMANN & WOORTMANN, 1997). A outra questão é o processo de territorialidade que, inicialmente se organiza como um empreendimento humano,

incorporando aspectos da identidade, status e prestígio para o estabelecimento, posse e defesa dos territórios, construído através das relações sociais pelo acesso aos recursos naturais (GODELIER, 1981; MALDONADO, 1993).

Muitos foram os amigos que contribuíram com o meu aprendizado, não teria como nomeá-los. Cito apenas o Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambiental e Desenvolvimento de Tecnologia Apropriada na Amazônia – INTERAÇÃO/UFAM e o Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM. Comentarei apenas o PYRÁ, responsável diretamente pela escolha do tema. *Pyrados* pelo trabalho comunitário, cúmplice em vários momentos e contextos, valorização e exigência (em *portunhol*) de respostas que contradigam o que está escrito.

Nosso primeiro contato com os ribeirinhos do lago Cururu se deu através de um programa de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Amazonas, o PYRÁ (Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea) que, naquele momento desenvolvia ações de construção do acordo de pesca e fortalecimento institucional das organizações comunitárias. A primeira viagem ao lago Cururu aconteceu em 2003, quando entrei em contato com os ribeirinhos da comunidade São Francisco do Cururu. No ano seguinte, passei a acompanhar o processo de fortalecimento institucional das associações, através das reuniões, capacitação e outras atividades desenvolvidas nas comunidades.

Conviver nos domicílios dos ribeirinhos no lago Cururu, conversando e aprendendo, olhando práticas humanas e ouvindo visões de mundo, presenciando atos de resistência em oposição ao marreteiro, numa perspectiva local de reprodução social de um modo de vida singular, foi uma experiência enriquecedora.

## ÁREA DE ESTUDO

Este estudo foi realizado nas comunidades São Francisco do Cururu, São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo no lago Cururu, todas localizadas na zona rural do município de Manacapuru, que se encontra localizada a 68 km de Manaus. Abrange uma área total de 7.335 km<sup>2</sup>, dividido entre zonas urbana e rural compreendendo um total de 73.695 habitantes.

No lago Cururu foram formadas as três comunidades, cujo número de grupos domésticos ao certo podemos arriscar um estimativa de 55 domicílios, com base em informações obtidas no Censo Participativo Rápido. Além das três comunidades do lago Cururu, coletei dados sobre uma comunidade na margem do rio Solimões, São Francisco do Parauá. Os membros dessa comunidade são visitantes assíduos do Braço da Terra Preta.

A maioria dos domicílios é construído com paredes e assoalhos de madeira, cobertos com alumínio, próximos um dos outros, alinhados de frente para o lago Cururu; outros estão espalhados espacialmente de forma linear, à direita ou à esquerda, ou nos dois sentidos concomitantes.

A comunidade Divino Espírito Santo está localizada no Braço do Divino. Os 28 grupos domésticos estão espalhados nas duas margens. A maioria dos domicílios é submetido sazonalmente à inundação das águas provenientes do rio Solimões. Contudo, os terrenos no entorno dos domicílios são constituídos por ambientes de várzea, em uma região que compreende porções de terra que são alagadas no período da enchente independente da intensidade da subida das águas.

A comunidade São João dos Cordeiros está localizada no Braço dos Cordeiros, sendo composta por 15 grupos domésticos, distribuídos nas duas margens do Braço dos Cordeiros e nos igarapés associados (**Figura 01**). Situa-se no ambiente de várzea, assim as palafitas são construídas levando em consideração a flutuação da água.

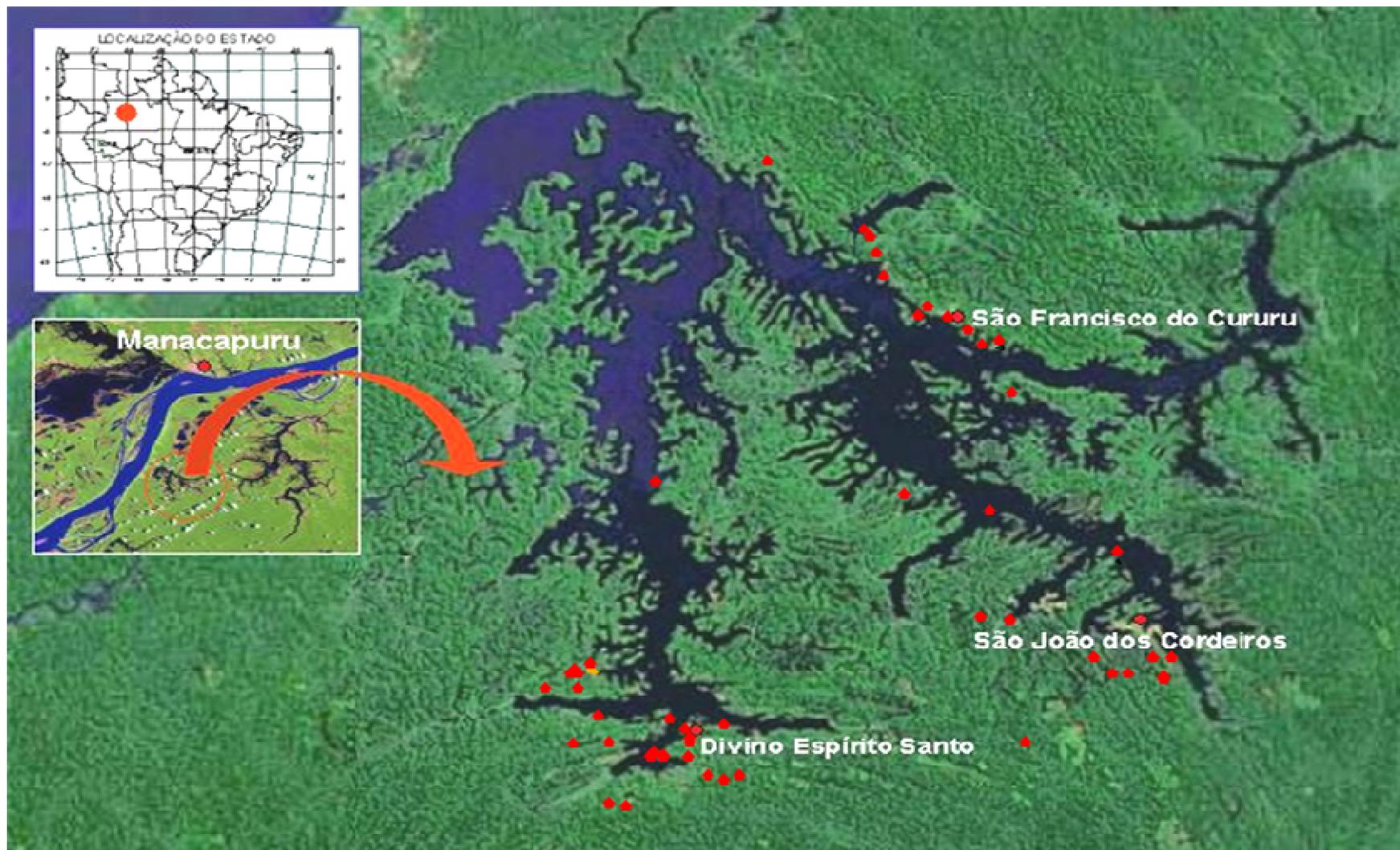
A comunidade São Francisco do Cururu está diretamente localizada no Braço do Cururu. Constituída por 12 grupos domésticos que moram em palafitas (**Figura 01**). A comunidade se situa na várzea, sofrendo influência sazonal da água.

É na comunidade<sup>2</sup> que os ribeirinhos partilham um mesmo local de domicílio, onde as relações sociais são mais amplas. No primeiro momento, não é possível identificar as comunidades, sendo possível perceber, depois do conhecimento das redes de parentesco e vizinhança, que aquele espaço, visivelmente descontínuo, é a base das relações sociais solidamente estruturadas. Cada comunidade tem uma história particular, com territórios particulares.

O termo comunidade, neste trabalho, tem o mesmo significado utilizado por Lima e Alencar (2000), que se referem ao local onde ocorre a fixação de um determinado número de domicílios. A comunidade são assentamentos maiores, com 13 domicílios em média, que recebem essa denominação por causa da implantação de uma organização política formal que é baseada no modelo sugerido pelo Movimento de Organização de Base (MEB) a partir do final dos anos 60.

---

<sup>2</sup> O conceito de comunidade possui um sentido relacional e remete não apenas ao aspecto material, mas também ao simbólico; remete a regras, valores e códigos morais e fornece elementos para a construção de um sentido de identidade aos seus membros. Sua ênfase é sobre os aspectos simbólicos das fronteiras que constituem uma comunidade (COHEM, 1985 *Apud* ALENCAR, 2005, p. 83).



**Figura 01** – Localização das comunidades São Francisco do Cururu, São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo, onde foram realizadas as pesquisas de campo.

**LEGENDA:**  Domicílios dos grupos domésticos

**FONTE:** Modificado de [www.googleearth.com](http://www.googleearth.com)

## **METODOLOGIA E O TRABALHO DE CAMPO**

A pesquisa de campo foi realizada por meio do método etnográfico. A opção pela etnografia teve como propósito converter o observador em parte da observação, na medida em que reinterpreta as representações sociais dos informantes através do seu enfoque interpretativo, ou seja, transformar o exótico em familiar e/ou transformar o familiar em exótico (DAMATTA, 1987).

Geertz (1989) encara o trabalho etnográfico sob a seguinte perspectiva:

Fazer a etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989, p. 20).

O estudo etnográfico se revela um método de observação mais eficiente pela intensidade do trabalho de campo que permite apreender os significados das práticas e representações sociais, ou seja, “começamos com as nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes ou que achamos que eles pretendem, e depois passamos a sistematizá-los” (GEERTZ, 1989, p. 7).

Para Geertz (1989) o trabalho etnográfico enfrenta as seguintes dificuldades:

É uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo os mais rotineiros (p. 7).

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico, leitura sobre o tema e as pesquisas de caráter mais específico/regional, o que nos forneceu uma compreensão prévia das atividades produtivas dos ribeirinhos.

Os dados de campo foram coletados em dois períodos: o primeiro, de novembro a dezembro de 2005, quando entramos em contato com 05 grupos domésticos da comunidade São João dos Cordeiros, 08 da comunidade São Francisco do Cururu e 05 da comunidade Divino Espírito Santo. Nesse período, o lago estava na época mais seca do ano, sendo possível o acesso aos domicílios depois de uma série de caminhadas para realização das entrevistas.

De maio a agosto de 2006, voltamos para a coleta de dados, entramos em contato com 28 grupos domésticos da comunidade Divino Espírito Santo, 15 da São João dos Cordeiros e 12 da São Francisco do Cururu. A segunda série de entrevistas foi realizada junto à totalidade dos ribeirinhos entrevistados na primeira viagem. Foi necessária a utilização de um roteiro de entrevista semi-estruturado, elaborado com informações do trabalho de campo realizado na primeira viagem (**Apêndice 02**).

Utilizamos a observação participante, que permitiu descrever nos cadernos de campo as observações *in loco*. Cardoso de Oliveira (2000) afirma que o ato de escrever o caderno de campo é tarefa diária – no final do dia – após visitas aos grupos domésticos, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar, é um caminho metodológico que marca o fazer antropológico.

Outra abordagem de estudo foi a história oral (LANG, 2001), ferramenta metodológica que permite que as informações sejam obtidas por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturada. O objetivo da abordagem era obter informações primárias sobre o conhecimento do tempo presente e passado dos ribeirinhos. As narrativas foram gravadas em uma situação de entrevista, permitindo, através de sua transcrição, a construção de um documento que, posteriormente, foi analisado.

Foi igualmente relevante a utilização do banco de dados do Programa Integrado de Recursos Naturais e da Várzea – PYRÁ/UFAM (1998-2006), que foi atualizado com informações recolhidas por meio do formulário socioeconômico (**Apêndice 01**).

Em janeiro de 2007, realizamos uma oficina de mapeamento participativo dos recursos naturais na comunidade São João dos Cordeiros, envolvendo ribeirinhos das três comunidades. Na oficina foi realizado o mapeamento dos recursos naturais com uso de imagens de satélite (**Figura 02**).



**Figura 02** – Mapeamento participativo dos territórios através da imagem de satélite.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2007.

As informações geradas na oficina de mapeamento participativo foram inseridas no Sistema de Informações Geográficas – SIG, um sistema de informação digital que permite ao usuário capturar, modelar, analisar e apresentar informação georreferenciada. O uso do SIG permite a representação visual dos territórios através dos mapas. As informações contidas nas folhas de papel vegetal (A3), colhidas durante as oficinas, foram escaneadas no formato TIF e

georreferenciadas. Em seguida, essas imagens foram digitalizadas no software ArcView 3.2a, que serviram de base para elaboração dos mapas temáticos.

O procedimento de estruturar o programa de acordo com a metodologia da oficina de mapeamento participativo dos recursos naturais. O programa gerou uma série de mapas sobre a distribuição da ocorrência dos recursos naturais onde os ribeirinhos desenvolvem a agricultura e o extrativismo vegetal e animal. O resultado do uso desta metodologia propiciou a constituição de três capítulos. O primeiro capítulo, **História Ambiental do Lago Cururu**, apresenta-se dividido em três seções.

Na primeira seção, **Ecologia do lago Cururu** foi feito um mapeamento dos ecossistemas existentes no lago Cururu a partir de contribuições de importantes ribeirinhos. A segunda seção, **Tempo ecológico no lago Cururu**, procurou caracterizar o tempo ecológico que tem uma gama de significados dentro do universo de valores dos ribeirinhos. Finalmente, a terceira seção, **O tempo dos nossos pais: vozes da ocupação humana e apropriação dos recursos naturais no lago Cururu**, corresponde à concepção de acesso e uso do lago Cururu que se encontra subjacente às relações sociais de pertencimento e diferenciação existentes na estrutura das comunidades.

O segundo capítulo, **Extrativismo e a Produção Agrícola no lago Cururu**, apresenta um quadro geral das atividades produtivas desenvolvidas pelos ribeirinhos na apropriação dos recursos naturais, marcada por três dimensões materiais e simbólicas: a *Floresta de trabalho*, a *Terra de trabalho* e a *Água de trabalho*.

O terceiro capítulo, **Expressões da Territorialidade**, trata da dimensão que orienta os ribeirinhos na apropriação dos ecossistemas para dividi-lo em territórios, fazendo deles recursos naturais para reprodução social do modo de vida ribeirinho. Procurou-se caracterizar as diferentes formas de acesso e uso dos territórios existentes na área estudada e as formas de manifestação da territorialidade.

# CAPÍTULO I

## HISTÓRIA AMBIENTAL DO LAGO CURURU

Este capítulo teve como referência três aspectos: a) as informações obtidas com a caracterização ambiental; b) a variação sazonal reflete na vida dos ribeirinhos, principalmente, devido às dificuldades de acesso as comunidades na estação da seca; e, c) o processo sociopolítico das comunidades, anunciado na própria história dos ribeirinhos.

Essas referências permitiram descrever as atividades econômicas, que consistem numa combinação de culturas anuais com o extrativismo vegetal e animal, organizadas nos ambientes de várzea, de terra firme e de várzea alta. As atividades econômicas também estão associadas com a flutuação do nível da água – expresso no tempo da enchente, cheia, vazante e seca – às épocas de frutificação dos vegetais ao aparecimento dos animais que serão caçados ou pescados; revelando que a base produtiva dos ribeirinhos é um ecossistema natural, de enorme riqueza e diversidade de espécies.

Compreendemos que a história ambiental revela os aspectos sociopolíticos que caracterizam as peculiaridades das comunidades do lago Cururu, cuja ação política retrocede aos processos de migrações dos seringais, após o esfacelamento da economia seringalista. Outros ribeirinhos foram motivados pela existência de “terras livres” com presença de recursos naturais demandados pelo mercado, cuja trajetória a história oral remonta a distintas localidades ao longo da várzea do rio Solimões – há o trabalho de Lima e Alencar (2000) sobre o processo de ocupação da várzea mostrando o contexto e as motivações do deslocamento na região do Médio Solimões, Amazonas.

## 1.1 ECOLOGIA DO LAGO CURURU

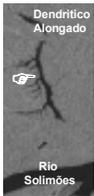
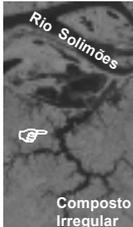
Apresentamos uma síntese das principais características dos ecossistemas do lago Cururu: (1) o terreno formado por restinga, chavascal, várzea baixa, várzea alta e terra firme; (2) a floresta possui árvores de grande porte e vegetação ripária ou herbáceas; (3) o terreno e a floresta estão sujeitas à alagação do regime sazonal da água, com exceção da várzea alta e da terra firme; (4) a várzea baixa é alagada com águas brancas ou barrentas<sup>3</sup> do rio Solimões quando transborda anualmente; (5) a estação da seca isola o lago Cururu do rio Solimões.

O rio Solimões é coletor final do complexo sistema de drenagem formado pelos igarapés, paranás, córregos, várzeas, igapós e rios. Os lagos (em sua grande maioria) são corpos de água transbordados do canal principal do rio por ocasião da enchente, que permanecem parcial ou temporariamente isolados (SIOLI, 1984).

Ribeiro & Fabr  (2003) consideram os lagos importante fonte de recursos para a manuten o das comunidades amazônicas. Os lagos são geralmente formados a partir de depressões rasas e podem ser alimentados na esta o da seca por igarapés oriundos da floresta circundante ou ainda apresentam conexão com o rio principal em algum período do ano. Recebem  gua durante a esta o da enchente e podem ser formados em áreas de várzea e terra firme (**Quadro 1**).

---

<sup>3</sup> Os rios da bacia Amazônica estão classificados em três categorias: rios de águas pretas, rios de águas claras e rios de águas brancas (SIOLI, 1975).

LOCALIZAÇÃO NO TERRENO	TIPO/ORIGEM	FORMA	DEFINIÇÃO
VÁRZEA	Laterais	<p>Redondo/oval</p> 	<p>Apresentam conexão com o rio em algum período do ano e recebem água fluvial durante a enchente escoando-a durante a vazante. São aqueles lagos que possuem forma circular, subcircular e elíptica</p>
	Meandro	<p>Ferradura</p> 	<p>São meandros de rios maduros que no decorrer do tempo se isolaram devido ao acúmulo de sedimentos, geralmente ocupando velhos segmentos de rios. Apresentam a forma de ferradura, sendo geralmente lagos de meandro abandonado</p>
TERRA FIRME	Barragem	<p>Dendrítico Ramificado</p> 	<p>São lagos que já foram rios e se originaram devido ao afogamento da sua desembocadura e acúmulo de sedimentos. Possuem aspecto ramificado onde não é possível definir um eixo principal</p>
		<p>Dendrítico Alongado</p> 	<p>São originados da mesma maneira que os anteriores, possuem aspecto ramificado sendo possível identificar um eixo principal</p>
MISTO	Misto	<p>Composto/Irregular</p> 	<p>Aqueles lagos que não apresentam uma forma definida ou constituem uma combinação de formas</p>

**Quadro 01** – Classificação dos sistemas lacustres.

**FONTE:** Sousa (2000).

Segundo Sousa (2000), o lago Cururu está localizado em ecossistema de terra firme, apresentando conexão com o rio Solimões quando recebe água fluvial durante a enchente, escoando-a durante a vazante. Sua forma é considerada dendrítica, com porções ramificadas<sup>4</sup> onde não é possível definir um eixo principal. Os lagos com formato dendrítico foram rios e se originaram devido ao afogamento da sua desembocadura e acúmulo de sedimentos.

Entretanto, o diálogo com o ribeirinho V. S. F., residente na comunidade São João dos Cordeiros, numa entrevista realizada no banco de uma canoa, mostra a singularidade da área de estudo:

Tem terra firme aí pra trás [...] aqui no meio é tudo várzea alta, mas não é terra firme. Aqui perto da água é tudo terra de varge [várzea], porque quando a enchente é grande, fica tudo de baixo da água. Tudo esses menino sabe disso. O senhor sabia disso, né?

Esta resposta foi o ponto de partida para descrever a ecologia do lago Cururu, configurando-o como ambiente de transição entre várzea baixa, várzea alta – área de transição – e terra firme, sendo ambientes distintos e com especificidades nas formas de apropriação dos recursos naturais.

Conversando com dois ribeirinhos num final de tarde, acabei indagando-os a respeito da presença dos ambientes de terra firme e da várzea no lago Cururu, isto é, precisava apreender a lógica de classificação dos ribeirinhos para aquilo que eles chamam de várzea alta.

Em relação à terra firme, no depoimento de V. S. F. 35 anos, residente na comunidade São João dos Cordeiros, a seguir, é possível perceber que o ambiente de terra firme está situado próximo da cabeceira do Braço do Divino.

---

<sup>4</sup> Os ribeirinhos denominam as ramificações de Braço do Cururu, Braço da Terra Preta, Braço dos Cordeiros e Braço do Divino. Nota-se que as ramificações são semelhantes a um neurônio e ricos em detalhes.

Bem, ao meu conhecimento tem terra-firme [,] daqui de trás [comunidade São João dos Cordeiros] pro outro braço [Divino] pra cima, daí dessa outra comunidade do Divino Espírito Santo, daí pra cima [,] pegando o [lago] jacaré, [onde] tem terra firme. Bem, daqui pra lá [terra firme] eu calculo na base de 2 horas, 3 horas de viagem (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

O que chama a atenção no ambiente de terra firme do lago Cururu é a presença de terra preta de índio, normalmente associada com a ocupação humana pré-colombiana, constatado com a presença de artefatos cerâmicos. De acordo com Morán (1990), as áreas com ocorrência de terra preta de índio estão constantemente associadas aos ambientes de terra firme.

O ambiente de terra firme na área estudada é formado por florestas com alta composição das espécies florestais que constitui o ambiente mais distante do lago Cururu, que não sofre as alagações periódicas da água. Albuquerque & Marinho (1999) sugerem que o ambiente de terra firme é uma parte da Amazônia com uma extraordinária peculiaridade, formada por árvores colossais e troncos hercúleos, juntamente com outras árvores altas e delgadas de caules retilíneos e árvores menores cheias de galhos e folhagem, com a presença de palmeiras, lianas e orquídeas.

As florestas de terra firme da Amazônia são os ecossistemas terrestres mais ricos em diversidade de espécies na biosfera e com maior produção de biomassa vegetal, embora sua riqueza biológica não seja em função da riqueza dos solos, mas resulta de sofisticados sistemas de reciclagem de nutrientes e evolução das plantas adaptadas às condições químicas do solo (MORÁN, 1990).

Neste sentido, a terra firme do lago Cururu se configura, na percepção do ribeirão V. S. F., como um ambiente com a presença de florestas dominadas por açazeiros, bacabeiras, castanhais, mata de cipó e outras que são importantes para suas atividades de subsistência, além da crença simbólica de que a floresta é uma realidade benfeitora.

Pra mim a floresta é um pouco avançada [...] a floresta é uma coisa que oferece muitas e muitas coisas boas pra nós, né. Por que tem muitas coisas, como o açaí, [a] palha, [o] tucumã, [a] castanha, a caça, né. Olha vou lhe dizer uma coisa, a floresta ela tem uma parte muito preciosa, que muitas pessoas aí respeitam [crenças encantadas]. Ela oferece muitas coisas [pra nós] como [por exemplo], da floresta vem o açaí, como vem [também] muitas e muitas frutas pro alimento da pessoa (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Outro ambiente importante para os ribeirinhos do lago Cururu é a várzea (**Figura 03**) que, segundo Meggers (1977) e Morán (1990), constitui apenas 5,0% da Bacia amazônica. As várzeas são áreas inundáveis situadas às margens de rios de águas brancas ou barrentas, com solos extremamente férteis em virtude do regime anual dos rios, enchente, cheia, vazante e seca, que fertiliza naturalmente a terra, garantindo uma produtividade elevada e permanente, sendo um dos fatores primordiais na ocupação das populações humanas neste ecossistema, registradas nos sítios arqueológicos dos ameríndios (MEGGER, 1977; STERNBERG, 1998; RIBEIRO & FABRÉ, 2003).



**Figura 03** – Arquitetura das casas construídas na várzea.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Como argumenta Fischer (1997), a várzea é o ambiente mais rico da bacia em termos de produtividade biológica, biodiversidade e recursos naturais. Ao contrário da floresta de terra firme, a várzea é um ambiente onde há possibilidade de conciliar uma ocupação relativamente intensiva com a conservação dos ecossistemas e biodiversidade.

Morán (1990) sugere que o processo de classificar qualquer área como várzea leva a uma noção errada do seu potencial biológico ou agrícola. Segundo o autor, as diferenças significativas entre os tipos de várzea envolvem a flora, a fauna, o aluvião depositado, o declive e a altitude, a acidez do solo e a reprodução de biomassa.

Neste contexto, Porro (1998) faz uma distinção para classificar a várzea<sup>5</sup>, várzea alta e várzea baixa. Segundo o autor, a várzea alta se refere ao ecossistema que se localiza próximo ao rio resultante de maior deposição de sedimentos ao longo do tempo, enquanto a várzea baixa é a porção de terra mais recuada, recortada por igarapés, lagos temporários e permanentes.

Diante disso, pode-se afirmar a presença da várzea baixa no lago Cururu que, na estação da cheia, é coberta de água como pode ser vista no depoimento a seguir:

A maior dificuldade na várzea é conforme a água, quando a água vem apertando [,] o cara [ribeirinho] fica com muita dificuldade para colher [a mandioca]. O problema da malva também é a água. Ano passado nós perdemos a nossa produção [de malva] foi toda, a água não deixou colher. Nós tinha muita macaxeira, não sabia se colhia a roça, nem [sabia se] colhia [a] macaxeira ou a malva. Nós botamos pra colher uma e outra, mas a malva perdeu muito mais. Sabe por quê? Porque tudo isso aqui é várzea, alaga tudo. As pessoas das outras comunidades têm terras mais altas, nós não temos (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Como já dissemos anteriormente, as várzeas são áreas alagadas pelo regime anual dos rios. A diferença da alagação está relacionada com a natureza do terreno, várzea baixa ou

---

<sup>5</sup> Para Morán (1990), as várzeas altas são inundadas apenas por ocasião da elevação excepcional do nível das águas, situadas a montante de Manaus. Já as várzeas baixas são extremamente férteis em virtude do regime anual do rio Amazonas, situadas entre Manaus e Santarém. Por fim, a várzea do estuário, situada a partir de Santarém até o estuário.

várzea alta. As várzeas baixas do lago Cururu são inundadas rapidamente pelo movimento normal das enchentes, provocando a expansão dos ambientes aquáticos, e as várzeas altas, inundadas excepcionalmente quando há alagação. Assim, as várzeas altas demoram mais tempo para serem submersas, permitindo a colheita da produção; enquanto a várzea baixa produz ocasionalmente perdas de produção para a economia dos ribeirinhos.

Para os ribeirinhos, a várzea baixa do lago Cururu apresenta significativa diferença na deposição anual de sedimentos, o aluvião. Isto é evidente na comparação feita pelo ribeirinho V. S. F. entre a várzea baixa do lago Cururu e a várzea alta da margens do rio Solimões.

Na várzea mesmo você pode plantar todos os anos como ali no Parauá [comunidade assentada na margem do rio Solimões]. No Parauá, aqueles roçados lá, aqueles canto lá que o pessoal planta. Há quantos e quantos anos que eles vem plantando só ali, porquê? Porque todos os anos alaga, todos os ano bota aterro [sedimentos], todos os ano é terra nova, todos os ano dá uma terra boa [fertilizada], uma plantação boa. Aqui pra nós não é assim. Aqui, a água chega mais fraca (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A fertilidade das várzeas se dá em virtude do regime anual do rio Solimões. Além disso, as águas da enchente espalham as partículas maiores de sedimentos ao longo das margens dos rios, as várzeas altas; enquanto as várzeas baixas são comprometidas pelos contornos dos paranás, justificando a frase do ribeirinho V. S. F. “Aqui, a água [com a fertilidade] chega mais fraca”.

Do mesmo modo, Meggers (1987) sugere uma explicação para fertilidade na várzea baixa. A autora indica que as margens dos paranás recebem uma deposição mais abundante de sedimentos, onde os contornos dos paranás obrigam as águas a abandonarem parte de sua carga de sedimentos. Assim sendo, a irregularidade na deposição de sedimentos ao longo do percurso entre o rio Solimões e o lago Cururu, ocasiona um baixo nível de fertilidade nos solos, comprometendo a agricultura ribeirinha.

É possível perceber que, na estação da cheia, o regime anual do rio Solimões, que fertiliza naturalmente a terra do lago Cururu, não assegura uma produtividade elevada e permanente, em virtude da água espalhar irregularmente os sedimentos antes de atingir as várzeas baixas do lago. Sternberg (1998), ao estudar o processo de formação dos terrenos aluviais, faz um estudo comparativo no desenvolvimento de mudas de arroz em diversos solos coletados no Carreiro e no Cambixe. O autor indica uma variabilidade dos solos resultantes da deposição de aluviões, trata-se de solos extremamente férteis e solos com baixa fertilidade atribuível à elevada percentagem de areia e à sua pobreza em nitrogênio e ácido fosfórico.

Além disso, a presença de água preta, oriunda dos igarapés das florestas circundantes e da chuva, é um dos motivos pelos quais as águas do rio Solimões não fertilizam a totalidade das terras inundadas do lago Cururu, conforme depoimento de V. S. F.:

A água branca vem do rio [Solimões], então a água branca quando ela vem do rio [Solimões] que entra dentro do lago pelos Paranás [Cururu, Parauá, Mari e Furão], ela vem com certas forças [velocidade] até certos tempos. A água do lago é da chuva, ela é uma água mais resistente, ela é uma água mais viva [água preta] do que a água do rio [água branca], porque quando a água do rio vem e se encontra [com a água preta], ela não se mistura, ela não mistura, ela fica aquela parte [dividida], aí vai, vai, aquela água preta do lago vai destruindo aquela água branca todinha, quer dizer ela vai sentando aquela água branca, a maior parte é areia. Então, ela senta e se transforma, [por isso] fica só uma água preta (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Voltemos ao depoimento acima sobre a irregularidade da várzea baixa. Segundo Meggers (1987), um dos principais fatores da irregularidade na deposição anual dos sedimentos na várzea baixa são as chuvas locais que antecedem ao ponto máximo da cheia do rio. Quando as águas dos rios alcançam os lagos, estes estão parcial ou completamente cheios com a água que se escoou dos igarapés juntamente com a precipitação. Assim, a associação desses dois tipos diferentes de água cria um misto de águas transparentes, pretas e brancas, propiciando uma alta produtividade dos lagos.

Feita está ressalva sobre os ambientes de terra firme e de várzea, abordaremos a várzea alta. Os ribeirinhos explicam a várzea alta como uma área de transição entre várzea e terra firme (**Figura 04**), como é possível perceber nos dois próximos depoimentos:

No meu conhecimento várzea alta é essas terras que ficam bola de terra. É uma terra de várzea que fica pedaços de terra que não alaga, mas não é terra firme. Porque na região que eu nasci é terra firme, porque terra firme é terra sem fim, é terra que você entrar e varrar pra outros cantos distantes. Por isso, lá é terra firme, porque é terra sem limite. E, aqui não, a terra é limitada, então aqui a gente chama de várzea alta essa bola de terra que fica no tempo do cheio (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Não, ela é uma espécie de várzea mais alta, porque a várzea mesmo com pouca água ela tá debaixo d'água, aí vem aquelas outras, aquelas outras, aquelas ponta de terra que ficam quando a água vai subindo. Então, se aquelas pontas de terra que vai subindo e vai subindo aqui, aí por aqui a água vai tomando ela, aí ela fica essa ponta de terra como ilha. Então, a terra ela não é seguida [terra firme], aí fica só aquelas áreas de terra cercada de água, não é uma terra firme, a gente diz várzea alta (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

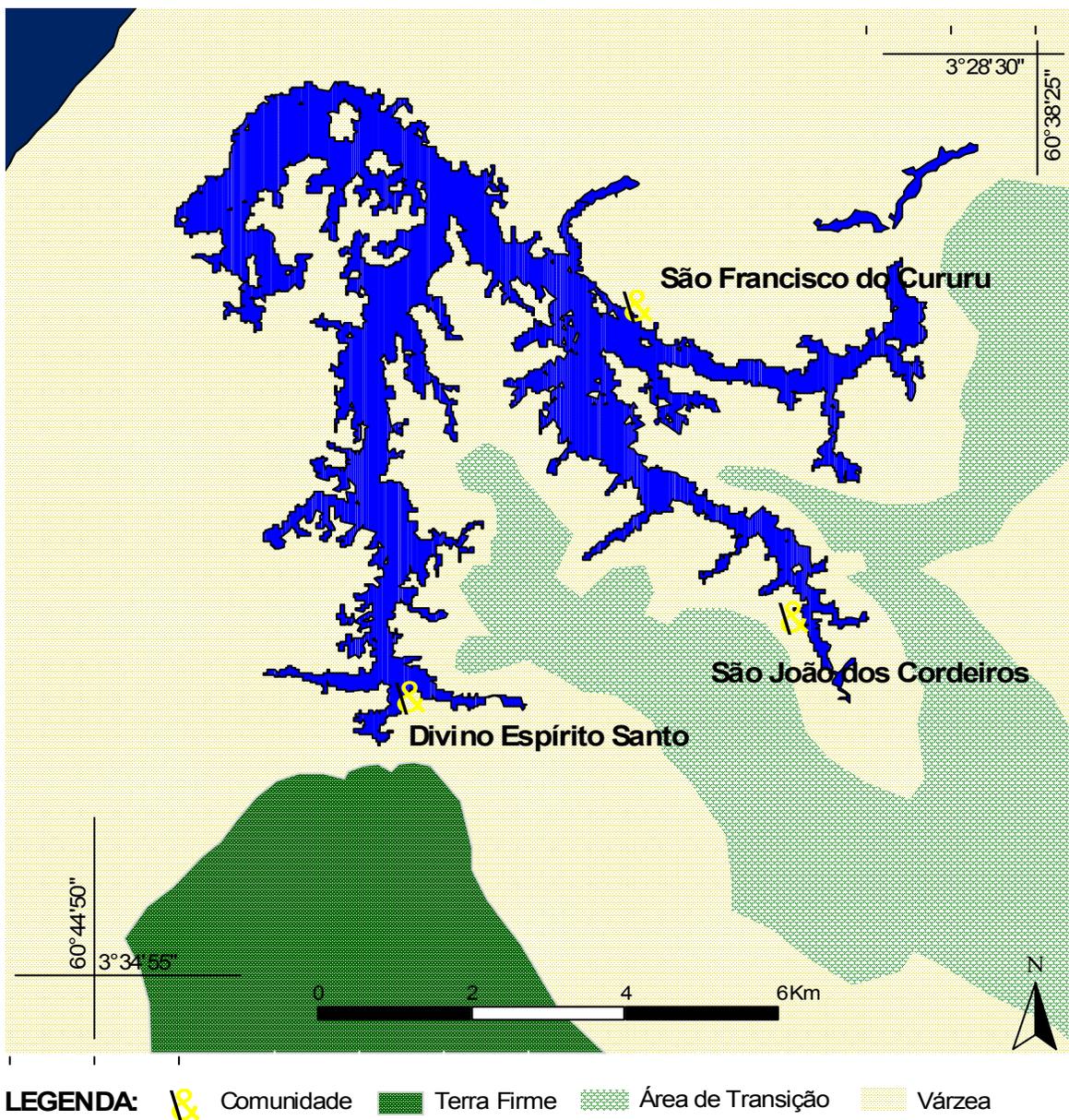
Os depoimentos acima, ao mesmo tempo em que evidenciam a complexidade do lago Cururu, em parte, sustentam a existência de uma área distinta da várzea e da terra firme. Na **figura 04**, apresentamos de maneira esquemática a várzea alta que se diferencia da terra firme. Assim sendo, as várzeas altas constituem porções de terras que não são alagadas na estação da cheia e não se elevam em direção à terra firme, na expressão do ribeirinho: “terra seguida”.

As terras altas são formadas a partir de porções de terra, em geral, cercadas por água e não tem um tamanho exato. Segundo o ribeirinho V. S. F., algumas terras altas podem medir cinco ou cinquenta passos enquanto outras terras altas se estendem por todas as cabeceiras: “tem algumas várzea alta que é muito grande, atravessa de um Braço para o outro” (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Em outras palavras, dizemos que a interdependência das terras altas com as várzeas é bastante evidente na relação com o meio de transporte. Neste contexto, o acesso às áreas de

terras altas depende diretamente de transporte fluvial, a canoa, que possibilita o deslocamento através das várzeas até as terras altas.

Como observaram os ribeirinhos F. C. V. e V. S. F., a denominação várzea alta designa as áreas onde os ribeirinhos concentram as atividades do extrativismo animal e vegetal na estação da cheia, em princípio corresponde exatamente à classificação local. Por outro lado, a prática do extrativismo nas terras altas fez com que os ribeirinhos constituíssem formas distintas de convivência com esse ambiente, a partir da distinção entre as várzeas baixas e as terras firmes.



**Figura 04** – Aspectos gerais do lago Cururu.

**FONTE:** Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

## 1.2 TEMPO ECOLÓGICO NO LAGO CURURU

Tomaremos como base a análise de Evans-Pritchard (1978) sobre o conceito de tempo ecológico. Segundo o autor, refere-se aos aspectos pelos quais as estações são definidas com maior clareza. São aquelas que condicionam os movimentos das pessoas, sendo as necessidades da água e as variações no suprimento de alimentos que traduzem o ritmo ecológico para o ritmo social.

Diferentemente do tempo urbano-industrial, os ribeirinhos expressam o tempo ecológico no desenvolvimento das práticas sociais. Isto é evidente no depoimento de R. P. F., 70 anos, ribeirinho da comunidade Divino Espírito Santo: “isso aqui é um tapiri para passar a seca. Minha casa é na cabeceira desse braço [Divino], venho pra cá todos os anos nesse período trazer o gado, porque aqui tem bastante comida, quando enche eu volto de novo”.

O grupo doméstico<sup>6</sup> do R. P. F. juntamente com o gado deixa a comunidade Divino Espírito Santo e se muda para os campos de várzea no Braço do Cururu, comunidade São Francisco do Cururu, que são utilizados como pastagens. Quanto às práticas de trabalho, o grupo doméstico se concentra no cuidado do gado, nas plantações de mandioca, macaxeira, milho, feijão, jerimum, pimenta cheirosa e maxixe, além da pesca e da caça de aves. A volta do grupo doméstico para a Divino Espírito Santo acontece na estação das chuvas, quando os afazeres diários são dedicados à colheita da roça, à extração do açaí, à pesca e à caça de mamíferos.

O conhecimento empírico é fundamental à capacidade do ribeirinho de se ambientar às adversidades da natureza. É esse conhecimento que define com maior clareza o tempo ecológico, propiciando os melhores resultados nas práticas produtivas segundo as condições do trabalho que se produz em cada grupo doméstico.

---

<sup>6</sup> É o *grupo doméstico* que constitui a unidade de residência e que organiza a reprodução física e social de seus membros. A distinção entre *família* e *grupo doméstico* é necessária para se dar conta do fato de que nem toda relação familiar é uma relação entre membros de um mesmo grupo doméstico (GARCIA JR., 1983, p. 116).

A atividade da extração do açaí e da caça de mamíferos, que acontecem exclusivamente na estação da cheia (**Figura 05**), definem, a compreensão do F. V. C. sobre as estações, como é possível observar no depoimento abaixo:

A gente muda pro igarapé do Cobra na [estação da] enchente, devido à terra [de várzea] perto do igarapé da Meranda ser baixa e qualquer aguinha [água] ela [várzea] fica logo alagada. Nesse período também tem açaí e caça pra gente na várzea alta, aí a gente tem que ficar perto pra tirar (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

O retorno do grupo doméstico do F. V. C. em direção à várzea ocorre no período de derrubada da mata e da preparação da coivara para o plantio no roçado, em geral, na estação da vazante (**Figura 06**). Essa estação é propícia para o desenvolvimento das atividades da pesca e da caça de aves.

A gente volta pro igarapé da Meranda quando está mais seco, quando está vazando, porque dá pra mudá de canoa. Na Meranda, a gente planta [a] roça pra vender, ainda tem o poço pra pesca e caça, a gente fica perto de lá do igarapé (SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Furtado (1993), no estudo sobre pescadores realizado no Baixo Amazonas, chama a atenção para a importante percepção dos ribeirinhos sobre o tempo, indicando uma conotação mais ecológica do que propriamente cronológica, onde homem e natureza se relacionam dicotomicamente com a variação sazonal do rio. A organização do trabalho é definida pelo tempo ecológico, sugerindo organização social do trabalho, orientando a vida e até mesmo inter-relacionando com concepções que reproduzem e atualizam suas formas de manejo dos recursos naturais.



**Figura 05** – Situação do lago Cururu na estação da cheia, em 14 de maio de 2006. Nota-se a situação do nível da água. Observe a casa flutuante, à direita da fotografia, próximo da restinga baixa.

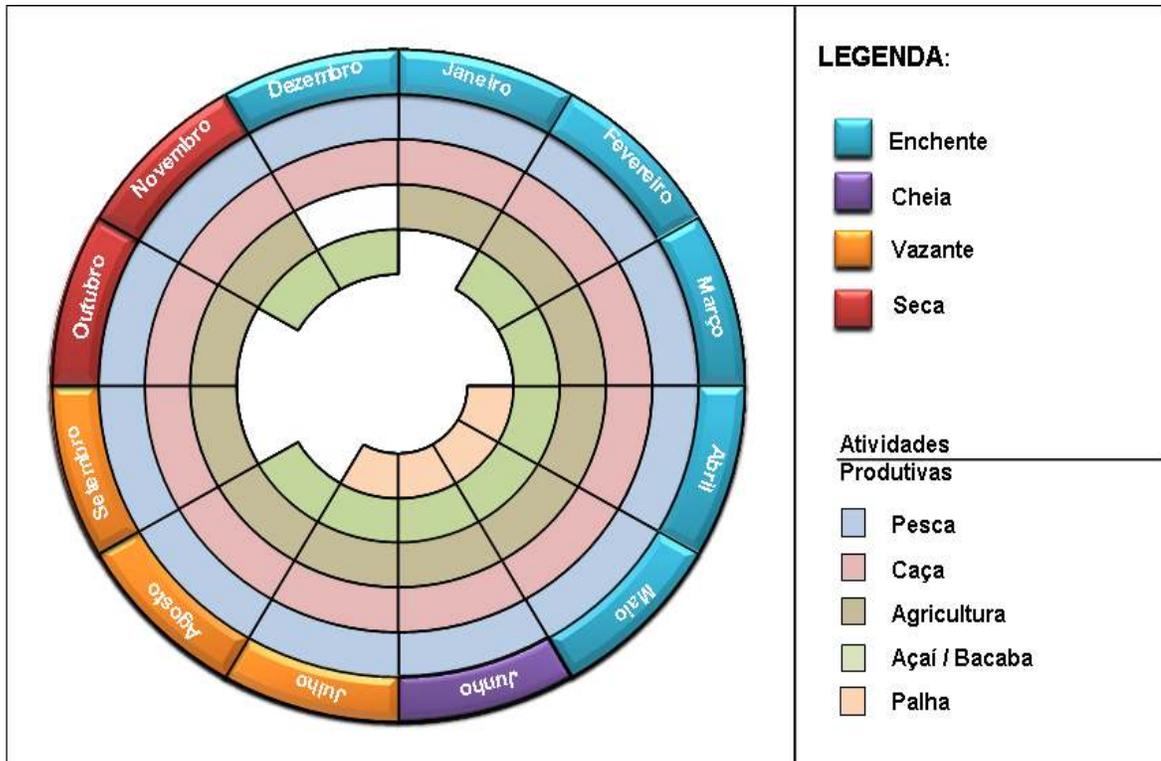
**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



**Figura 06** – O mesmo local na estação da seca, em 22 de outubro de 2006. Nota-se no centro da fotografia, a casa flutuante construída sobre troncos de árvores que são postos propositalmente no encharcado, a fim de evitar o seu apodrecimento. Observe a depressão que marca, neste ponto, o Braço do Divino.

**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.

O que nos remete a uma compreensão de que o calendário é construído na relação com a variação sazonal do nível da água, que funciona como indicativos para o desenvolvimento das atividades econômicas (**Gráfico 01**). Há atividades que são feitas somente na cheia, outras na seca e, outras ainda, na estação intermediária que são enchente e vazante.



**Gráfico 01** – Calendário das atividades econômicas, de acordo com a variação sazonal do nível da água.

**FONTE:** Pesquisa de campo, 2005.

O calendário hidrológico do lago Cururu, obtido com a colaboração de um ribeirinho, sugere duas estações principais, a cheia e a seca. A estação da cheia em junho, e a estação da seca de outubro a novembro. E, duas estações secundárias, a enchente, de dezembro a maio e a estação da vazante, de julho a setembro.

Conforme o calendário descrito, em dezembro, a intensificação das chuvas marca o período de variação do aumento do nível da água, embora a precipitação, que é mais ou

menos constante em toda a parte das terras dos ribeirinhos, não seja o único sinal para determinar o começo da enchente, é um indicador de mudança das atividades produtivas.

O advento da *água nova*, proveniente do lago Manaquiri, em dezembro, é um sinal que marca o período de variação sazonal no lago Cururu. Os ribeirinhos sabem que as águas novas trazem demasiadamente os peixes.

Você viu hoje, a chuva da noite toda encheu bastante, mas não é a enchente não, começa encher quando entrar água nova do rio Manaquiri. Essa água toda que o senhor está vendo, vai secar de novo. Agora quando chegar a água do rio e continuar chovendo assim, quando chegar não seca, só enche [...] A água está quase para chegar, o lago só enche quando ela chega. A chuva enche apenas àquela hora, depois seca novamente, tem que chegar a água, com ele vem o peixe, o peixe que ficou no lago é só bodó, tem que mudar um pouco a comida (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Para o ribeirinho R. P. F., a estação da enchente é considerada uma estação de abundância de peixe, de açaí e de caça. A variação sazonal do lago é um tema comum nas conversas diárias quando os ribeirinhos aguardam, com ansiedade, a subida da água: “ouvi [dizer] que a água ainda está no Manaquiri, mas daqui uns 10 dias ela está aqui” (DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2005).

Contudo, sinais como a vazante da água, a enchente do rio, o cardume de peixes, a época do açaí, a presença de aves e o rastro de mamíferos, expressam uma gama de significados dentro do universo de valores dos ribeirinhos que servem como indicativos para as atividades econômicas. Por intermédio deles, os ribeirinhos também definem as estações.

Em janeiro, o lago Cururu recebe água do rio Solimões pelos paranás do Furão, do Mari, do Parauá e do Cururu. Cinco meses depois, a água encobre a restinga, transformando-a em igapó, e a terra mais baixa se transforma num imenso lago com a formação de diversos ambientes aquáticos que concentra uma rica fauna aquática, sendo todo e qualquer percurso feito através da canoa (**Figuras 07 e 08**).



**Figura 07** – As comunidades são servidas por embarcações de rabeta que transportam passageiros, volumes e mercadorias.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.



**Figura 08** – Algumas casas são abandonadas na estação da cheia, o que se percebe que o terreno está localizado na área baixa – comunidade São Francisco Cururu.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

A seca se caracteriza pela ausência ou redução da chuva, sendo o calor intenso. A descida do nível das águas começa em julho até atingir o nível mínimo em novembro (**Figura 09**). A redução drástica da água do lago Cururu está associada à interrupção dos paranás que são conectados com o rio Solimões, impossibilitando o deslocamento fluvial.



**Figura 09** – O acesso às comunidades é dificultado durante a estação em que as águas baixam – Braço do Lago.  
**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.

A evasão da água revela a depressão do lago Cururu que se transforma num imenso campo natural (**Figuras 10 e 11**).

Esse capim todo que tu vê, nesse capim tudo aí fica só água, quando a água começa baixar, eles aparece. Água mesmo só aqui no canal, o canal é a parte mais funda do lago, por isso, a rabeta passa nele (P. C. D. SÃO FRANCISCO DO PARAUÁ, COSTA DO CANABUOCA).



**Figura 10** – Aspectos gerais do lago Cururu na estação da seca – Braço do Cururu.

**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



**Figura 11** – Nota-se a existência da vegetação nas áreas mais baixas no lago Cururu.

**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.

Na estação da seca, o lago Cururu é abundante em peixes comestíveis. A pesca tem seu ápice de agosto a outubro pelo fato de a estação reduzir drasticamente a água. Ao longo do lago Cururu, a pesca fica centralizada em pequenas lagoas; à medida que o lago vai secando, os peixes acabam confinados em espaços de águas, cada vez menores, sendo, freqüentemente, capturados com bastante facilidade devido à grande maioria se confinarem em ambientes, denominados pelos ribeirinhos de poção ou poço, locais mais profundos no lago onde permanece água mesmo no período da seca (**Figuras 12 e 13**).

Segundo o ribeirinho F. V. C., o significativo recuo das águas deixa isolado o lago Cururu, não permitindo o deslocamento dos ribeirinhos através de canoas.

Aqui não se pode trabalhar com qualquer coisa, à distância para a cidade no período da seca não permite a gente tirar nada nessa estação, acaba tudo presso aqui dentro. O que tem a gente tem que aproveitar agora [na percepção do informante estava na estação da enchente], vender o que tem pra vender e guardar o alimento (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Nesse cenário, os meios de transportes fluviais no lago Cururu são limitados pelo regime das águas. Deste modo, os ribeirinhos das comunidades ficam totalmente impossibilitados de saírem do lago com qualquer tipo de embarcação durante a estação da seca.



**Figura 12** – Ribeirinhos pescando no poço ou poção do lago Cururu, em 22 de outubro de 2005. Observe o nível da água diante da depressão do Braço da Terra Preta – comunidade São Francisco do Cururu.

**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



**Figura 13** – Barragem construída com troncos de árvores no poço. Observe rente à barragem peixes mortos, a redução drástica do nível da água do lago Cururu provocando o aquecimento e a falta de oxigênio na água – comunidade São Francisco do Cururu.

**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.

A inconsistência da terra também é um problema que limita a travessia dos ribeirinhos até a margem, onde são realizadas as práticas agrícolas.

A seca atrapalha porque nós fica sem condições pra passar pra lá [outra margem] pelo lameiro [terra que surge com a vazante do lago Cururu]. Teve ano aí que nós ainda caímos na lama [,] porque nós ainda tinha um serviço pra terminar lá na roça, não podia ir de canoa, atravessei [nadando] na lama, mas quando cheguei do outro lado de lá não tinha [água] com que me lavar, não agüentei, porque só lameira, deu um coceiral [irritação na pele] quase que morro de tanta coceira. Voltei pra atrás e disse que só ia quando voltasse à água. Naquela lama não tinha condições de ir. Então, agora a gente faz assim: capinemos antes da água ficar ruim [secar]. A gente sabe que tem mato, mas não está atrapalhando ela [roça] muito. Agora se não limpar antes da seca está perdida [a roça], plantou e não limpou continua perdida, até a água chegar pra gente passar pra lá, tá perdida. A gente que tá aqui nessa terra conhece quando uma seca vai ser grande (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Para termos uma idéia da localização das roças, a maioria está alinhada de frente para o lago Cururu. Em certos grupos domésticos, as roças estão no mesmo terreno onde estão as casas; em outros, separadas da casa, na outra margem do lago, acima ou abaixo.

Com relação à água para o consumo humano e animal, na estação da seca, é coletada em poços abertos anualmente pelos ribeirinhos, denominado localmente de *cacimbas*. As *cacimbas* são abertas com trinta a oitenta centímetros de profundidade e de oitenta a cento e vinte centímetros de diâmetros. A água é limpa e, freqüentemente, as *cacimbas* são abertas no *olho d'água*, no lençol freático. Cada grupo doméstico possui sua própria *cacimba* que é rodeada de tábuas e cobertas com palhas para os animais domésticos não sujarem a água **(Figuras 14 e 15)**.



**Figura 14** – Situação do nível da água na estação da seca. A obtenção de água para o consumo humano e animal é realizada em poços abertos pelos ribeirinhos, denominado localmente de cacimbas – comunidade São Francisco do Cururu.

**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



**Figura 15** – A obtenção da água na estação da enchente também é um problema. Nota-se aqui o ribeirinho retirando água da cacimba – comunidade São Francisco do Cururu.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2005.

A seca é um fenômeno natural que condiciona os movimentos dos ribeirinhos, sobretudo, quando têm que se retirar do lago Cururu até o rio Solimões para aquisição de gêneros alimentícios e remédios. Como diz o ribeirinho F. S. F.:

A dificuldade da seca é como eu falei, pro cara ir lá fora. Se ele quiser comprar alguma coisa aqui, ele tem que ir lá fora, aqui ele não compra. É um dia perdido pra ir lá fora e comprar, se tu tá precisando de um quilo de açúcar não tem aqui e se for lá fora vai completar um dia. Se tem um dinheirinho coloca no bolso e tira até lá fora, quando chegar, chega de tarde e não faz mais nada, o dia tá perdido, o trabalho não faz mais. Uma seca dessa pra mim é muita dificuldade, uma seca dessa. Quando a gente tava fazendo um trabalho lá fora, demorava tanto caminhando que a gente sai de manhãzinha e só trabalhava do meio dia pra tarde. A gente fica pra lá no tapirizinho na semana. Pra mim que tô mais perto de fora já é dificultoso, quanto mais pra aqueles que tem duas vezes essa distância. Teve gente nessa seca que veio lá do São João e dormia quando vinha de fora aqui na comunidade, quando era de manhã cedo que ia pro rumo da casa dele, senão ele ia chegar muito tarde da noite na casa dele (SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

É possível perceber, nos depoimentos abaixo, que a falta de água é um problema constante.

E essa situação prejudica por causa do trânsito [transporte], não tem como carregar a produção. Você já andou no seco? Somente no varadouro é 45 minutos, já pensou no pessoal dos Cordeiros, dois dias de viagem a pé (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Os alimento, a gente traz na costa, na cabeça, andando do Parauá pelo varadouro todinho até a beira do lago, sabe quanto tempo dura, as vez até duas horas de viagem (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Residir no lago Cururu significa ter que caminhar determinado período do ano a pé, subir restinga e atravessar chavascal para transportar a produção, receber os benefícios sociais do governo, comprar as mercadorias e os remédios na cidade (**Figuras 16 e 17**). A própria caminhada pelo varadouro constitui uma rotina mais intensa nesta época, em virtude da severidade do percurso e dos obstáculos, pular as cercas do gado, equilibrar-se em cima de troncos de árvores caídos e descer e subir chavascal, como relata o ribeirinho.



**Figura 16** – A todas as comunidades se chega caminhando, em viagens que variam de 1 a 5 horas.

**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.



**Figura 17** – Na estação da seca, a vida do ribeirinho é dificultada no transporte das mercadorias.

**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.

Quanto à questão do acesso ao lago Cururu, este é condicionado pelo fator natural do movimento das águas do rio Solimões. Na estação da seca, os paranás que fazem as ligações entre o rio Solimões e o lago Cururu se tornam inacessíveis a qualquer tipo de embarcação, deixando os ribeirinhos sem transporte e sem abastecimento regular de mercadorias, uma vez que passam a fazer o percurso caminhando (**Figura 18**).



**Figura 18** – Na estação em que as águas baixam, as rabetas são conduzidas por arrasto até o lago Cururu.

**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ/UFAM.

Um dos ribeirinhos entrevistado resume bem o dilema dessas populações na seguinte expressão: “aqui quem manda é a água” (P. C. S., SÃO FRANCISCO DO PARAUÁ, COSTA DO CANABUOCA, 2005). Contudo as palavras do ribeirinho não devem ser mal interpretadas, elas não significam um determinismo ecológico, mas sim uma relação onde a natureza e cultura são fatores determinantes, uma vez que o ritmo de vida é marcado pelo

movimento das águas, fazendo com que os ribeirinhos, em certa época do ano, só possam se locomover a pé, e, em outra, por canoa.

Mauss (1974, p. 141) já dizia que “uma organização moral, jurídica e religiosa é necessária junto com o meio natural, para que o homem possa viver em sociedade”. Segundo o autor, o sistema social é um sistema dentro do sistema ecológico, dependente dele, mas, em parte, existindo por direito próprio. Em última análise, a maioria senão todos os conceitos de tempo e espaço são determinados por motivos ecológicos, mas os valores encarnados por eles dependem também de princípios estruturais.

Podemos dizer, assim, que os fatores naturais condicionam, de alguma forma, o processo de trabalho e o movimento das pessoas. Contudo, o domínio das condições naturais pelo ribeirinho lhe assegura os recursos naturais necessários para sua reprodução social, ao mesmo tempo em que confere à natureza uma forma social específica.

### 1.3 O TEMPO DOS NOSSOS PAIS: VOZES DA OCUPAÇÃO HUMANA E APROPRIAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO LAGO CURURU

Na seção anterior, o objetivo foi demonstrar o conhecimento dos ribeirinhos sobre as condições naturais, evidenciando que a variação sazonal do nível da água tem reflexo na organização das atividades econômicas.

Este tópico é central para entender o processo de territorialidade das comunidades do lago Cururu. Entendemos que a noção de tempo assume uma importância fundamental para a compreensão do significado conferido aos ribeirinhos que formaram as comunidades.

Partimos das referências temporais dos ribeirinhos para discernir as relações sociais estabelecidas no passado das relações concretas do presente. Fomos levados a adotar algumas perguntas norteadoras, em alguns momentos, que permitissem aflorar nas narrativas orais dos fatos da vida dos ribeirinhos, a partir de suas experiências sociais concretas nas comunidades do lago Cururu.

Nos rostos enrugados pelo tempo, ouvimos atentamente todas as narrativas que os ribeirinhos contavam, muitas vezes apontando da janela da casa o lugar da infância, dos parentes, do patrão<sup>7</sup>, da pesca, da caça, lugar e lugares de experiências sociais. Vozes que envolvem sentimentos de alegria e tristeza, medo e esperança, sofrimento e paz, dúvida e certeza. Vozes que narram as trajetórias dos grupos domésticos do lago Cururu, aqui e ali, marcadas pelas rugas daqueles que viveram experiências, vivem realidades e narram uma versão marcada por sua posição social.

Diante das referências temporais, pode-se interpretar os cortes estruturais do tempo do processo de ocupação e apropriação dos recursos naturais no lago Cururu, no quais estavam inseridos os seus modos de vida. Evans-Pritchard (1978) apresenta a representação

---

<sup>7</sup> “Os patrões são agentes que mais se apropriam dos excedentes gerados. São assim denominados por possuírem grandes estoques de produtos básicos de consumo geral. Utilizam-se do expediente do *adiantamento* (em moedas ou em mercadorias) com intuito de estabelecer laços de dependência” (FRAXE, 2000, p. 151).

de tempo em que não são organizadas em torno do ritmo ecológico. Trata-se das concepções que se encontram condensadas nas relações sociais, onde pessoas se identificam e se diferenciam historicamente numa determinada estrutura social.

O sistema estrutural de contagem de tempo consiste parcialmente na seleção de pontos de referências que são significativos a grupos locais e que forneçam a esses grupos uma história comum e distinta [...] uma projeção no passado de relações concretas entre grupos de pessoas. Ele não é tanto um meio de coordenar acontecimentos, quando de coordenar relacionamentos (EVANS-PRICHARD, 1978, p, 119-121).

Os ribeirinhos têm uma versão singular de reconstrução do passado, na própria expressão de F. S. F.: “o tempo dos nossos pais”. O tempo em que o pirarucu era encontrado em abundância no lago Cururu, tempo das geleiras, tempo que tinha muita terra para pouco ribeirinho e tempo que só tinha mato.

A ribeirinha F. V. S., 72 anos, ribeirinhoa da Divino Espírito Santo, é filha de uma das primeiras famílias que ocupou o lago Cururu. Afirma no seu depoimento: “Só aqui onde estou morando, aqui neste lugar eu tenho 30 anos. Eu morei lá naquele igarapezinho que passa uma casa, ali quando a gente vem perto da cabeceira, morei 17 anos”. Sorrindo aponta para o único lugar que não vai lhe tirar do lago Cururu, o cemitério. Esse gesto deixa claro que ela permanecerá no lago Cururu. O sentimento pelo lago Cururu, especificamente o Braço do Divino, refere-se às coisas boas que ela viveu, expressado da seguinte forma:

Era tudo um mato medonho, daqui até em frente à dona Cesariana, daqui era um mato, depois chegou um pessoal aqui. É um lugar bom, sadio. Aqui já morou muita gente, agora já tem pouca gente [...] Era muito farto. Ninguém comia piranha, só pacuzão. Caçar agora é mais difícil, o homem saía à noite e matava a caça aí mesmo, agora é mais difícil, tem que sair de dia pra caçar, se quiser comer uma carne tem que procurar, se não tem, mas tem aí no lago o peixe que não falha (F. V. S. 72 ANOS, DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2005).

Em uma conversa com R. P. F., da Divino Espírito Santo, caminhando pela cacaiá e chegamos à sua habitação temporária, tapiri. Sentou-se num banco de madeira perto do fogão de lenha, enquanto sua esposa preparava um cafezinho. Sem pressa em responder, definiu o lago Cururu como: “um lugar bom”. R. P. F. não nasceu no lago Cururu, mas, em sua expressão, as suas lembranças da infância “são daqui”.

O senhor R. P. F. usa os ribeirinhos antigos, aqueles que se foram, como pontos de referências:

Quando eu cheguei aqui, aqui era mata, tinha pouco ribeirinho aqui dentro, contava os ribeirinho que tinha aqui dentro, pouquinho ribeirinho mermo. Aqui nessa estação tinha o finado Carolino Acula que morava, era o Aculino. Lá atrás morava o Domingão, a Chica Duruca lá na terra preta. Nessa área daqui, nesse braço daqui que eu me lembro né, naquele braço lá morava, lá morava o finado Júlio, o Manuel, o João Luca, já falei finado Júlio? Era só ribeirinho, contava as casas aqui, quase todos já se foram (R. P. F., DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2005).

Retrata também o tempo da fartura dos peixes, simbolizado nas espécies pirarucu e tambaqui que ficou escasso na dieta alimentar dos ribeirinhos.

Porque naquele tempo existia muito tambaqui, pirarucu né, hoje em dia tambaqui não existe mais né, só existe esse roelozinho né. Toda qualidade de peixe era fácil né, a população era pouca né, era farto, hoje em dia não tem mais fartura que tinha antigamente né, de jeito nenhum. Naquele tempo, nessas terras, existia tatu nessa terra que nós tamos, agora hoje em dia não sei quantos anos que ninguém veja mais. O peixe a gente diz que tem pouco peixe hoje, não tem como antigamente o peixe graúdo, como tinha antigamente, mais miúdo tem muito (R. P. F., DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2005).

Este ribeirinho, R. P. F., veio menino do lago Grande, localizado no Município do Manaquiri, lugar que a família trabalhava em terra arrendada: “nós não tinha terra, por isso, meu pai veio pra cá”.

Os ribeirinhos da comunidade Divino Espírito Santo dizem que são mais antigos no lago Cururu. A principal razão está ligada à permanência dos filhos dos patriarcas fundadores.

Se os ribeirinhos permanecem muito tempo no mesmo lugar, começam a dizer que os ribeirinhos das comunidades vizinhas não têm o direito de proibir o acesso deles em certas partes do lago Cururu. Eles defendem que todo o território do lago Cururu, que a primeira vista parece vazio, seja totalmente tomado por seus ribeirinhos. Não existe, uma parte da floresta onde estão localizados os açazais que não seja conhecida pelos ribeirinhos da comunidade Divina Espírito Santo.

Outra comunidade é a São Francisco do Cururu. O seu processo de formação não contou com ribeirinhos da comunidade Divino Espírito Santo; geralmente, estava limitada a duas famílias que residiam na margem do rio Solimões. Mas tarde, o número de ribeirinhos aumentou, com pessoas vindas de outras comunidades rurais do Estado do Amazonas.

O foco de interesse dos imigrantes para a comunidade São Francisco do Cururu era a disponibilidade de “terras livres”. Os ribeirinhos da comunidade direcionaram os migrantes para o Braço do Cururu, também utilizado pelos ribeirinhos da comunidade Divina Espírito Santo. A distribuição crescente de “terras livres” no Braço dos Cordeiros levou a comunidade do São Francisco do Cururu a limitar o acesso dos ribeirinhos da comunidade Divino Espírito Santo.

Atualmente, os ribeirinhos do Braço dos Cordeiros formaram a comunidade São João dos Cordeiros, ao menos em parte, resultado da presença de missionários. Vale lembrar que os ribeirinhos do Braço dos Cordeiros foram atraídos pelo prospecto de adquirir terras distribuídas pelos ribeirinhos da São Francisco do Cururu em troca do pertencimento político, além de proibir o acesso dos ribeirinhos da comunidade Divino Espírito Santo, em parte do Braço dos Cordeiros.

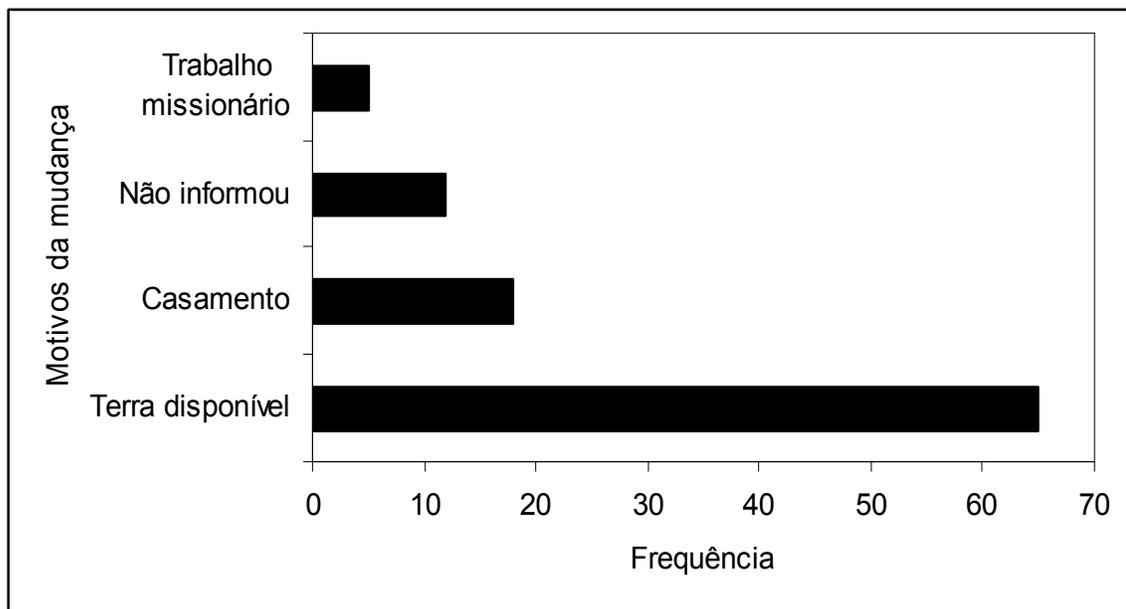
A impressão que se tem da comunidade São João dos Cordeiros, é a de uma comunidade que tem grande respeito pela São Francisco do Cururu. Entre essas comunidades,

existe uma conexão de afinidades e de consangüinidades, o que é suficiente para fundi-las numa só unidade política sob uma única liderança, a São Francisco do Cururu.

Na São João dos Cordeiros, encontramos uma diversidade maior de procedências e menor tempo de domicílio, pois a maioria havia imigrado recentemente. O ribeirinho M. V., 77 anos, da São João dos Cordeiros, nascido na área rural do Município de Tefé, é enfático na sua expressão: “meu pai era seringueiro”. Ainda jovem saiu de Tefé, trabalhou em diferentes lugares e, em cada lugar, diferentes trabalhos. Antes de morar no lago Cururu, trabalhou em parceria com o primo no plantio de malva e juta na região conhecida como Cambaliana, rio Solimões. No Cambaliana, M. V. trabalhava na terra arrendada do compadre, ou seja, o patrão que controlava o sistema da produção da fibra. No trecho do depoimento abaixo, é possível perceber a disponibilidade de “terras livres” como uma das motivações na ocupação do Braço dos Cordeiros.

Esse pessoal do seu Pedro Vieira, pai dessa mulher que veio aqui hoje, convidou o papai pra vim pra cá apanhar um açai, aí o papai veio, quando veio pra cá, viu bastante terra aqui e lá tudo alagado, aí nós botemos a maca na cabeça e vinemos embora, e tamos aqui até agora, até o dia de hoje nós tamos aqui, foi assim que foi a história (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Os depoimentos de M. V. corroboram os dados do questionário, onde 65,0% dos grupos domésticos das comunidades ocuparam o lago Cururu devido à existência de terras disponíveis (**Gráfico 02**).



**Gráfico 02** – Frequência relativa dos motivos da mudança para o lago Cururu.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da várzea – 1998 a 2005.

Por outro lado, tais informações reafirmam um aspecto semelhante às outras comunidades, o tempo de chegada no lago Cururu sinaliza para uma ocupação que não é recente, visto que a maioria dos informantes vive no lago Cururu de 23 a 63 anos (**Quadro 02**).

Neste contexto, verificou-se um equilíbrio no fluxo entre a microrregião do Médio Solimões e Baixo Purus para o lago Cururu, Baixo Solimões, sendo pertinente destacar o número significativo de migrações internas na microrregião do Baixo Solimões, em torno de Manacapuru e Anamá (**Quadro 02**).

ORIGEM	MOTIVO DA MUDANÇA	TEMPO DE MORADIA (ANOS)	COMUNIDADE
Janauacá/AM	_____	63	Divino Espírito Santo
Cruzeiro do Sul/AC	Terra disponível	57	São Francisco do Cururu
Manacapuru/AM	_____	45	São Francisco do Cururu
Manacapuru/AM	Terra disponível	45	São Francisco do Cururu
Manacapuru/AM	_____	32	Divino Espírito Santo
Tapauá/AM	Terra disponível	30	São João dos Cordeiros
Tefê/AM	Terra disponível	30	São João dos Cordeiros
Tefê/AM	Terra disponível	29	São João dos Cordeiros
Manacapuru/AM	Casamento	27	São Francisco do Cururu
Tefê/AM	Terra disponível	23	Divino Espírito Santo
Manicoré/AM	Terra disponível	9	Divino Espírito Santo
Anamá/AM	Terra disponível	8	Divino Espírito Santo
Óbidos/PA	Casamento	6	Divino Espírito Santo
Anamá/AM	Terra disponível	6	Divino Espírito Santo
Santa Isabel/AM	Casamento	6	São João dos Cordeiros
Tapauá/AM	Terra disponível	5	Divino Espírito Santo
Tapauá/AM	Trabalho Missionário	3	Divino Espírito Santo
Coari/AM	Terra disponível	3	Divino Espírito Santo
Manacapuru/AM	_____	_____	Divino Espírito Santo
Manacapuru/AM	_____	_____	Divino Espírito Santo

**Quadro 02** – Origem, motivos da mudança e tempo de moradia no lago Cururu.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da várzea – 1998 a 2005.

Os motivos das saídas dos locais de moradias anteriores se diversificam ainda mais como mostram os depoimentos a seguir:

Nós viemos de Tefê, ele [ meu marido] foi pra Tapauá, foi trabalhar pra lá com um patrão. Ele era explorador de borracha [látex da seringueira]. Aí depois o patrão dele nos levou pra [cidade de] Tapauá, aí passamos lá 4 anos, nisso chegou um senhor, um atravessador, aí começou a se dar lá com nós, aí chamou ele pra fazer um trabalho, fazer uma caixa de motor de pesca. Aí ele foi pra lá e lá ele achou o dito rapaz que nós encontramos no alto (rio Purus), aí ele disse do terreno no lago Cururu. Aí ele [meu marido] disse: Eu vou (C. M. A., DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2004).

Os meus pais é filho de dentro do [rio] Purus. Foi o tempo que foram morrendo os meus avós [seringueiros], aí eles não tinha local certo pra gente morar, nós não tinha um terreno, nós não tinha como ganhar ou trabalhar como nós trabalhamos aqui. Primeiro conseguimos entrar pra dentro do rio Manacapuru. É um lugar meio difícil, um lugar bastante doentio, aí seu Pedro Vieira convidou o papai pra vim pra cá apanhar um açai (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Eu vim pra cá com a minha família naquela alagação grande que deu quatro anos de alagação, uma em cima da outra. Eu morava lá no Cambaliana [rio Solimões], lá no terreno de um compadre meu. Aí eu vim pra cá, chegemos aqui eu mais meu filho. Eu vim pra cá atrás de terreno mesmo, nós chegemos aqui no extremo, aqui na cabeceira de dentro, só era água aqui, fumo achar uma terrinha lá muito dentro, aí foi secando, eu cheguei aqui e encontrei uma castanheira, aí nós fizemos o tapirí e a família ficou no Cambaliana, aí nós ficamos lá trabalhando, trabalhando, aí fizemos o tapirí, aí fumo buscar a família, aí nós viemos morar pra cá pra trabalhar. Eu fiquei desse lado e ele [comentava do primo V. S. F.] daquele, aí eu conversando com seu A. A. S., ribeirinho antigo aqui né, aí nós perguntamos dele o negócio desse terreno. Ele disse, seu M. V. este terreno aí é do Estado, aí o dono é quem chega lá e trabalhar. Nós ficuemos trabalhando, aí trabalhando e até hoje trabalhando (M. V., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

É possível perceber nos depoimentos que a origem dos grupos domésticos que ocupam as comunidades nos remete aos varadouros, paranás e lagos dos rios do Juruá, Purus e Solimões. Do mesmo modo que o contexto histórico de ocupação está relacionado com a migração dos trabalhadores dos seringais do Purus e Juruá, independentemente e/ou promovida por fluxos de exploração econômica no Alto e Médio rio Solimões.

A historiografia aponta que o principal recurso natural que abastecia a demanda do mercado internacional, no início do século XX, era a borracha. A presença humana na terra firme era estimulada pelo processo econômico da extração do látex, proporcionado pelas áreas de seringa localizadas nas cabeceiras dos rios Juruá, Solimões e Japurá, quando toda a mão-de-obra local estava envolvida na sua exploração (LIMA & ALENCAR, 2000; ALENCAR, 2005).

Como afirma Lima & Alencar (2000), a expansão do comércio rural teve como marco inicial a década de 20, principalmente com o declínio da borracha. O deslocamento dos trabalhadores dos seringais para a margem dos rios principais ou para os lagos está relacionado também ao crescimento da demanda por produtos como extração de madeira para lenha, pesca de tartaruga, peixe-boi, pirarucu e outros animais cujas peles tinham valor de mercado, mas sobretudo, na manutenção do sistema de aviamento<sup>8</sup>, orientado por novos produtos extrativos.

A disponibilidade de “terras livres” no lago Cururu é um dos pontos de referências que surgem nos depoimentos como verdadeiro marco temporal do processo inicial de ocupação. Desse modo, pode-se melhor interpretar os cortes estruturais do tempo que os ribeirinhos estabelecem para se posicionarem sobre o processo de ocupação do lago através da venda da castanha, das invasões das geleiras, do declínio da malva e da escassez dos recursos da ictiofauna.

A extração de produtos florestais é um ponto de referência para os ribeirinhos do lago Cururu. A castanha-do-brasil teve destaque na venda nas primeiras décadas de ocupação, conforme o depoimento da ribeirinha:

---

<sup>8</sup> Num esboço simples, dá-se aviamento quando A fornece a B uma quantidade Q de mercadorias (bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho), ficando B de resgatar a dívida com produtos agrícolas ou extrativos da próxima safra, em espécie; havendo saldo credor, B recebe dinheiro; se o saldo é devedor, B fica debitado até a safra subsequente. A chama-se aviador, B chama-se aviado [...] Mas B, uma vez aviado, pode tornar-se aviador também, se ele refinancia a um terceiro, digamos C. Por seu turno, C refinanciará eventualmente a D, etc. O único aviado que não pode ser aviador é o produtor, isto é, o lavrador ou o extrator que trabalha a terra ou colhe os produtos da floresta (SANTOS, 1980).

Era assim que a gente vendia, mas tudo era carregado de remo e a batelão. A gente enchia a canoa com castanha, tinha muita castanha. A gente enchia o batelão e remava daqui pro Manaquirí, carrega na canoa remando de remo, não tinha motor. A gente tinha um comerciozinho aqui, aí o pessoal trazia a castanha e nós comprava (M. L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Nos depoimentos a seguir, os ribeirinhos expressam que a pesca desempenhou uma função essencial para a maioria dos grupos domésticos.

Meu pai era pescador. Ele veio pra pescar. Ele costumava pescar muito pra comercializar. Ele pesca mais era pra vender. Naquele tempo não era só ele não, era vários (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Naquela estação tinha muito peixe, pirarucu, aliás tinha demais. Antigamente era assim como eu tava lhe falando, eles pescavam de faixe, nessa estação nós não tínhamos nada, então tínhamos que nos valer da pesca, eu com ele. Eu era piloto dele. Com ele pescava pra gente comprar o mantimento, aí ele pescava (C. M. A., DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2004).

Na narrativa acima, o peixe aparece como principal produto vendido no lago Cururu. Como afirma dona F. V. S.: “a gente vendia peixe pro taberneiros. Colocava o peixe pra vender, pra [poder] comprar o açúcar, o café”. Para Lima & Alencar (2000), a consolidação da expansão do comércio rural promoveu uma movimentação no comércio da região, nas décadas de 40 e 50, induzindo o abastecimento crescente de peixe e madeira demandado pelo mercado.

O lago Cururu abastecia as pequenas vilas e cidades, principalmente com pirarucu, como indica o depoimento a seguir:

Quando eu cheguei aqui a comunidade não gostava muito de trabalhar. Ela vivia mais de pescaria, mas não era não pescaria exploratória, era de arpão. Esses pessoal mais antigo, eles pescavam pirarucu, secava e assim vendia. Agora nós nunca pescou pirarucu, nós fazia era comprar muito peixe. Uma, duas tonelada de peixe na semana a gente levava daqui pro Manaquirí, levava pra Manacapuru, levava pra Manaus pra vender (M. L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

É possível perceber a referência ao sistema de aviamento no lago Cururu, configurado nas relações de dependência do ribeirinho com o patrão, em relação à precariedade econômica, onde recebia os adiantamentos em mercadorias e quinquilharias, repassando o produto do trabalho para ser vendido nas vilas e cidades como Manaus, Manacapuru e Manaquiri:

Bem, naquela estação, não pra nós, mas pra todos, como o seu Aluizio sempre falava, naquela estação o que mais rendia lucro pras pessoas aqui era o peixe, o peixe. O seu A. A. S. [comunidade São Francisco do Cururu] era um cara bem de vida, todo mundo pescava e o seu A. A. S. era o patrão forte, aquele flutuante dele, aquele flutuante que você vê, que tá só o bagaço ali, aquele flutuante vivia era com a bóia no fundo de mercadoria, porque todo mundo pescava e ele comprava o peixe pra vender. Ele comprava o peixe a troco de mercadoria, então pro pessoal era o lucro (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A inovação tecnológica constatada a partir da década de 60, com o surgimento de barcos motorizados, o melhoramento da tecnologia de transporte e armazenamento do pescado, especialmente a introdução da malhadeira sintética e o aumento da demanda urbana e de exportação do pescado amazônico, desencadeou forte pressão sobre os estoques pesqueiros, fatores que comprometeram e comprometem a produção local.

Na percepção dos ribeirinhos, os geladores e os pescadores deixaram mais escasso o lago Cururu, quando comparado com o passado recente de fartura. É perceptível como a escassez do peixe compromete o modo de vida dos seus ribeirinhos:

Bem aqui, era bastante farto, era um lugar que muito farto, sabe que é fartura, fartura, fartura de tambaqui, naquele tempo se falava em tambaqui, não se falava em ruelo desse tamaninho, desse tamanho hoje, que você pega. Tambaqui de dezenove, de vinte quilos, cansei de ver o papai arpuar um tambaqui de dezenove quilo, tirar na malhadeira, arpuar de arpão, ninguém não se usava flecha, o que você ia fazer como uma flecha pra arpuar um tambaqui, todo tempo era na arte. Capivara, aqui nesse lago aqui, depois que nós viemos morar aqui, aqui, aqui adonde nós tamos morando, aqui adonde está a casa. Capivara gritava aí ô, aí adonde está esse aí desse curral aí, muito farto. Pirarucu aqui dentro desse lago, ficava boiando como bodó tem hoje pirarucu? Pode perguntar desse seu Aluizio, que esse seu Aluizio ele conhece e sabe muito bem, um lugar muito farto, muito farto mermo, aí quando começou a arrebentar esta paz que tinha aqui, começou a arrebentar, começou a sair, aí de certos tempos, começou a entrar gelador, pescador, daí de fora, vinham numa noite

faziam a carga dum barco, numa noite, que chagavam de tarde, quando eram de manhã já podiam sair que já tava completada a carga, e assim iam, e assim iam, e assim iam, e de certos tempo aí foi, foi fracassando, o peixe, e foi espantando os bicho, foi fracassando pra hoje nós tamos nessa situação, já preservando pra vê se não acaba (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Recentemente, marreteiros<sup>9</sup> adentraram no lago Cururu ávidos pelos frutos de açaí, produto que os ribeirinhos não conseguiam vender. A valorização do açaí, conforme indicam os próximos depoimentos, está relacionada à demanda recente do mercado:

Não, naquele tempo que eu cheguei aqui o açaí não tinha valor não, só pra beber. Naquele tempo não tinha comprador de açaí, não tinha quem comprasse açaí, açaí ficava tudo, ficava aí na mata, pegava só pra beber, agora de certos tempos pra cá, o pessoal botaram pra começar a compra açaí aqui dentro. Quando nós chegemos aqui, açaí tinha muito e açaí naqueles tempos não tinha valor, agora tá com um valor bom (M. V., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

De primeiro não era aproveitado, porque aqui estragava todo na árvore, porque eu conheci mais meu pai quando nós ia acompanhando ele, nós era pequeno. O açaizal caia era todo, aí fica fácil para quem quisesse tomar um vinho, qualquer um podia apanhar, não tinha venda. Hoje em dia não, se você quiser tomar um vinho de açaí tem que ser comprado. Você tem que ter muito conhecimento pro cara lhe dar cinco ou seis litro de açaí pra você tomar um vinho, mas só é dinheiro (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

A caça e o peixe são símbolos de fartura do passado, reconstruídos na mente dos ribeirinhos e consolidados como pontos de referências das narrativas. Essas referências expressam uma história comum e distinta dos grupos domésticos, salvaguardada nos braços do lago Cururu como espaços de experiências sociais:

Era muita fartura de peixe e de carne, tinha muito, caça tinha muito também, queixada saia aqui, muita gente matava queixada, matavam anta, jabuti. Esse pessoal pegava muito, agora você vê que os próprio ribeirinho daqui, vai pro centro e não arruma nem pra comer, porque eles acabaram tudo o que tinha agora ta ficando tudo

---

<sup>9</sup> Proprietários de pequenas embarcações são os agentes da comercialização responsáveis pelo abastecimento das famílias camponesas de mercadorias. Sua presença deve-se, fundamentalmente, à precariedade dos meios de transporte. A maioria dos camponeses não possui motores a combustão, sendo suas embarcações movidas pela própria energia humana (o remo), o que implica gastos grandes de energia e altos custos por parte dos camponeses em deslocamento pela *malha hidroviária* (FRAXE, 2000, p. 150).

difícil o que a gente não se bota acaba né, tudo é assim (V. S. F., ANOS, SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Os meninos iam às vezes por ali tinha muita capivara, matava uma capivara, aí a gente passava semanas comendo carnezinha, quando se enjoava o peixe. Era só uma paca, um tatuzinho e mesmo que a área mais alta. É ali mesmo na frente quando tava alagado a gente ia por ali e matava uma paca (M. L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

É interessante notar que os ribeirinhos reconstróem o processo de ocupação humana no lago Cururu, vinculado às formas de apropriação dos recursos naturais. São narrativas que não separam o homem da natureza dos seus meios de existência.

## CAPÍTULO II

### EXTRATIVISMO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO LAGO CURURU

A economia das comunidades da várzea é um tema central nesta seção. Tais estratégias adquirem um novo significado quando combinam a exploração polivalente dos recursos naturais. A estratégia no uso de diferentes recursos naturais assegura as condições e os meios necessários para a exploração dos recursos naturais para os ribeirinhos distribuídos ao longo do lago Cururu. Sendo assim, o objetivo do presente capítulo é descrever as formas polivalentes de apropriação dos recursos naturais em três comunidades rurais do lago Cururu, utilizando os ambientes *Terra de Trabalho*, *Floresta de Trabalho* e *Água de Trabalho*, no intuito de contribuir com informações para caracterizar e tipificar as relações sociais dos ribeirinhos no processo constitutivo do seu modo de vida.

Ao descrever este capítulo sobre as formas de apropriação dos recursos naturais, utilizamos, como termos de análise, os resultados dos trabalhos feitos entre camponesas do nordeste e da várzea da Amazônia (GARCIA JUNIOR, 1983; WITKOSKI, 2007). A leitura de Garcia Junior (1983) remeteu ao termo *Terra de trabalho*, evidenciando-se como aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do grupo doméstico. A incorporação do estudo de Witkoski (2007) justifica-se pelo uso dos termos *Floresta de trabalho* e a *Água de trabalho*

A *Floresta de trabalho*, tal como a *Terra de trabalho* e a *Água de trabalho*, é importante para a reprodução social dos modos de vida. Compreendemos estes ecossistemas

como a base para o desenvolvimento das atividades de subsistência<sup>10</sup> dos grupos domésticos do lago Cururu onde são estabelecidas as diferentes formas de organização do trabalho para prover a reprodução social ribeirinha.

Na vida ribeirinha do lago Cururu, a *Floresta de trabalho* está associada, de modo intrínseco, à *Terra de trabalho* e à *Água de trabalho*, ou vice-versa. Como vimos no Capítulo I, **História Socioambiental do Lago Cururu**, o calendário da produção dos ribeirinhos tem uma dinâmica que estabelece relações entre os ecossistemas, que ocorre comumente do final de janeiro a março; de modo combinado, os ribeirinhos utilizam a *Floresta de trabalho* para a extração do açaí e da palha, além da captura de mamíferos, visando ao consumo. A produção agrícola entra no universo da vida ribeirinha pela colheita da mandioca e da macaxeira. Outra atividade é a pesca que, como será observado, os ribeirinhos usam a malhadeira para a captura de uma diversidade de espécies. Podemos asseverar que os ribeirinhos se utilizam dos três ecossistemas, simultaneamente, diversificando as formas de organização do trabalho, necessárias para prover a dieta alimentar.

Constatamos que o modo de vida dos ribeirinhos se direciona para uma economia polivalente, assentada em várias atividades produtivas como: agricultura e extrativismo vegetal e animal (FURTADO, 1993). O modo de vida corresponde à ação coletiva de um determinado grupo social, que pode ser definido como o conjunto de práticas cotidianas pelas quais os grupos sociais que os praticam asseguram a sua reprodução social.

A maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado (MARX & ENGELS, 2002, p. 11).

---

<sup>10</sup> Subsistência – “aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família. Subsistência não é, portanto, um dado, um mínimo abaixo do que permite estabelecer que padrões e normas de reprodução, são socialmente aceitáveis” (GARCIA JUNIO, 1983, p. 16).

O modo de vida se integra em um esquema de vida mais complexa, nos quais os grupos asseguram a continuidade das atividades por meio de regras coletivas de apropriação dos recursos naturais e da exploração dos mesmos, evitando excessos que poderiam comprometer a capacidade produtiva.

## 2.1 FLORESTA DE TRABALHO

O ribeirinho e seu grupo doméstico trabalham em três ambientes, as florestas de várzea, a de igapó e a de firme (WITKOSKI, 2007), onde criam as condições sociais para o desenvolvimento das práticas do extrativismo vegetal e animal que resultam numa relação de produtos bastante extensa, como será visto nas subseções a respeito do extrativismo.

Os grupos domésticos têm uma percepção intelectual para extrair os produtos da *Floresta de trabalho*, pois nela podem encontrar os recursos naturais básicos para a sua alimentação, construção, tecnologia, isca para pesca, lenha e farmacopéia. Os produtos extraídos da *Floresta de trabalho* também são importantes para venda.

Há uma diferença no termo dado aos produtos extraídos da *Floresta de trabalho*, cujas características atendam aos interesses do consumo ou da comercialização. Para Emperaire (2000, p. 208), o extrativismo refere-se “aos produtos de origem não cultivada e se diferencia da coleta, pelo fato de seus produtos serem destinados a uma economia de mercado, local ou internacional, e não ao uso doméstico”. Com relação a este estudo, utilizamos o termo extrativismo com outro significado, isto é, refere-se a:

Um conjunto de atividades de extração sobre esses ecossistemas [Floresta de trabalho, Terra de trabalho e Água de trabalho], quer se relacione com produtos de origem vegetal [madeira, lenha, plantas medicinais, frutos etc.], quer se trate de produtos de procedência animal [pesca e caça]. O extrativismo, tanto num caso como noutro, sempre se refere a produtos ofertados pela natureza – quer dizer, produtos que não são cultivados ou criados (WITKOSKI, 2007, p. 226-227).

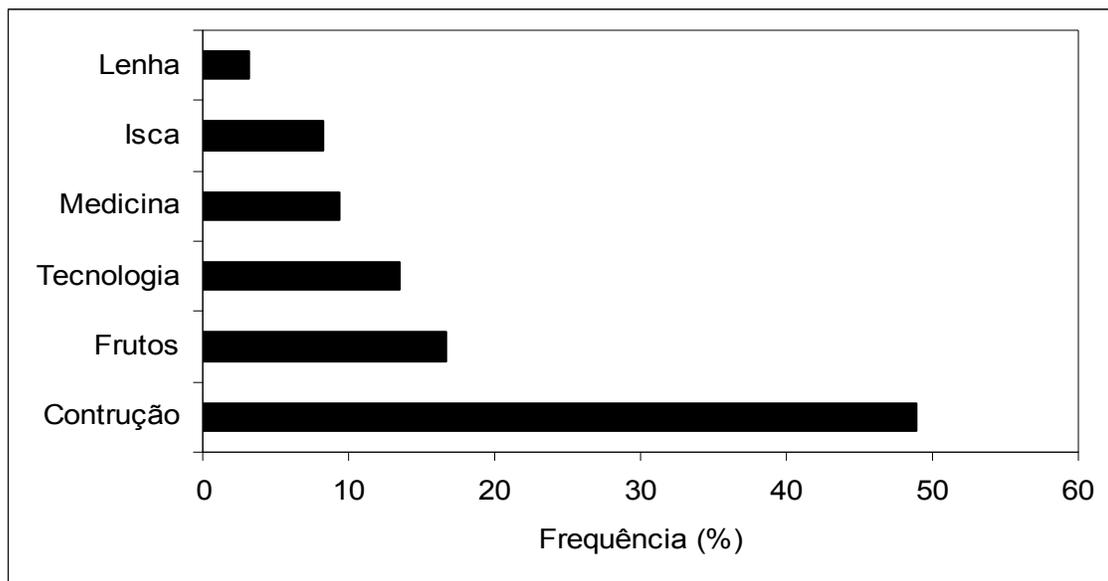
Sendo assim, tomamos como referência o estudo de Witkoski (2007) para deixarmos clara a escolha pelo termo extrativismo, que se refere aos produtos ofertados pela natureza, aqueles que não são cultivados ou criados.

### 2.1.1 Extrativismo vegetal

Meggitt (1964), citado por Service (1971), afirma em estudo realizado na Austrália, que os vegetais constituem 70,0 a 80,0% da dieta, e que a maioria das populações aborígenes não poderia ser mantida sem tais alimentos por períodos longos.

Na Amazônia, a relação dos produtos extraídos da *Floresta de trabalho* é bastante extensa, incluindo-se alimentos de origem vegetal e animal como: madeira, palha, frutos silvícolas, óleos essenciais, remédios, drogas alucinógenas, estimulantes, substâncias aromáticas, gomas elásticas e fibras (FRAXE, 2000; NODA & NODA, 1994).

Com relação à forma de uso dos produtos florestais, quando se considera o universo da pesquisa, encontram-se 98 registros, classificados segundo suas finalidades: construção, frutos, tecnologia, remédio medicinal, isca para peixe e lenha (**Gráfico 03**).



**Gráfico 03** – Formas de uso das espécies florestais em todas as estações do ano.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

A maioria dos recursos naturais oriundos da floresta é para fins madeireiros. Com relação às formas de uso, observa-se que 49,0% dos recursos florestais são destinados para a

construção de casas. Empregam-se também em cercas, galinheiros, marombas, pontes e distintas benfeitorias existentes na propriedade (**Figura 19**).

A madeira é um produto de primeira necessidade, por isso, buscou-se verificar as espécies florestais mais citadas. Assim, constatou-se a predominância do açazeiro (*Euterpe precatória*) (13,0%), do louro (*Citrus sp.*) (12,0%), seguido da castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) (10,0%), jacareúba (*Calophyllum sp.*) e maçaranduba (*Manilkara amazonica*) com 6,0%. Entretanto, uma grande diversidade de espécies florestais como andiroba (*Carapa Guianensis*), bacuri (*Rheedia brasiliensis*), palha (*Athalea sp.*), sucuúba (*Himatanthus sucuuba*), capitari (*Couralia taxophora*), atacatirana, cupiúba (*Goupia glabra*), itaúba (*Mezilaurus itauba*), paracuúba (*Trichilia lecointei*), seringa (*Hevea brasiliense*), bacaba (*Oenocarpus minori*), jauari (*Astrocaryum jauari*), macacaúba (*Platymiscium trinitatis*) e marupá (*Simaruba amara*) estão abaixo de 5,0%.

As madeiras extraídas da *Floresta de trabalho* se destinam aos mais diferentes fins. E algumas árvores possuem destinos específicos; outras são mais flexíveis nas suas formas de utilização (**Quadro 03**).

Geralmente os ribeirinhos extraem madeira para a construção de suas casas. A construção é feita com pernamanca, tábua e caibro, sendo coberta com telhas de alumínio. Na maioria das vezes, a cozinha é construída a parte, atrás ou ao lado da casa, coberta com palhas. Vale ressaltar ainda o uso da palha para cobertura de algumas casas (**Figura 20**).

Para a maioria dos grupos domésticos, a extração da madeira acontece na floresta de várzea. Além da madeira para construção de casas, há também uma variada forma de utilização dos produtos florestais, como aqueles destinados à fabricação dos artefatos de pesca – remos, hastes (para azagaia e/ou arpão), arcos para uso com flechas e canoa – e confecção dos cabos dos instrumentos de trabalho agrícola, que são fabricados a partir de uma grande diversidade de árvores (**Quadro 03**).

A grande importância do extrativismo de produtos silvícolas para a alimentação dos ribeirinhos. Na época de açaí (*Euterpe precatória*), a castanha (*Bertholletia excelsa*), o ingá-açu (*Inga cinnamoea*), o uixi (*Endopleura uchi*), a pupunha (*Bactris gasipaes*), o piquiá (*Cariocar villosum*) e o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*), estes são trazidos em grandes quantidades e logo consumidos. Os entrevistados informaram que a extração dos frutos silvícolas é realizada tanto por homens e mulheres, quanto por crianças, e não costumam vender os frutos, com exceção do açaí (*Euterpe precatória*).

Os ribeirinhos não plantam árvores frutíferas nos quintais das casas. De modo geral, estas estão localizadas nas várzeas baixas, que ficam anualmente alagadas, destruindo as árvores. Na primeira excursão realizada para o lago Cururu, ficamos impressionados pela ausência de árvores frutíferas nos quintais.



**Figura 19** – Arquitetura do domicílio dos ribeirinhos.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.



**Figura 20** – Palha utilizada na cobertura do domicílio.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Os óleos essenciais, as drogas alucinógenas, os estimulantes e as substâncias aromáticas são colhidos diretamente da *Floresta de trabalho* pelas mulheres (**Quadro 04**). As ribeirinhas das comunidades pesquisadas utilizam as plantas medicinais para o tratamento de enfermidades.

Os ribeirinhos empregam também os produtos de origem vegetal para a pesca, principalmente as sementes que são utilizadas como iscas. As sementes mais utilizadas, em ordem crescente, são: jauari, bacuri (*Rheedia brasiliensis*), seringa (*Hevea brasiliense*), capitari e catoré (**Quadro 03**).

Neste contexto, um entrevistado mencionou a utilização das sementes de jauari para capturar tambaqui: “olha, eu pesco com o jauari. Tem uma época que a gente pega o peixe com isso. O peixe fica no meio do igapó, porque é lá que tem essas frutas. Quem sempre pega o jauari pra eu pescar é o meu genro”. Witkoski (2007) corrobora esta afirmação através da

descrição da pescaria de espinhel, onde o ribeirinho “usando anzóis maiores [...] tem que, por costume, iscá-los com frutos oriundos das árvores da floresta de várzea (abiurana, araçá, seringa, cocoró etc.), com finalidade exclusiva de apanhar geralmente na enchente, o cobiçado tambaqui” (p. 287).

Além das espécies mencionadas pelos ribeirinhos anteriormente, outra também é empregada como um combustível importante para os grupos domésticos no preparo da refeição e na torração da farinha de mandioca, a lenha (**Quadro 04**). Acreditamos que os números são baixos em relação a outros produtos utilizados da floresta, embora o consumo de lenha seja alto nos grupos domésticos, devido à fabricação da farinha que demanda uma grande quantidade do combustível.

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	FORMAS DE USO
Açaí	<i>Euterpe precatoria</i>	Alimentação e tábuas para construção
Andiroba	<i>Carapa Guianensis</i>	Óleo, tábuas e caibro para construção
Acariquara	<i>Geissospermum</i> sp.	Esteio para construção
Babaçu	<i>Orbignya phalerata</i>	Cobertura de casa e óleo
Bacuri	<i>Rheedia brasiliensis</i>	Canoa, isca para peixe e tábuas para construção
Capitari	<i>Clitoria amazonica</i>	Isca para peixe e remédio medicinal
Castanha-do-Brasil	<i>Bertholletia excelsa</i>	Alimentação, canoa e tábuas para construção
Catoré	<i>Crataeva benthamii</i>	Isca para peixe
Cedro	<i>Cedrela odorata</i>	Tábuas para construção
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i>	Tábuas para construção
Cupiúba	<i>Goupia glabra</i>	Alimentação e lenha
Fava	<i>Parkia nitida</i>	Tábuas para construção
Ingá-açu	<i>Inga cinnamomea</i>	Alimentação
Itaúba	<i>Mezilaurus itauba</i>	Canoa, remo e tábuas para construção
Jacareúba	<i>Calophyllum</i> sp.	Isca para peixe e tábuas para construção
Jauari	<i>Astrocaryum jauari</i>	Isca para peixe

Louro	<i>Aniba sp.</i>	Canoa, tábua e caibro para construção
Macacaúba	<i>Platymiscium duckei</i>	Tábua para construção
Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i>	Isca para peixe, tábua e esteio para construção
Marupá	<i>Simaruba amara</i>	Canoa e tábua para construção
Palha	<i>Athalea sp.</i>	Cobertura de casa
Seringa	<i>Hevea brasiliense</i>	Bóia e remédio medicinal
Sucuúba	<i>Himatanthus sucuuba</i>	Canoa, remo, remédio medicinal e tábua para construção
Tauari	<i>Couratari sp.</i>	Isca para peixe e lenha
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Alimentação

**Quadro 03** – Espécies florestais citadas de acordo com as formas de uso.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

O **quadro 04** mostrou que o açaí é o principal produto florestal usado pelas comunidades. Os locais onde os ribeirinhos vão extrair os frutos, de modo geral, estão localizados na *Floresta de trabalho*, situada nos ambientes de várzea, terra firme e várzea alta.

Ao longo do igarapé do Cutia, foi observada uma grande quantidade de palmeiras de açaí carregadas com frutos, que são consumidos e vendidos para os agentes da comercialização.

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	COMUNIDADE		
		DES	SFC	SJC
Açaí	<i>Euterpe precatória</i>	16	24	24
Louro	<i>Aniba sp.</i>	15	-	9
Jacareúba	<i>Calophyllum sp.</i>	3	11	9
Palha	<i>Athalea sp.</i>	3	19	-
Castanha-do-Brasil	<i>Bertholletia excelsa</i>	8	4	-
Maçaranduba	<i>Manilkara huberi</i>	4	11	5
Bacuri	<i>Rheedia brasiliensis</i>	4	4	5
Sucuúba	<i>Himatanthus sucuuba</i>	4	4	5
Andiroba	<i>Carapa Guianensis</i>	5	-	5

Cupiúba	<i>Goupia glabra</i>	1	-	9
Bacaba	<i>Oenocarpus minori</i>	-	-	9
Capitari	<i>Clitoria amazonica</i>	3	-	5
Babaçu	<i>Orbignya phalerata</i>	-	7	-
Jauari	<i>Astrocaryum jauari</i>	1	-	5
Marupá	<i>Simaruba amara</i>	2	4	-
Faveira e ingá-açu	Várias espécies	-	4	-
Atacatirana, itaúba, seringueira, taquari, macacaúba e tucumã	Várias espécies	3	-	-

**Quadro 04** – Espécies florestais mais citadas por comunidade de acordo com sua importância.

**LEGENDA:** DES = Divino Espírito Santo, SFC = São Francisco do Cururu e SJC = São João dos Cordeiros.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

### 2.1.1.1 Açaí

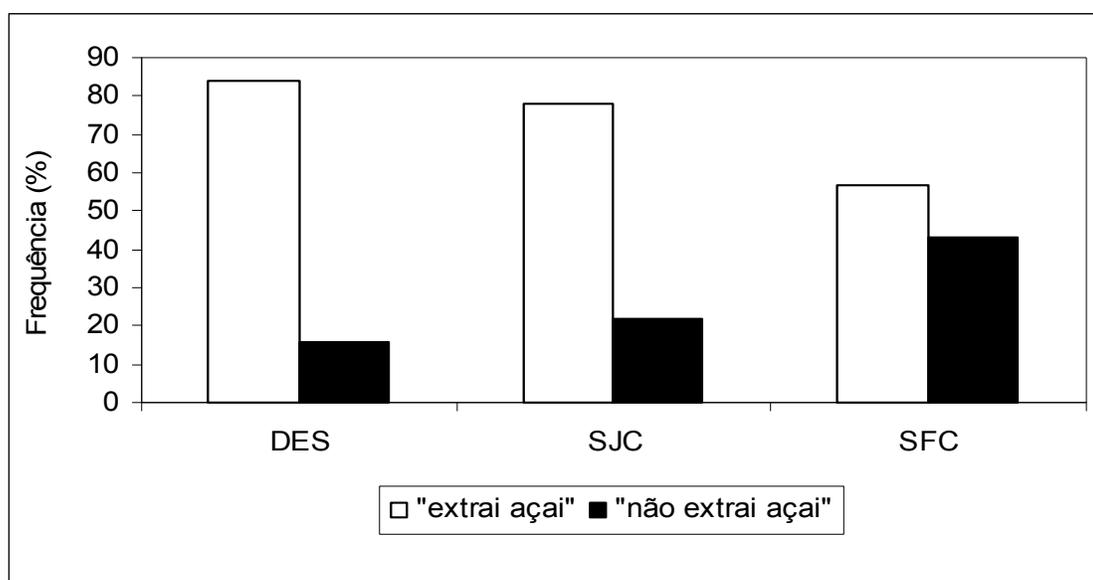
Podemos observar no **quadro 04**, a importância do açaí na área estudada. Destaca-se o açaí-do-mato (*Euterpe precatoria*), uma palmeira monocaule, encontrada nos baixios e na várzea da Amazônia Central.

Do açaizeiro, são extraídos os frutos que geram produtos como vinho-de-açaí, ou simplesmente açaí, que possui importância na comercialização regional e serve como complemento da dieta alimentar:

[Os frutos] são consumidos sob a forma de um suco tirado do mesocarpo – porção do pericarpo dos frutos, a qual, quando estes são carnosos, constitui a polpa – e localmente designado sob o nome de *vinho-de-açaí* ou simplesmente de açaí. A fabricação consiste em escaldar os frutos com água morna para amolecer a polpa (mesocarpo) e em seguida batê-los numa máquina constituída por um tambor munido de uma haste giratória com dois braços e uma chapa perfurada pela qual passa o suco extraído. O *vinho-de-açaí* assim obtido é um líquido espesso, de cor violeta escuro, de textura cremosa e de sabor ligeiramente metálico. Esse suco tem um teor calórico, protéico e lipídico importante. Ele também é rico em ácido fólico (vitamina B1), em magnésio e ferro, e muitos dizem ser recomendado pelos médicos para combater a anemia (CASTRO, 2000, p. 129-130).

O açaí é, dentre os produtos florestais, o mais importante, tanto em relação à quantidade de grupo doméstico que declararam extrair-lo (74,0%), quanto em relação à importância da atividade na economia.

Observa-se com relação à porcentagem dos grupos domésticos envolvidos na extração do açaí, que 84,0% dos seus extratores são da comunidade Divino Espírito Santo e 78,0% são da São João dos Cordeiros. O menor percentual (57,0%) foi observado na São Francisco Cururu (**Gráfico 04**).



**Gráfico 04** – Extrativismo do açaí na área de estudo.

**LEGENDA:** DES = Divino Espírito Santo, SJC = São João dos Cordeiros e SFC = São Francisco do Cururu.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

No calendário de extração do açaí, de fevereiro a julho, este fruto é o componente mais importante de toda a economia do lago Cururu, coincidindo com o período de expansão dos ambientes aquáticos. A intensificação da produção ocorre entre maio e junho, sendo estes meses identificados como o pico da safra. Em meados de agosto, é possível encontrar poucos cachos, inviáveis economicamente em virtude da baixa produção e do aumento do tempo de trabalho para sua extração.

Para alcançar os locais de extração do açaí, no igapó, o único meio de transporte possível é a canoa, que percorre o ambiente desviando dos galhos e troncos das árvores, mas, em certos trechos, a canoa é retida. Neste caso, os ribeirinhos costumam arrastá-la, sempre procurando os locais mais profundos do igapó (**Figura 21**).

No que tange aos instrumentos para extração do açaí, primeiramente, afia-se o terçado para torná-lo mais cortante (**Figura 22**). Depois, selecionam-se as sacas para armazenar os frutos. Em seguida, retira-se a água da canoa, acomoda-se o estrado acima da curvatura do porão. Finalmente, estende-se a lona em cima do estrado para acomodar as sacas e os instrumentos de trabalho.

No que toca à extração do açaí, o ribeirinho utiliza um terçado para remoção da vegetação concentrada ao redor do açazeiro. Como observa Anderson & Loris (2001), esta operação é realizada com o uso do terçado que elimina ou reduz as espécies indesejáveis, além de favorecer espécies desejáveis de forma direta.

Castro (2000) observa a importância do trabalho do ribeirinho na remoção da vegetação concentrada ao redor do açazeiro, uma vez que realiza uma espécie de manejo florestal sutil:

Se os açazais são naturais na origem de sua formação, eles são mantidos por um manejo, mesmo involuntário, da vegetação. Na estação da coleta [extração] os apanhadores eliminam as árvores concorrentes do açaí, quer porque constituem um obstáculo à coleta [extração], quer porque impedem a observação da maturidade dos frutos. Dessa maneira as florestas secundárias da várzea vão se tornando pouco a pouco um açazal, ou seja, uma vegetação onde a espécie *Euterpe precatoria* predomina em número de indivíduos em uma área basal (p. 135).

Antes de subir no açazeiro, o ribeirinho observa o tronco da palmeira para certificar-se de que não está brocado, insetos se alimentam do tronco, depois avalia a capacidade do estipe em tolerar seu peso, uma vez que a inclinação do estipe evidencia que não pode prosseguir na subida. A decisão de escalar ou não a palmeira se dá em razão da experiência mal sucedida de ribeirinhos que caíram do açazeiro, como relata o ribeirinho E. S. F, 32 anos,

ribeirinho da São João dos Cordeiros: “tem gente que se confia em apanhar açáí. Eles são conhecidos como os caras que tiram qualquer cacho [de açáí], aí dois deles morreram lá no Bração [comunidade Divino Espírito Santo], quebrou a açazeiro com eles”.



**Figura 21** – Ribeirinho sentado na proa da canoa percorrendo o igapó.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.



**Figura 22** – Ribeirinho amolando o terçado para torná-lo mais cortante.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

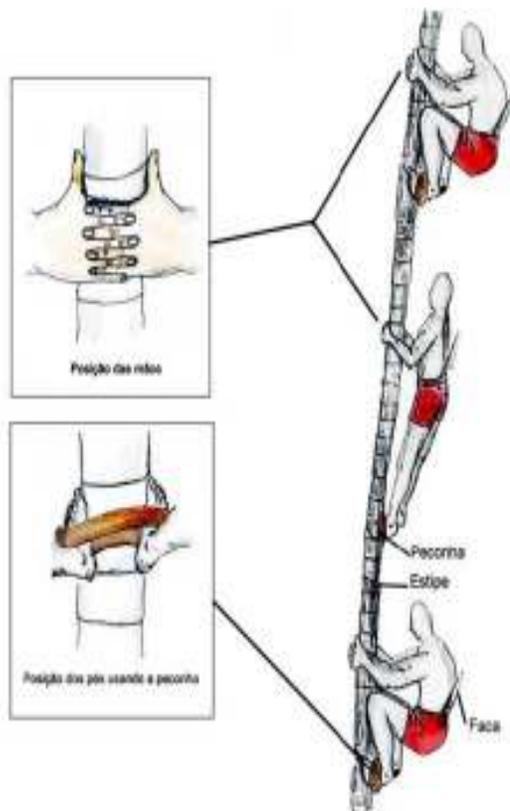
A visualização da maturidade dos frutos do açaí é feita do solo e/ou quando o ribeirinho sobe no açazeiro. Quando ascende no estipe, observa os frutos do açaí das palmeiras ao seu alcance, seleciona inclusive o percurso que tomará quando retornar ao solo. Esta visualização de cima consiste em determinar com maior precisão os frutos maduros, quando comparado com a visualização do solo, reduzida pela densidade da floresta.

Finalmente, a maneira empregada para extrair o açaí é escalando o estipe. O processo de escalada é mostrado esquematicamente na **figura 23**. Ao escalar, o ribeirinho prende o terçado na boca ou no cinto e, em uma peconha envolvendo os pés, agarra-se no estipe, eleva-se até os frutos do açaí, estabiliza-se no estipe para fazer cortes parciais no cacho, mas se existirem outros cachos maduros na mesma touceira, o ribeirinho os alcança e os retira também. Se necessário, passa para outros estipes sem precisar descer, o que garante maior produtividade.

O ribeirinho desce do açazeiro escorregando pelo estipe e trazendo na mão os cachos. O escorregamento é feito com ajuda da peconha. Este processo é descrito por Castro (2000, p. 132):

Os coletores [ribeirinhos] sobem rapidamente ao longo de estipes de 16 a 18 metros de altura com a ajuda de uma peconha, anel tecido em oito, feito com um tecido ou com fibra da mata, a qual, passada em volta dos pés, permite um melhor apoio sobre o tronco. Eles levam o terçado entre os dentes ou enfiado no cinto.

A proteção, no momento do escorregamento, é feita através de roupas de tecidos grossos, que servem de proteção contra insetos, espinhos, galhos, farpas ou queimaduras, provocadas quando escorrega pelo estipe, principalmente nos horários em que estão aquecidos com a insolação.



**Figura 23** – Adaptado de Canto (2001) sobre os detalhes das posições de subida no açaizeiro.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

A extração do açaí responde à experiência acumulada no entendimento formulado na relação com a floresta, principalmente na escolha dos horários para exploração em razão da influência do sol. Segundo os entrevistados, o melhor horário para exploração do açaí é às 7 horas, quando os estipes das palmáceas estão sem umidade do orvalho. A extração é feita no período da manhã, em razão dos estipes não estarem aquecidos com a insolação, o que facilita o deslizamento com os cachos até o solo, diferentemente do período das 11 horas em diante, quando a radiação solar esquenta os estipes, dificultando a subida.

Depois de cortados os cachos e trazidos até o solo, evita-se o toque no chão, para reduzir a perdas dos frutos que se desprendem. Os cachos são depositados em cima da lona para reduzir a contaminação. A seguir, inicia-se o processo de debulha dos caroços.

A debulha dos caroços do açaí consiste na retirada dos frutos do cacho, trabalho realizado pelo mesmo homem que extraiu os frutos (**Figura 24**). O ribeirinho envolve os ramos com os dedos e força os frutos para baixo para que caiam na lona, sendo, posteriormente, conservados em sacas com média de 75 litros, onde serão transportados do açaisal.

A gente primeiro olha bem os açazeiros, mas a gente já sabe onde tem, a gente estende a lona no chão, bem no meio dos açazeiros pra facilitar que a gente não ande muito, depois é só ir atrás dos cachos. Tá vendo aqui [neste açaisal], tem bastante açazeiro com cachos, mas são cachos pequenos, tu pode vê que estamos bem no meio. Então, a gente apanha [os cachos do açaí], depois leva pra cima da lona, a gente debulha todinho pra encher na saca, aí a gente sabe quanto falta apanhar (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

É possível perceber que a debulha é o momento em que o ribeirinho faz uma avaliação da quantidade de açaí extraído.



**Figura 24** – Ribeirinho debulhando os caroços do açáí.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Dados obtidos com os entrevistados e levantamento de dados durante três meses de pesquisa demonstraram que os açazeiros têm uma média de 20 metros de altura. O tempo de subida estimado varia de 80 a 90 segundos, enquanto a descida é mais rápida, em torno de 20 segundos.

Castro (2000) considera que é extremamente variável o peso dos frutos do açáí no cacho, dependendo de fatores como maturidade avançada do cacho que faz cair muitos frutos, ou por perdas causadas pelo vento, tempestades, ou no ato da extração.

Corroborando a afirmação de Castro (2000), verificou-se na área estudada que os cachos com frutos do açáí podem variar de 5 a 25 quilos, sendo necessárias 3 ou 4 subidas no açazeiro para encher uma saca com 75 litros de caroços.

Um acompanhamento de coletores realizado em maio de 1991, no pico da produção, permitiu observar que 21 subidas foram necessárias para extrair 37 infrutescências que forneceram cinco sacas de 50 quilos de frutos. Um segundo acompanhamento em julho, no final da safra, mostrou que foram necessárias 18 subidas para coletar [extrair] 26 infrutescências e obter duas sacas de 50 quilos. Segundo esses dados, uma infrutescência dá entre 6,7 quilos (máximo da safra) e 3,8 quilos (fim da safra) de frutos comercializáveis. Uma saca de 50 quilos é preenchida em respectivamente 6,8 e 9 subidas (CASTRO, 2000, p. 133).

A atividade de extração do açaí ocorre, em média, 3 vezes por semana, possibilitando, em cada jornada de trabalho de 4 horas, uma produção média de 10 sacas. Há um intervalo de um dia de descanso na extração do açaí, quando são desenvolvidas as atividades de pesca e caça.

Cada apanha por semana [,] eu apanho 10 saca por dia. Cada embarque [de açaí] que a gente vende pro atravessador [ou marreteiro] é assim. Apanho [açaí] 3 dias por semana. A gente apanhava segunda e entregava na terça, aí apanhava quarta e entregava quinta, aí apanhava quinta e entregava sexta pra ele levar no sábado. Então, dava uma faixa de 25 sacas por semana, as vez dava 30 saca por semana (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2007).

O consumo do vinho-de-açaí é bastante apreciado pelos grupos domésticos, mas a necessidade de sua venda ameaça o seu consumo, principalmente quando é preciso complementar a renda do grupo doméstico, como afirma F. V. C.: “a gente completou mais um saco [com o açaí destinado para o consumo], agora a gente vai fazer o vinho com esse pouquinho, em compensação a gente ganha dinheiro com mais um saco”.

As práticas desenvolvidas na *Floresta de trabalho* contêm e combinam representações sociais sobre o espaço da natureza. Capins cortantes e galhos com espinhos, além de insetos como formigas, cabas e mosquitos, são perigos constantes na *Floresta de trabalho*. Por exemplo, os mosquitos dificultam a extração do açaí, sendo insuportável em alguns açazais, principalmente o carapanã, funcionando como barreiras para as mulheres e crianças. Para E. S. F., o único meio para afastá-los são as sucessivas pancadas com as mãos, caso contrário não consegue trabalhar, como observa no depoimento: “se a gente ligar pra eles

[carapanã] a gente não trabalha”. Desse modo, a extração do açaí é tida como uma atividade masculina, além da maior parte dos cachos estar em palmeiras altas e escalá-las requer grande esforço físico.

Nas representações sociais dos ribeirinhos, a *Floresta de trabalho* é espaço da natureza onde as onças são encontradas com significativa frequência na cheia. É comum encontrarmos ribeirinhos comentando que felinos atacaram o gado no curral construído perto da casa. Conforme podemos observar no depoimento de C. P. D., ribeirinho da Costa do Canabuoca: “esse bando de onça que tem aqui está atacando o boi de todo mundo [grupo doméstico] aqui. Só esse ano, já matou 18, mas mata também os porcos. A gente já saiu pra caçar elas, mas não encontrou”.

O depoimento de V. S. F. também menciona que as onças atacam constantemente a criação de animais como gado, porco e carneiro, mas não altera a rotina do trabalho na extração do açaí: “a onça tem medo da gente, ela não pega a gente [ribeirinho], somente os bichos [gado, porco e carneiro]”.

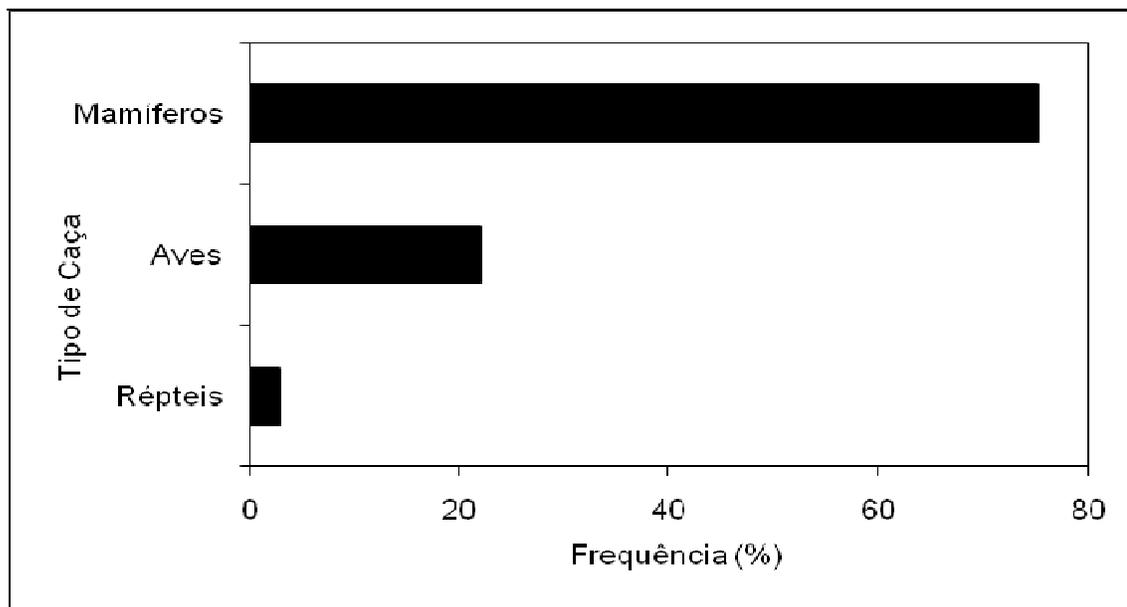
## **2.1.2 Extrativismo animal**

### **2.1.2.1 Caça**

A caça consiste numa atividade sazonal relevante como alternativa alimentar e fonte de proteína animal (MORAN, 1994). Além de ser uma atividade destinada à subsistência, serve à sociabilidade masculina nos momentos de confraternização, não orientados pela lógica do trabalho produtivo (NEVES, 2005).

A caça é uma atividade muito importante nas comunidades, entretanto, não se pode particularizar a sua análise sem deixar de reconhecer que a pesca é a principal fonte de proteína para a maioria das populações amazônicas, sendo muito mais eficiente do que a caça nas áreas de várzea e terra firme (MORÁN, 1990; RIBEIRO & FABRÉ, 2003).

No estudo, foram efetuados 141 registros sobre a atividade da caça. Nesse levantamento, os animais mais comumente caçados foram os mamíferos (75,0%), as aves (22,0%) e os répteis (3,0%) (**Gráfico 05**).

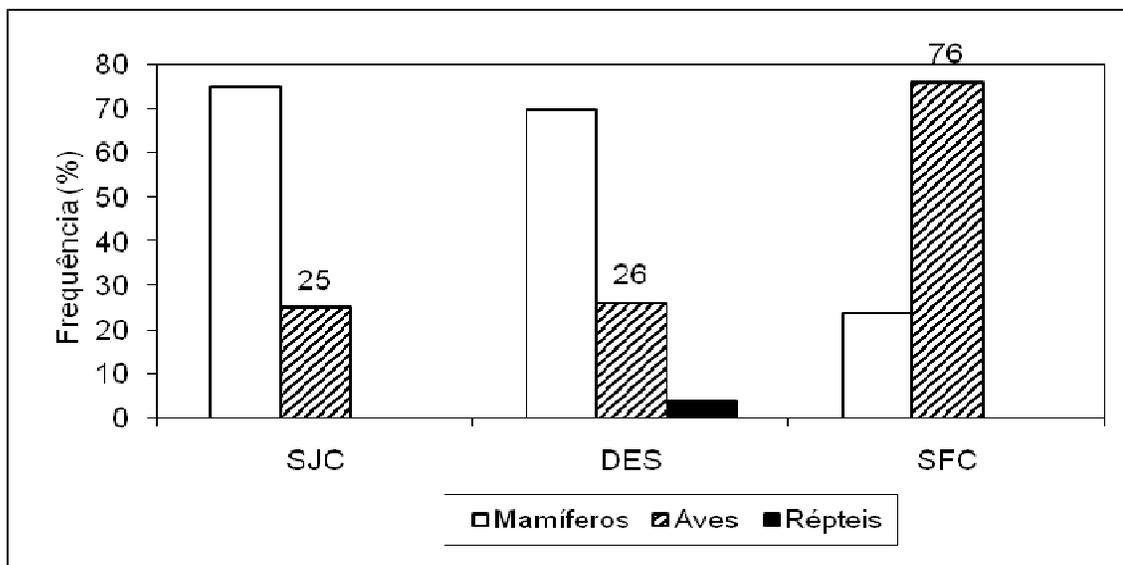


**Gráfico 05** – Diversidade da fauna capturada pelos ribeirinhos do lago Cururu.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Na *Floresta de trabalho*, de acordo com os dados provenientes das entrevistas, observa-se que a maior incidência na captura de mamíferos ocorre na São João dos Cordeiros (75,0%) e na Divino Espírito Santo (70,0%), seguido pela São Francisco do Cururu (24,0%) (**Gráfico 06**).

Em relação à captura de aves no lago Cururu; São Francisco do Cururu é a comunidade que mais caça (76,0%). Estes animais representam 26,0% da captura na Divino Espírito Santo e 25,0% na São João dos Cordeiros (**Gráfico 06**).



**Gráfico 06** – Animais mais capturados pelos ribeirinhos nas duas estações do ano.

**LEGENDA:** SJC = São João dos Cordeiros, DES = Divino Espírito Santo e SFC = São Francisco do Cururu.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

O **gráfico 06** aponta que a captura de mamíferos na São João dos Cordeiros e na Divino Espírito Santo é maior que a captura efetuada pelos grupos domésticos da São Francisco do Cururu. Nas duas primeiras, a caça de mamíferos predomina no período de expansão dos ambientes aquáticos, no qual se desenvolvem certas extensões dos ambientes de várzea alta e terra firme. Na São Francisco do Cururu, o ambiente de várzea elimina a presença de mamíferos. A explicação dos ribeirinhos, para o baixo percentual na captura de mamíferos em São Francisco do Cururu, relaciona-se diretamente com a natureza do terreno que influi maior ou menor abundância de carne de caça.

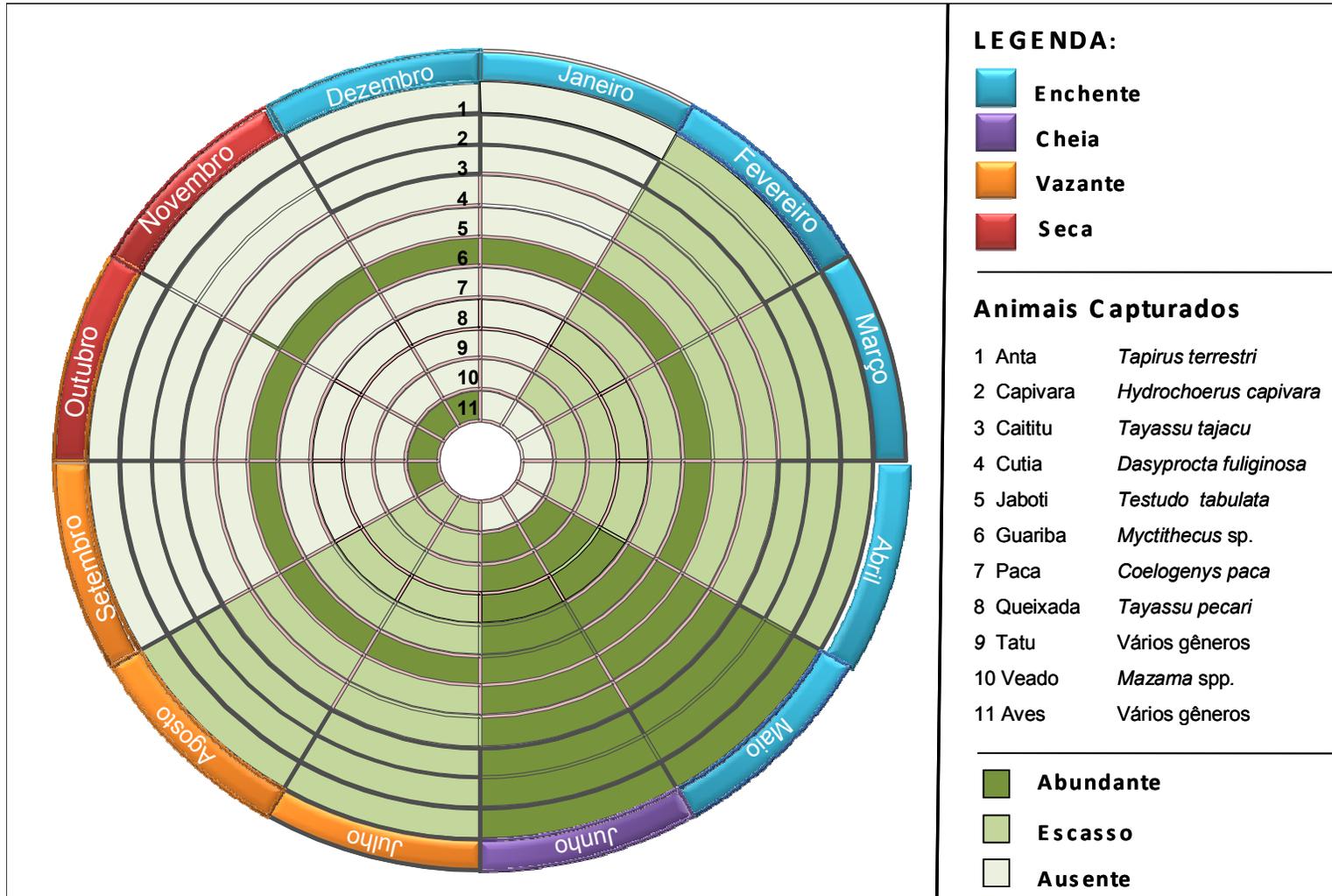
Ao tomarmos novamente o **gráfico 06**, pode-se conjeturar a presença das aves na alimentação dos ribeirinhos das comunidades. Como será visto na seção *Água de trabalho*, pode-se como observamos no **gráfico 07**, que a captura de aves é realizada no ambiente de várzea, via de regra, na estação seca.

No lago Cururu, o tipo de caça capturada depende da estação do ano. A caça de mamíferos é praticada por muitos ribeirinhos na cheia, na *Floresta de trabalho*, apesar de

estar bastante ligada com os ambientes da várzea alta e terra firme (**Figura 25**). De maneira geral, os ribeirinhos citam que a captura de aves ocorre na seca, na *Água de trabalho*, período em que os animais são atraídos pela presença das sementes que germinam na vegetação flutuante do lago Cururu.



**Figura 25** – Paca presa na malhadeira, sendo capturada com muita persistência e sabedoria.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.



**Gráfico 07** – Calendário da distribuição dos animais capturados no lago Cururu.

**FONTE:** Pesquisa de campo, 2006.

No **gráfico 07**, os ribeirinhos das comunidades praticam a atividade de caça nas duas estações principais, cheia e seca, o que é corroborada pela literatura que tem tratado do assunto (WITKOSKI, 2007). O autor concluiu que, na cheia, há uma dispersão das espécies ictiofaunística, aumentando o esforço de pesca, capturando-se menos peixe. Em contrapartida, observa-se a concentração na caça. Com a retração das águas na estação seca, a densidade da população de peixe aumenta de maneira rápida, o que facilita a busca de proteína da ictiofauna e caça-se com menor intensidade.

Ao ler o **gráfico 07**, deve-se sublinhar novamente que os mamíferos são capturados na estação cheia, justamente pelo fato de os animais buscarem preferencialmente a várzea alta ou a terra firme, onde ficam ilhados em pequenas porções de terras da *Floresta de trabalho*, cercados de água por todos os lados:

A gente chega numa terra dessas [pequena porção de terra cercada por água de todos os lados] os bichos estão lá, porque são os únicos lugares com terra. A caça fica de uma terra pra outra, de vez enquanto quando a gente chega nas várzea alta [,] as paca pula na água, agora o tatu é besta, a gente mata de terçado mesmo, agora a paca precisa de cachorro e ver onde ela mergulhou, agora outros bicho só de espingarda (N. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

As espécies de mamíferos capturadas com maior frequência na *Floresta de trabalho* são: paca (*Coelogenys paca*), tatu (várias espécies), anta (*Tapirus terrestris*), veado (*Mazama* spp.), macaco (várias espécies), cutia (*Dasyprocta fuliginosa*) e queixada (*Tayassu pecari*) (**Quadro 05**).

DISTRIBUIÇÃO DAS ESPÉCIES		COMUNIDADES		
NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	DES	SFC	SJC
Paca	<i>Coelogenys paca</i>	18	20	50
Tatu	Vários gêneros	14	12	25
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	11	-	-
Veado	<i>Mazama spp.</i>	11	6	-
Macaco	Vários gêneros	4	10	-
Cutia	<i>Dasyprocta fuliginosa</i>	7	6	-
Queixada	<i>Tayassu pecari</i>	3	5	-
Capivara	<i>Hydrochoerus capivara</i>	-	5	-
Caititu	<i>Tayassu tajacu</i>	2	2	-
Jaboti	<i>Testudo tabulata</i>	3	-	-
Tamanduá	<i>Mirmecophaga tridactyla</i>	-	2	-
Quati	<i>Nasua nasua</i>	1	-	-

**Quadro 05** – Distribuição das espécies de mamíferos capturadas por comunidades na cheia.

**LEGENDA:** DES = Divino Espírito Santo, SFC = São Francisco do Cururu e SJC = São João dos Cordeiros.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Os ribeirinhos costumam caçar quando estão se deslocando para as atividades produtivas na *Floresta de trabalho* ou nos finais de semana, como atividade de sociabilidade masculina.

Com relação às técnicas de captura na *Floresta de trabalho*, podem-se fazer as considerações mais consistentes. Os ribeirinhos utilizam estratégias diversificadas para a apropriação dos recursos naturais na *Floresta de trabalho*. No âmbito das comunidades, a captura da caça se dá principalmente pela perseguição da caça com o auxílio de cães (**Figura 26**). Nesta técnica, o ribeirinho, seguindo o cão, persegue o animal através de seus rastros e rugidos até tê-lo acado completamente, facilitando ao ribeirinho a captura do mesmo. Na perseguição aos animais terrestres, os cães complementam de maneira vantajosa as armas e a habilidade do caçador.



**Figura 26** – Jovem em direção as porções de várzea alta para caçada.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Outra técnica de captura bastante utilizada é a tocaia, onde o ribeirinho prepara o terreno em direção às árvores frutíferas e observa o rastro da caça que se alimentam dos frutos e, então, fica no local escolhido durante a noite esperando o animal chegar até abatê-lo com o uso da espingarda.

Uma minoria dos ribeirinhos utiliza a técnica de captura por armadilhas, que consiste num dispositivo de disparo fabricado, a partir de canos de ferro ou com a própria espingarda, onde o caçador numa determinada área estende uma corda ou um arame no caminho e quando o animal passa o dispositivo é disparado.

É importante esclarecer que a caçada assume duas importantes formas na percepção dos ribeirinhos, seja na *Floresta trabalho*, seja na *Água de trabalho*. A primeira, considerada como a mais importante, é o da caça em grupo que compreende a existência de uma cooperação entre os ribeirinhos que agem de maneira conjunta nas emboscadas, onde a distribuição da carne dos animais é feita igualmente entre os mesmos. A segunda forma é a

caça individual, em que o ribeirinho distribui parte da carne da caça entre os parentes que têm a obrigação em retribuir o “presente” em algum momento. A relação de doação da caça entre parentes garante ao ribeirinho o suprimento de alimento em alguma ocasião que não tiver sucesso na caçada.

Se a presa do caçador for grande, ele retira a parte do seu grupo doméstico e de seus parentes, cuja distribuição de carne segue uma linha bem definida como apresentamos acima. Os ribeirinhos da comunidade que tiverem o interesse em conseguir a carne agem discretamente, buscando informação sobre o tipo de animal capturado. Se for um veado, uma anta ou um caititu, às vezes (raramente) o restante da carne é vendido. Presenciamos a venda somente na comunidade Divino Espírito Santo. Essa, aliás, é uma comunidade onde os animais maiores aparecem, devido à proximidade da terra firme.

Podemos dizer que os ribeirinhos afirmam que a melhor época para caçar é a cheia. E o melhor local para caçar é o ambiente de várzea alta, localizado na *Floresta de trabalho*, onde se ouvem variados tipos de ruídos: sons de insetos, peixes, frutos ou galhos de árvores, diferentes dos ruídos emitidos pelos animais caçados. Os ruídos dos animais sempre chamam a atenção dos ribeirinhos, o que faz com que, num rápido movimento, agarrem a espingarda ou terçado. Perguntados a respeito dos ruídos, os ribeirinhos sempre dizem que conseguiram associar o ruído com animal devido à vivência com a floresta.

Na *Floresta de trabalho*, também se encontra o ambiente de terra firme. Geralmente, as caçadas desenvolvidas na terra firme são realizadas por grupos de homens. Cada grupo pode conter de três a seis indivíduos, que atuam em cooperação na captura do caititu, animal que vive em grupos de 50 a 100 e atinge peso de até 30 kg, cujas manadas aparece somente neste ambiente (MORAN, 1990). Assim, o desenvolvimento da atividade de caça depende da aparição das manadas de caititus e, nos momentos que não estão caçando, os ribeirinhos extraem alimentos de origem vegetal como: açaí, uixi e piquiá; remédios medicinais, óleos

essenciais, drogas alucinógenas, estimulantes e substâncias aromáticas. Somente os homens têm acesso ao ambiente de terra firme para desenvolverem as atividades de caça e extração, em virtude da quantidade de dias, de dois a sete dias, suficientes para alcançarem os seus objetivos.

A mobilização de saberes sobre os recursos naturais por parte dos ribeirinhos que vivem em áreas de várzea ou terra firme, engendra a possibilidade de gerar produtos do trabalho (CASTRO, 1997). Elas conhecem detalhes importantes a respeito do comportamento dos animais, dentre os quais seus urros, os alimentos de que preferencialmente se nutrem, características de excremento e marcas de dentes nas frutas, entre outros (POSEY, 1997) **(Figura 27)**.

Nesse contexto, o depoimento abaixo evidencia que a observação do ribeirinho sobre o comportamento dos animais lhe assegura capturas regulares. No caso, a ação prática na captura da caça combinou informações sobre o rastro do animal e *hábitat* **(Figuras 27 e 28)**.

Eu sabia que [a paca] estava lá naquela ponta [de terra], já tinha visto o rasto da bicha [paca], aí fui seguindo [o rasto] até chegar na entrada do pau [tronco de uma árvore caída], aí quando eu olhei aquela entrada [do tronco da árvore] fechada com [a] folha [que estava] do lado do [tronco] pau, aí eu sabia que a paca está lá. Como eu não tinha espingarda, não adiantava mexer no buraco, sabe por quê? Naquele dia que o papai encontrou aquela paca no buraco [da árvore], a gente sabia que tinha [uma] paca [lá], [mas] o papai cutucou o buraco, aí a bicha [paca] pulou, mas é tão rápido [o pulo] que não tem como cortar [com o terçado]. Aí eu falei [pra mim mesmo, se] eu mexer [novamente como o papai] ela pula, por isso voltei em casa e peguei a malhadeira, [depois] estendi na saída [do tronco da árvore], quando coloquei a malhadeira no buraco ela [paca] já sabia que seu estava lá, aí ela ficou preparada pra pular, mas quando ela pulou eu já estava pronto [com o terçado] e tchá! Terçado nela, mas quase ela saia da malhadeira (N. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).



**Figura 27** – Ribeirinho localizando a distância do tatu.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.



**Figura 28** – Ribeirinha preparando a paca.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Geralmente, a carne da caça é consumida fresca e costuma ser preparada do mesmo modo que os peixes. Dependendo do tamanho do animal, ele pode ser fervido e consumido imediatamente. Se for uma paca ou um tatu, depois da refeição de carne cozida com muita água e transformada em caldos, salga-se o resto para conservá-lo por dois dias. Além disso, pode-se ver que a organização para a atividade da caça depende da falta de carne total, ou de parte dela. O que significa que os ribeirinhos não acumulam carne de caça, ou seja, utilizam um mecanismo social de controle da atividade para renovação do recurso.

## 2.2 TERRA DE TRABALHO

Para os ribeirinhos, a *Terra de trabalho* – assim como a *Floresta e a Água de trabalho*, conserva as condições de que necessitam para a subsistência. Pode-se perceber, ainda, que a *Terra de trabalho* é conhecida, não apenas como um emaranhado de cobertura vegetal e solo fertilizado, que propicia as condições para que a terra seja fecundada, mas como uma realidade que propicia a reprodução social da vida.

A *Terra de trabalho* é importante para reprodução social dos modos de vida ribeirinhos. As práticas da agricultura têm como finalidade a produção agrícola necessária para a subsistência, obtida após um determinado período de transformação da floresta de várzea por meio do trabalho em roças.

### 2.2.1 Práticas da agricultura

A agricultura possui, para todas as três comunidades, uma percepção diferente, a do extrativismo vegetal e animal, ou seja, o que se retira da natureza. A agricultura transformada a natureza em um ecossistema artificial que é construído com energia humana. A agricultura é a grande atividade, traduzida nas frases dos ribeirinhos:

Gosto de apanhar açaí, tudo é mais fácil, trabalho só [período] de manhã. Não só apanho açaí, faço uma rocinha [de mandioca e macaxeira] e pesco. Gosto mesmo é do [trabalho com] açaí [...] Como eu me defino? Sou um agricultor (J. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2006).

Olha só meu filho, eu planto cana-de-açúcar, estou limpando a vazante para plantar roça [de mandioca, macaxeira, milho e feijão], quando vi vocês [chegando] estava pescando, [agora] só não apanho açaí por que não tenho [na minha propriedade] [...] agora eu sou agricultor (E. M. S., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Das entrevistas realizadas nas comunidades da área estudada, pode-se deduzir que cada família possui a sua roça. Os grupos domésticos entrevistados relataram como plantam

suas roças, falando em especial da importância da farinha de mandioca, componente básico da dieta do ribeirinho. Esta é consumida misturada em todos os pratos, seja com peixe, carne de caça, vinho-de-açaí, vinho de bacaba (*Oenocarpus minori*) e frutas – abacaxi (*Ananas comosu*), melancia e banana. A farinha de mandioca pode ser deixada de molho na água e o resultado é o chibé, consumido por grande parte dos ribeirinhos.

Nas roças dos ribeirinhos trabalham, em geral, o pai, sua esposa, os filhos mais velhos e os agregados.

Trabalho mais é com a família nesse negócio de malva e roça, principalmente a roça que a família mais trabalha, porque a rapagem [do tubérculo] de uma em uma demorada, principalmente em farinha grande, o cara [ribeirinho] tem que batalhar muito pra rapar [tirar a casca do tubérculo], porque a dificuldade é grande. Se o cara for fazer uma farinha vamos supor de dez saco de farinha, acaba rapando muita mandioca. Tem que ter muita gente pra ter massa [de mandioca] pronta (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Alguns ribeirinhos utilizam mão-de-obra de terceiros, contratados na própria comunidade, conforme compreensão de Fraxe (2000) e Waichman & Nina (2003).

[Quando] a gente vamos arrancar pra terra mandioca, vamos arrancar duas canoa de mandioca, aí quando a gente tem uma condições, aí gente vamos pagar dois rapadeiros [que retira a casca do tubérculo], quer dizer duas mulheres pra ajudar a gente, porque nós somos só dois. Se a agente vamos pagar duas rapadeira, são 10 reais o trabalho, então a gente tem 20 reais pra pagar [para] duas raspadeira pra ajudar a gente a raspar mandioca, àquele trabalho é mais ligeiro (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Ainda, utilizam o sistema de mutirão ou ajuri que pode ser realizado em qualquer parte do processo produtivo, bastando que o chefe do grupo doméstico necessite da ajuda dos parentes na sua roça. Esta forma de ajuda mútua permite que o trabalho de um determinado grupo doméstico que demoraria alguns dias, seja terminado em um dia de trabalho coletivo com os parentes. O grupo doméstico que realiza o mutirão fica na obrigação de retribuir o trabalho em algum momento.

Aqui, às vezes quando a gente trabalha pra ajudar o vizinho, é grátis mesmo, não paga nada, mas pra mim é serviço de ajuda. Vai lá, dá uma ajuda, às vezes ali faz uma farinhazinha. A gente só sai daqui pra isso mesmo, quando nós tá no tempo da farinhada e queremos uma ajuda, aí a gente vai, mas é ajuda. [Agora] Considero como meu amigo quem eu ajudo, dou o trabalho pra ele, não precisa de nada (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Constatou-se que os grupos domésticos das comunidades preferem trabalhar individualmente, ou seja, cada um em sua respectiva roça:

Eu não sou uma pessoa que trabalha em mutirão em comunidade. O agricultor nunca faz um trabalho [onde] que sempre ele lucra [,] pra fazer aquele trabalho que todo tempo ele sai perdendo, como esse meu irmão L. S. F. Ele trabalhava aí, ele começou a trabalhar, aí quando foi indo, aí quando acabou o tal do mutirão, ele perdeu 6 dias de trabalho. Adivinha, até hoje o pessoal num vinheram dá o dia de trabalho pra ele, 6 dias de trabalho, [,] se esses 6 dias de trabalho que ele tivesse trabalhando só ele no roçado, ele tinha feito muito, [,] se é por isso eu não gosto de fazer esses trabalhos, porque todo que entra ele sai perdendo (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Os instrumentos agrícolas utilizados pelos ribeirinhos são basicamente o terçado, machado, enxada e forno de metal (**Quadro 06**). Cada ribeirinho que trabalha na roça possui seu próprio terçado. Quanto ao machado e à enxada, cada grupo doméstico possui o seu próprio instrumento. Pelo alto valor econômico que possui, nem todos os grupos domésticos possuem o forno de metal. Assim, é comum haver empréstimo para os grupos domésticos que não o possuem, o mesmo ocorrendo com o motor à combustão, que gira o caititu para ralar a mandioca. Outros instrumentos como boca-de-lobo, pá e foice quase não são utilizados.

INSTRUMENTOS	ATIVIDADES	CULTIVOS
Machado	Derrubada	Mandioca e macaxeira
Terçado	Broca, coivara, capina e colheita	Mandioca, macaxeira, milho, feijão e malva
Enxada	Capina e plantio	Mandioca, macaxeira, milho, feijão e malva
Forno	Torra (farinha, tapioca e beiju)	Mandioca e macaxeira

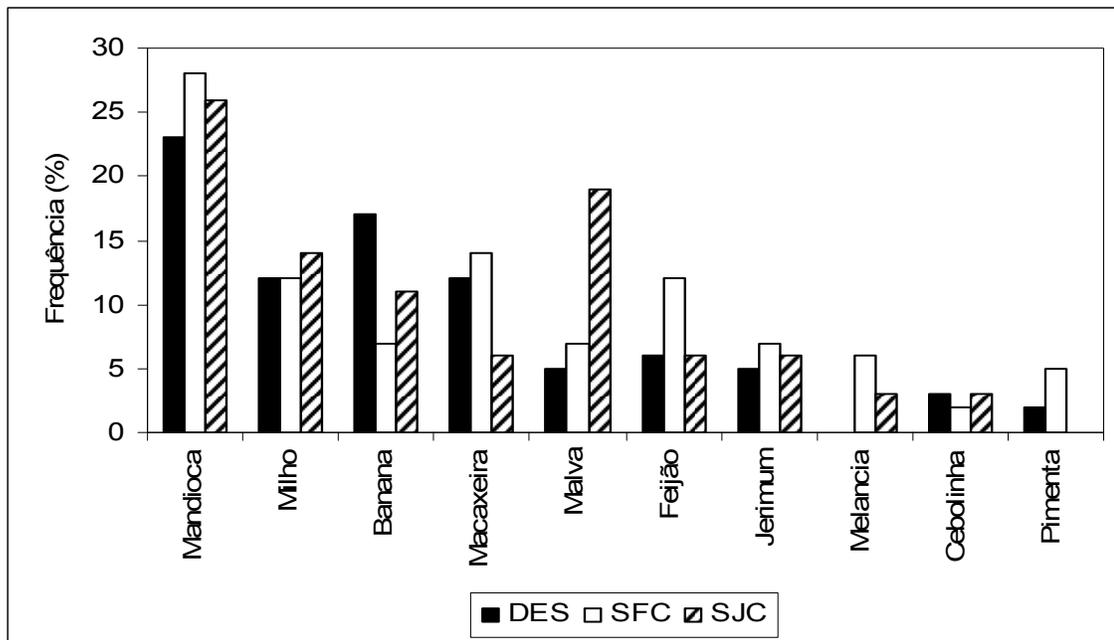
**Quadro 06** – Instrumentos de trabalho usados pelos ribeirinhos no processo de trabalho na roça.

**FONTE:** Pesquisa de campo, 2005.

Noda *et al.* (2001) demonstram que os instrumentos utilizados pelos ribeirinhos são manuais e individuais, culturalmente adaptados a cada prática agrícola. Enxadas, terçados ou machados são também instrumentos de trabalho que possuem dimensões simbólicas, isto é, elementos definidores de posições sociais, conforme esclarece Woortmann & Woortmann (1997, p. 48):

A brocagem é feita com a foice maior, instrumento do pai. O instrumento foice, pensado genericamente, tanto é utilizado pelo pai como pela mulher e pelas crianças. O que faz a distinção é o tamanho e a qualidade: ao homem é destinada a foice maior, mais nova ou em melhores condições de uso. A mulher e as crianças recebem a foice mais velha, maior e em piores condições de uso, utilizadas em outras etapas do processo produtivo.

Os cultivos agrícolas mais plantados pelos ribeirinhos em ordem decrescente de importância, são: mandioca (*Manihot esculenta*), malva (*Urena lobata*), banana, macaxeira (*Manihot esculenta*), milho (*Zea mays*), feijão, jerimum (*Cucurbita maxima*), melancia (*Citrullus vulgaris*), cará (*Dioscorea trifoliata*), pimenta cheirosa (*Capsicum sp.*), cebolinha (*Allium fistulosum*), maxixe (*Cucumis anguria*), maracujá (*Passiflora edulis*) e abacaxi (*Ananas comosus*) (**Gráfico 08**).



**Gráfico 08** – Distribuição dos principais cultivos, por comunidade, no lago Cururu.

**LEGENDA:** DES = Divino Espírito Santo, SFC = São Francisco do Cururu e SJC = São João dos Cordeiros.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Podemos observar que nas comunidades estudadas, o cultivo de mandioca é predominante entre os outros cultivos agrícolas, sendo mais evidenciado na São Francisco do Cururu (28,0%), seguido da São João dos Cordeiros (25,0%) e da Divino Espírito Santo (23,0%). Na maioria dos casos, os cultivos de mandioca são destinados para produção de farinha.

A prática da agricultura possui centralidade para os grupos domésticos deste estudo, ganhando maior expressão com a roça de mandioca. A constatação dessa prática no lago Cururu não é diferente de outras partes da Amazônia, onde pesquisas demonstram que o cultivo de mandioca é a característica marcante do subsistema agrícola (NODA *et al.*, 2001, 1997; RIBEIRO & FABRÉ, 2003; FRAXE, 2000; WITKOSKI, 2007).

Depois da mandioca, como indica o **gráfico 08**, os cultivos mais citados pelos entrevistados na São João dos Cordeiros foram a malva (19,0%) e o milho (14,0%); na Divino Espírito Santo, foram a banana (17,0%) e o milho (12,0%); e na São Francisco do Cururu, foram a macaxeira (14,0%) e o milho (12,0%). No que se refere ao feijão, observa-se uma predominância como quarto plantio na São Francisco do Cururu (12,0%) e na Divino Espírito Santo (6,0%), aparecendo como quinto plantio na São João dos Cordeiros, finalmente aparece a banana (6,0%).

Quanto à diversidade de plantio na roça, pode-se afirmar, de acordo com os dados, que a Divino Espírito Santo apresentou a maior diversidade de espécies cultivadas. Sistematizaram-se 16 tipos de cultivos em todas as roças. Os grupos domésticos da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros plantam cerca de 10 tipos diferentes de cultivos agrícolas.

Das 13 entrevistas realizadas, pode-se inferir que a agricultura no lago Cururu se caracteriza pela prática de corte e queima, nas quais pequenas áreas, menores de 2 hectares, são derrubadas, desmatadas, queimadas e encoivadas e, logo depois, plantadas.

Para as comunidades do lago Cururu, o calendário agrícola tem início em agosto se o roçado<sup>11</sup> for preparado na mata que não sofreu derrubada. A preparação exigirá o trabalho de broca, derrubada, queima, coivara e limpeza. Se o terreno já tiver sido trabalhado em anos anteriores, o trabalho demandará apenas broca, queima e limpeza. Este trabalho é que transforma a mata em *Terra de Trabalho*.

A escolha do terreno na restinga alta permite ao ribeirinho um tempo maior no processamento da produção, durante a estação cheia, ao contrário, a colheita de toda a produção ocorre em poucos dias, sobrecarregando a mão-de-obra do grupo doméstico.

---

<sup>11</sup> O *roçado* passa a ser uma palavra para designar toda e qualquer plantação de pequena produção (GARCIA JR., 1983, p. 126).

Segundo Noda *et al.* (2001), as cultivares da várzea são precoces, dado o limitado tempo de cultivo. Os cultivos de várzea impedem o armazenamento de raízes de tubérculos, como fazem os agricultores de terra firme. Segundo V. S. F., devido à enchente rápida, os ribeirinhos têm que processar toda a produção em poucos dias para não ter perdas. “Não tive perda este ano, a água ajudou este ano. Ela [água] veio subindo, mas quando chegou próximo da roça parou um pouco, depois voltou a subir, então deu tempo para colher toda a produção” (SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Quando a água da enchente não alaga totalmente o solo da roça, é possível o armazenamento de tubérculos no roçado. Foram encontrados ribeirinhos beneficiando mandioca, no período do plantio, correspondente aos tubérculos do plantio do ano anterior. Essa roça assume uma importância fundamental para o grupo doméstico.

Essa mandioca é duma roça que nós tem aí pra trás, nós não tiramos tudo, acabou ficando um pedaço, na verdade ficou esse pedaço porque a água não alagou tudo, agora estamos fazendo uma farinhada de cinco sacos pra comprar os remédios do papai (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Assim, a preparação do roçado necessita do saber especializado do ribeirinho como elemento de apoio qualificado no que se refere à necessidade da abertura do roçado na restinga. Segundo Sternberg (2000), o fator de aproveitamento da várzea ocorre no período da vazante, quando é liberada a terra para o ano agrícola, na enchente, quando o produtor dispõe de mais tempo para recolher sua safra.

É o que também observa Woortmann & Woortmann (1997, p. 36) a respeito do conhecimento dos camponeses na escolha do terreno: “existem solos muito distintos, terras fortes e terras fracas; terras adequadas a este ou àquele produto ou variedade, que deve atender ao consumo e/ou à comercialização”.

A transformação da restinga em *Terra de trabalho* é somente executada pelos homens, que participam ativamente da derrubada, queima, coivara e plantio, podendo ajudar na colheita e no preparo da farinha. Em conversa com F. S. F., o mesmo disse: “eu pelo menos, eu boto [preparo] o roçado. [Quando estamos plantados os cultivos] Na roça ela me ajuda na capina, agora pra derrubar eu derrubo sozinho mesmo”.

É possível perceber, no depoimento, que a atividade de cuidado e limpeza da roça é trabalho destinado às mulheres. Woortmann & Woortmann (1997, p. 59) confirmam a informação acima no seguinte trecho: “após a queima, segue-se a coivara. Isto significa que o domínio do homem sobre a natureza já se concretizou, e que ela já se tornou mansa. Por isso, pode entrar em ação agora, pela primeira vez no processo, a força de trabalho feminina”.

Na área de estudo, a mulheres maiores de 12 anos trabalham na roça, mas isso não é considerado trabalho, conforme a expressão do F. S. F: “é ajuda”. As crianças são inseridas bem cedo na roça, realizando atividades “sem compromisso”, como brincadeira ou “ajuda”. Fraxe (2000) confirma isso, dizendo que as unidades famílias estão organizadas no trabalho da produção agrícola, executado pelo chefe da família acompanhado dos filhos homens, na sua maioria maiores (igual) de 7 anos de idade.

Construído o roçado, os ribeirinhos começam a organizar o espaço para o plantio, levando em consideração as informações sobre o solo mais adequado para cada cultivo, a partir do cultivo do ano anterior.

Sabe como a gente faz o plantio. A gente escolhe o terreno pra aquele tipo de plantio. A gente na vazante dá uma roçadinha na vazante pra planta feijão, milho, jerimum, esses plantios rápidos. A mandioca a gente planta numa área mais alta, senão perde toda a produção, sabe porque? Quando a terra da mandioca fica molhada, aí a mandioca apodrece, eu não sei o segredo, mas a gente só planta em várzea alta. É assim, todo o plantio tem uma terra (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

As informações que orientam a atividade do roçado não são distribuídas igualmente entre os grupos domésticos. Segundo Laraia (2003), a participação do indivíduo em sua cultura é sempre diferenciada. Assim, a ausência de informações, por exemplo, sobre as características do terreno e/ou do solo pode levar ao fracasso do plantio de determinados grupos domésticos.

Ano passado a minha roça morreu todinha, plantemos até um pedaço bom de roça, mas quando deu desse tamaninho, a bicha [tubérculo] foi morrendo, morrendo. No final eu acho que nós fizemos umas 3 sacas de farinha, porque fizemos já verdinha, já pra aproveitar mais que tava morrendo mermo. Naquela época, bateu um chuveiro [chuva] e a água encharcava a roça, a batata [da mandioca] amolecia tudinho embaixo da terra, aí quando ela vinha murchar à folha em cima, a batata em baixo não prestava mais, por causa por isso, que a gente compremos farinha. Aqui em casa nós temos um despesa grande, porque nós temos muita gente pra comer, um saco de farinha aqui é 8 dias, aqui em casa. Esses tempos tá durando mais [farinha] porque a gente compra o arroz, porque tá a maior dificuldade pra trazer [da cidade] um saco de farinha pra cá. A gente pagou 20 reais no mês passado pra trazer um saco de farinha pra cá, tem que pagar o carregador (S. M. G., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Woortmann & Woortmann (1997) afirmam que o roçado é dividido em diferentes espaços, separados por cercas simbólicas, constituídos por diferentes plantios. Como cabe à mulher a atividade do plantio, cabe a ela também a responsabilidade da divisão da roça:

Mesmo excluídas da, ou nelas admitidas de forma subordinada [...] são as mulheres que duvidem a roça, isto é, os vários subespaços do espaço maior masculino. Esses subespaços são organizados em função de um produto referência. O fato de o produto-referência caracterizar determinado espaço ou sistema de cultivo não significa que se adote [a monocultura] o cultivo solteiro (WOORTMANN, 1997, p. 88).

O plantio dos grupos domésticos do lago Cururu é feito no formato misturado e dividido<sup>12</sup>, sendo essas as modalidades preferidas. Quando perguntou aos ribeirinhos a respeito da estimativa da quantidade de pés de cada cultivo plantado, os ribeirinhos disseram

---

<sup>12</sup> As roças misturadas são áreas que num mesmo espaço se cultiva de forma aleatória ou sistematizada, por exemplo, culturas agrícolas (cultura principal) e outras espécies frutíferas (cultura secundária). As roças divididas são aquelas que numa mesma área, o agricultor divide o terreno e planta as culturas separadas com a finalidade de garantir sua produção e os monocultivos são geralmente de mandioca e banana (SILVA, 2006).

que eram muitos quando se tratava do cultivo principal. Quando perguntou a respeito dos demais cultivos, disseram que não contavam a quantidade no momento do plantio.

É importante ressaltar que o plantio da roça depende da aquisição do material vegetativo, comumente denominado de maniva. A aquisição do material vegetativo se dá através da doação, compra ou conservação, sendo a sua circulação e propagação prática bastante comum entre os grupos domésticos do lago Cururu.

Um informante relatou como obteve as manivas. Ele comentou que um pescador trouxe o material vegetativo das terras dos índios Ticuna, Alto Solimões, sendo, primeiramente, plantada na propriedade de um parente na margem do rio Solimões. Depois, as manivas foram doadas e plantadas na sua propriedade; em seguida, espalhou as manivas para roças dos grupos domésticos do lago Cururu.

O material vegetativo para propagação dos clones não pode ser mantido como plantas vivas, em função da permanência da água na estação cheia. Isto faz com que as hastes das manivas sejam conservadas em plataformas suspensas, abrigadas ou não na sombra (**Figuras 29 e 30**).

Em função da descida das águas, as pontas das hastes são enterradas no solo ainda encharcado para recuperar sua capacidade genética e não perderem sua viabilidade (NODA *et al.*, 2001; WITKOSKI, 2007). Quando as hastes das manivas não são guardadas para o próximo plantio, a produção dos ribeirinhos fica comprometida. Está situação acontece quando o ribeirinho não conserva o material vegetativo suficiente. Presenciava-se a conversa de alguns ribeirinhos que acusavam os vizinhos de serem os responsáveis pela roubalheira das hastes das manivas.

Constatou-se também que as sementes de feijão, milho, jerimum, melancia e pimenta doce são oriundas dos próprios plantios, sendo conservadas em garrafas plásticas de refrigerante.



**Figura 29** – Manivas conservadas na plataforma suspensa, o jirau.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

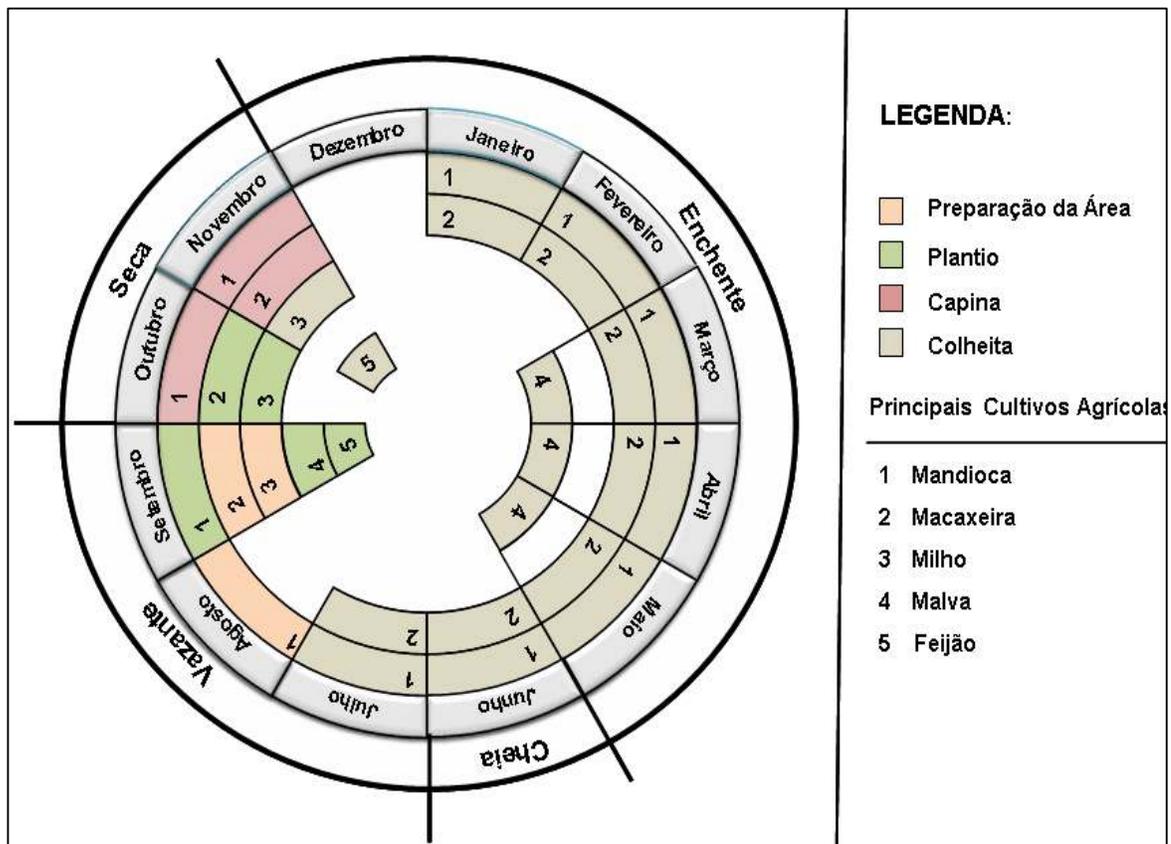


**Figura 30** – Note-se a conservação das manivas no canto esquerdo da imagem, em cima dos troncos flutuantes.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

A semente da malva é adquirida no escritório do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM, situado em Manacapuru. Ou recebida do patrão, que tem o privilégio na compra.

A estação de plantio e colheita varia de acordo com a espécie plantada, com as condições dos ambientes e com o sistema de produção adotado. De setembro a outubro, o roçado é cultivado com mandioca, macaxeira, feijão, milho e malva, que coincide com o início das primeiras chuvas (**Gráfico 09**).

Em setembro, realiza-se a capina dos plantios de mandioca e feijão. Já em outubro, retira-se o mato da macaxeira e malva. Em novembro, faz-se a capina dos plantios de mandioca e de milho. Já em dezembro ocorre a capina do mato da malva (**Gráfico 09**).



**Gráfico 09** – Calendário das atividades agrícolas das comunidades do lago Cururu.

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

A capina da roça também acontece no momento da colheita dos plantios, permitindo que o solo seja submerso sem o mato, o que conseqüentemente, possibilita que, na vazante, o solo esteja pronto para o plantio.

A vazante já sai no limpo, aí você já vai fazer o quê? Você já vai esperar secar a terra, aí quando tiver seca, aí você vai plantar de novo, aí você vai plantar e esperar. Depois, você capina de novo aquela roça ou aquela malva, ou aquele milho, ou aquela melancia ou qualquer um que você plantar. Se você vai capina e deixa no limpo, então você não pode plantar uma produção e deixar ela crescer no cerrado, porque se ela for pegar o crescimento e ela tiver no cerrado, ela não cresce, ela não dá nada. Se for uma mandioca ela não vai dar batata (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A capina tem a finalidade remover o mato que causa danos ao plantio, separando o plantio do mato invasor ou erva daninha (**Figura 31**). Conforme é possível observar no depoimento: “tem que roçar o mato do meio da roça e fazer a limpeza da borda da roça para permitir que o vento entre nas manivas, outro é não deixar que o mato impeça o crescimento da roça” (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005). O mato prejudica o crescimento do plantio, sendo necessário que ocorra a capina nas diferentes fases de sucessão do roçado. Portanto, a capina garante a adubação ecológica dos plantios, permitindo, inclusive, a reposição dos nutrientes que se perdem com a precipitação: “Se a gente deixar o mato, a roça não cresce, nasce novamente o mato. A gente capina e deixa o mato secar no roçado, aí a roça plantada fica bonita” (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A capina do roçado envolve um conjunto de instrumentos e uma seqüência de procedimentos de trabalho. Primeiramente, afia-se o terçado e a enxada na pedra que serve para polir o metal; se o roçado estiver localizado na outra margem do lago, usa-se uma canoa para atravessar. Além disso, usam-se roupas, botas e chapéu de palha de proteção contra animais, espinhos e principalmente a insolação.



**Figura 31** – Ribeirinho capinando a roça de mandioca.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Depois que o plantio está totalmente limpo, os grupos domésticos dedicam-se a outras atividades produtivas, como a extração da bacaba (*Oenocarpus minori*), a caça das aves e a pesca. O próximo passo acontece com a colheita do milho e do feijão para o consumo, que é também o período que inicia o processo do corte da palha e madeira para o conserto da casa de farinha. Em janeiro, é tempo de colher a mandioca e a macaxeira pela primeira vez, pode-se colher a mandioca até julho, dependendo da velocidade da enchente.

As técnicas usadas pelos ribeirinhos no beneficiamento da farinha de mandioca, em geral, são as mesmas para todos os grupos domésticos. O beneficiamento pode ser descrito assim (**Quadro 7**):

A casa de farinha precisa estar organizada com os instrumentos necessários para a produção: forno de metal, motor de combustão, prensa e peneira. Primeiramente, corta-se a lenha para o forno. Logo em seguida, o tubérculo é arrancado na roça para ser afogado dentro

de uma canoa ou saca para que aconteça a maceração, que o amolece, permitindo a retirada de sua casca com maior facilidade.

O próximo passo é arrancar tubérculos para serem descascados. Geralmente o pai e os filhos maiores arrancam e carregam os tubérculos da roça para casa de farinha enquanto os demais filhos ficam responsáveis em descascá-los.

Depois de mais ou menos cinco dias, é tempo de ralar a mandioca no motor de combustão que gira, preso a uma bancada com um caititu. O produto é ralado, e a massa cai dentro de uma garera<sup>13</sup>, situada embaixo do motor. O preparo da massa acontece quando se dá a mistura da mandioca ralada com a massa da mandioca, que sofreu o processo de maceração. Posteriormente, a massa é colocada numa prensa para extrair o suco venenoso, que exprimido lentamente através de um tronco de árvore usado como suporte.

A partir do sexto dia, a massa é retirada da prensa para ser peneirada e torrada no forno. Em seguida, é colocada no formo de ferro para ser torrada, continuamente removida por movimentos feitos com o remo.

ATIVIDADES	1º DIA	2º DIA	3º DIA	4º DIA	5º DIA	6º DIA	7º DIA	8º DIA	9º DIA
Cortar lenha na roça	■								
Arrancar mandioca no roçado para ser depositada na água		■							
Descansar			■						
Arrancar mandioca no roçado para ser descascada				■	■				
Ralar o tubérculo no caititu/motor					■				
Misturar o tubérculo ralado com o tubérculo amaciado na água					■				
Remover o suco venenoso por meio de uma prensa						■			
Peneirar a massa por uma peneira							■	■	■
Torrar a massa em um forno de metal							■	■	■

**Quatro 07** – Distribuição das atividades necessárias para os ribeirinhos produzirem a farinha de mandioca.

**FONTE:** Pesquisa de campo, 2005.

<sup>13</sup> Utensílio utilizado na fabricação de farinha, em forma de uma canoa.

O processo de trabalho no beneficiamento da mandioca varia muito pouco, entretanto o tempo de produção é distinto. Conforme observação na área estudada, para os grupos domésticos que trabalham com uma média de 6 indivíduos, são necessários 9 dias para produção de 10 sacos de farinha de mandioca.

### **2.2.2 A malva**

A preparação do roçado da malva depende da forma de trabalho. Quando a malva é semeada logo que a água começa a baixar, necessita apenas de uma capina. As atividades de broca, derruba, queima e coivara acontecem quando a malva é plantada na restinga baixa, precisando da capina nos meses de outubro e dezembro.

A maioria da malva pode ser colhida depois de cinco meses, dependendo da velocidade da enchente do lago Cururu. Uma vez que a água se aproxima da malva, deve-se cortá-la, com o uso do terçado. A planta é cortada quase rente ao solo para um maior aproveitamento das hastes, sendo que as hastes finas são retiradas na formação do feixe. Após amarrar os feixes, os ribeirinhos o transportam até o local do afogamento. Cada feixe contém uma média de 75 varas, que produz cerca de 900 a 1000 gramas de fibra por feixe (**Figura 32**).



**Figura 32** – Ribeirinho montando o feixe de malva.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Depois do corte, a malva é “afogada” durante 12 dias para que ocorra a maceração, que amolece as hastes fazendo com que as fibras se desprendam naturalmente. O trabalho de remoção da fibra é realizado dentro d’água (**Figuras 33 e 34**).

Finalizado o processo de lavagem, a malva é estendida em varais que podem ser armados ao lado da casa, ou num local aberto para que o sol possa secar a fibra. O varal é colocado perto da casa para facilitar o trabalho de virar a fibra para secar uniforme ou retirar, no caso de chuva.



**Figura 33** – Ribeirinha puxa a fibra para que se desprenda das hastes.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.



**Figura 34** – Ribeirinha puxa a fibra para que se desprenda das hastes

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

A fibra seca é enfardada. O enfardamento se dá da seguinte maneira: prendem-se dois pedaços de madeira de 40 cm no chão, separados 100 cm um do outro. Prende-se a enxada nos pedaços de madeira; em seguida, amarram-se três cabos (5 metros cada cabo) feitos de fibra da malva na enxada e estendem-se no chão; coloca-se a fibra em cima do cabo e utilizando um bastão de madeira prende o fardo (**Figura 35**). A fibra é disposta em fardos de 50 quilos que são guardados na casa do ribeirinho até o momento da venda.



**Figura 35** – A fibra já disposta no fardo de 50 quilos.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Os roçados abertos na restinga evidenciam com mais clareza a característica da várzea presente no lago Cururu. O abandono dos roçados após cinco anos de plantio é sinal de que sua fertilidade é muito variável:

Se você faz um roçado numa parte que todos os anos alagava, ela vai pra dentro da água [inundação]. Então, se num roçado você pode plantar 3, 4, 5 anos, porque todo tempo a água fica lavando [inundação], todo tempo aquela água fica botando aquele aterro [fertilidade]. Agora na terra que não alaga você no máximo pode plantar é 2 ou 3 anos, acaba ficando uma terra fraca, ela já não dá mais aquele produto como no primeiro ou segundo ano, aí o terceiro ano ela já vai ficar cansada. Então, ela já não dá mais aquele produto, aí você tem de fazer outro [roçado] e deixar aquela área ir

pra capoeira, virar mata e você já faz outro roçado (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

A dinâmica da água branca influencia o desenvolvimento das atividades econômicas, por meio das mudanças provocadas na morfologia do solo, gerando diferentes formas de uso dos recursos naturais.

Às vezes a água ela derrete muito barro pra ficar só no adubo, você pisa numa terra dessa aqui tá barrenta, só barro mesmo, líguento, quando ela vai no fundo e sai, se você pisar em cima dela você sente que aquela terra ficou bastante adubo (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

O conhecimento do ribeirinho sobre a importância da flutuação do nível da água lhe proporciona o reconhecimento da *Terra de trabalho* adequada para o plantio. São referências no planejamento e organização das atividades no roçado já trabalhado, ou preparo de outro roçado adentrando a *mata*.

A água ela mata muitos insetos que fica debaixo da terra como aquelas lagartas e gafanhotos, ela mata muito a água. Então, se a água que vai limpando todos os insetos, num ano que num alaga às vezes as terra, então naquele ano dá bastante inseto, porque produz muito na terra, aí você planta, quando a sua planta vai nascendo os bichos vão atacando aquela planta e vão cortando desde pequeno. Então, você vai ter que ter paciência pra ir lutando e ir lutando, lutando até aquela produção tiver deste tamanho pra cima, já sabe que eles não vão mais perseguir (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

Neste sentido, Pintom & Emperaire (2000) explicam que o abandono de uma roça está relacionado com a decrescente fertilidade do solo, a invasão de ervas daninhas e o ataque de saúvas (*Atta* sp.) que devastam a plantação e levam à preparação do roçado em terras virgens.

O roçado trabalhado intensivamente, à medida que perde as características apontadas por Pintom & Emperaire (2000), é abandonado, transforma-se em capoeira, retornando à condição de mata.

Ao considerarmos as conversas com os ribeirinhos, encontramos roças abandonadas, com diversas espécies frutíferas, uma clara intenção de desenvolverem o pousio<sup>14</sup>. A prática do plantio de árvores frutíferas ou tubérculos é muito comum no segundo e terceiro ano de uma roça.

O plantio das árvores frutíferas evidencia a intenção de melhorar a fertilidade natural dos terrenos da área de várzea, simultaneamente com a extração dos produtos plantados na capoeira. Assim, a roça abandonada constitui um espaço cultivado, onde o grupo doméstico deixa a terra descansando por certo intervalo de tempo.

A perda da fertilidade de determinadas áreas, depois de certo tempo de plantio, evidencia o uso do pousio (WITKOSKI, 2007), o qual possibilita o manejo do solo e uma fonte de consumo do grupo doméstico através da presença de frutas, tubérculos, caça e lenha.

---

<sup>14</sup> Esses sistemas receberam a denominação de sistemas *swidden* – podemos associar a expressão coivara ou queimada. Esse sistema está associado a roças conseguidas pelo fogo e cultivo pela enxada, nos quais a terra é limpa, ateando-se fogo à vegetação; depois, são plantados até que haja na produção; e abandonados para readquirir sua fertilidade por certo período de tempo (WOLF, 1970, p. 38).

## 2.3 ÁGUA DE TRABALHO

A *Água de trabalho* está integrada no sistema com a *Floresta* e a *Terra de trabalho*. Entendemos a *Água de trabalho* como os modos de vida que asseguram a subsistência dos grupos domésticos, com significados socialmente estabelecidos, à maneira de organizarem a prática da caça e da pesca na obtenção de recursos aquáticos socialmente necessários para a subsistência.

### 2.3.1 Extrativismo animal

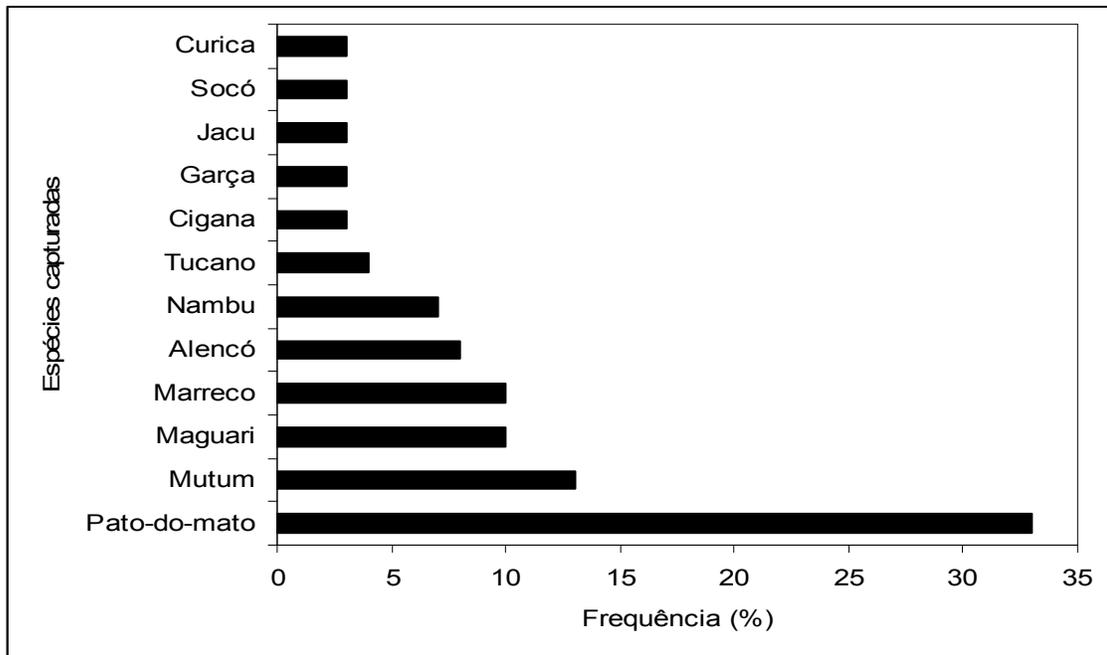
#### 2.3.1.1 Caça

A decisão sobre os distintos ambientes de caça tem como base a vivência do ribeirinho na *Água de trabalho*, onde o conhecimento é acumulado através das gerações. Dessa forma, a atividade de caça não pode ser percebida apenas como processo técnico, pois é uma atividade que desempenha uma estratégia importante na subsistência dos grupos domésticos.

Na *Água de trabalho*, a pesca é a forma de uso direto dos recursos naturais mais praticada pelos ribeirinhos que residem na várzea. A caça é relegada a segundo plano, em termos de contribuição protéica, mesmo quando ela ocupa um lugar preferencial na dieta alimentar. A pesca é praticada, de um modo geral, tanto na cheia quanto na seca.

Ao retornamos ao **quadro 05**, percebemos que 22,0% dos animais comumente caçados no lago Cururu foram as aves. Em relação à captura de aves no lago Cururu, São Francisco do Cururu é a comunidade que mais caça (76,0%). Estes animais representam 26,0% da captura na Divino Espírito Santo e 25,0% na São João dos Cordeiros.

Com relação à captura da caça na *Água de trabalho*, encontraram-se 31 registros. Assim classificados, segundo o **gráfico 10**: pato-do-mato (*Chairina moschata*) (33,0%), mutum (*Mitua mitu*) (13,0%), maguari (*Ardea cocoi*) (10,0%) e marreco (*Dendrocygna autumnalis*) (10,0%), alencó (nome desconhecido) (8,0%) e nambu (*Tinamus sp.*) (7,0%).



**Gráfico 10** – Distribuição das principais espécies de aves citadas no lago Cururu.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Witkoski (2007) comprovou que, no Baixo Solimões, os animais citados com mais frequência na várzea são as aves aquáticas (43,8%), as mais comuns são: o carará (*Plotus aninga*), marreco e o pato.

A modalidade de captura é a caça com a utilização da canoa, que compreende o meio de condução do ribeirinho para alcançar os locais para caçar nos lagos ou no igapó. Este tipo de caça é importante na captura de quelônios e aves, em geral, no intervalo da pesca.

A caça de aves não é praticada por muitos, depende da espingarda, o que restringe a atividade para alguns ribeirinhos (**Figura 36**). Os ribeirinhos afirmaram que para caçar aves é necessário ter espingarda. Segundo L. J. A. S, 36 anos, ribeirinho da São Francisco do Cururu, as aves caçadas são difíceis de serem abatidas, pois “não é pra qualquer um conseguir pegar uma marreca dessas. Tem gente aqui que dá é rolos de tiro e não mata nada. Você está vendo aquelas marreca ali [na vegetação flutuante], não adianta eu atirar nela. Seu eu atirar e matar, não tenho com ir buscar”.



**Figura 36** – Espingarda sob domínio do grupo doméstico que pode ser utilizar nos momentos oportunos para a captura de aves.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Este é um discurso unânime entre os ribeirinhos que têm dificuldade de ir buscar a ave abatida no capim. A situação é complicada devido à própria presença do capim que impede o avanço da canoa, além dos jacarés.

Com relação à sazonalidade na captura das aves, voltemos ao **gráfico 07**, para podermos afirmar que a captura de aves é realizada na estação seca, período em que os animais são atraídos pela presença das sementes que germinam na vegetação flutuante do lago Cururu.

### **2.3.1.2 Pesca**

A pesca é a principal fonte de proteína para a maioria das populações amazônicas, sendo muito mais eficiente do que a caça nas áreas de várzea e terra firme (MORÁN, 1990; RIBEIRO & FABRÉ, 2003).

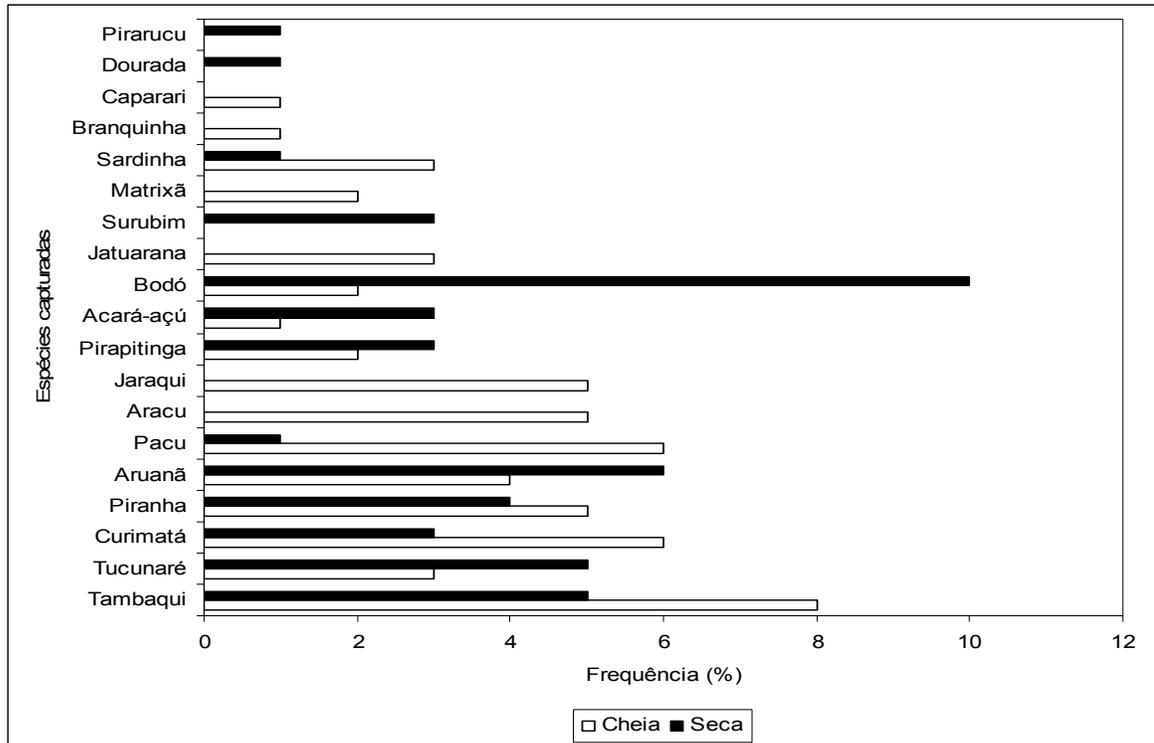
Furtado (1993) destaca que os ribeirinhos sempre buscaram formas de adaptação mais efetiva com a natureza, destacando-se uma íntima relação com as áreas alagadas e lagos, tendo a população um envolvimento com o ambiente aquático, o que justifica sua forte relação com a natureza por meio da pesca. Esse comportamento perdura na várzea.

Depois da mandioca, farinha; o peixe é o produto mais importante na vida dos moradores, 100,0% deles declararam que pescam para a subsistência nas três comunidades. A pesca assume um caráter de atividade subsidiária, surgindo como elemento de apoio no que se refere à provisão de alimentos, uma vez que a farinha de mandioca é o principal produto agrícola local.

A prática da pesca se estende por todo o ano, ocorrendo a diversificação da captura das espécies, de acordo com o regime anual do lago Cururu. Assim, para os grupos domésticos que moram no lago Cururu, a pesca é uma atividade que está intimamente ligada às práticas cotidianas para reprodução social.

Podemos observar no, **gráfico 11**, um total de 96 registros, onde foram identificadas 19 espécies de peixes apropriadas para o consumo. Dentre as espécies exploradas, o tambaqui, curimatá, pacu, piranha, aracu, jaraqui, aruanã e tucunaré foram as mais frequentes nas pescarias. Vale ressaltar que o tambaqui, pacu e curimatá foram as espécies mais capturadas na estação cheia.

Podemos afirmar que, de acordo com o **gráfico 11**, a prática da pesca na seca foi restrita à captura de bodó e aruanã, sendo o percentual mais expressivo, seguido por outras espécies capturadas com menor intensidade como tucunaré, tambaqui, piranha e curimatá.



**Gráfico 11** – Espécies mais capturadas para o consumo.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Constatamos que a pesca tem seu ápice de agosto a outubro, pelo fato de a seca reduzir drasticamente a água (**Gráfico 12**). Ao longo do lago Cururu, a pesca fica centralizada nos canais e em pequenas lagoas; à medida que o lago vai secando, os peixes permanecem confinados em espaços de água, cada vez menores, sendo, freqüentemente, capturados com bastante facilidade em ambientes denominados pelos ribeirinhos de poção ou poço, locais mais profundos no lago onde permanece água mesmo no período da seca.

Com relação ao período oposto do ciclo das águas, os ribeirinhos contavam que a maior dificuldade na obtenção do peixe acontece na cheia, quando ocorre maior dispersão das espécies de peixe no ambiente aquático (**Gráfico 12**). Desse modo, a dinâmica do ciclo das águas condiciona as práticas do ribeirinho com relação ao momento específico de sua vida, que embarcação e apetrecho deverão ser usados (WITKOSKI, 2007).

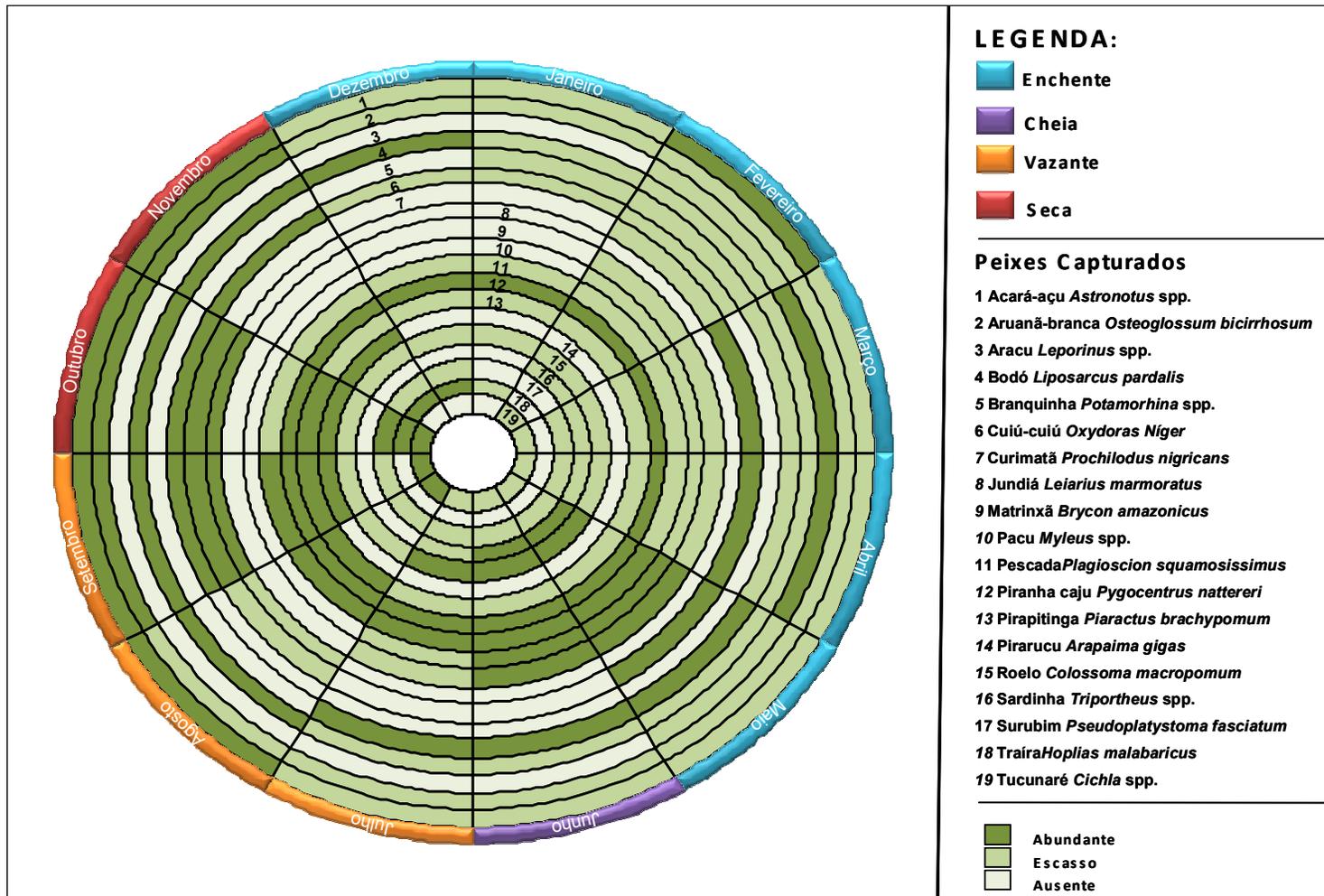


Gráfico 12 – Nível do rio e sucesso da pesca por cada estação do ano.

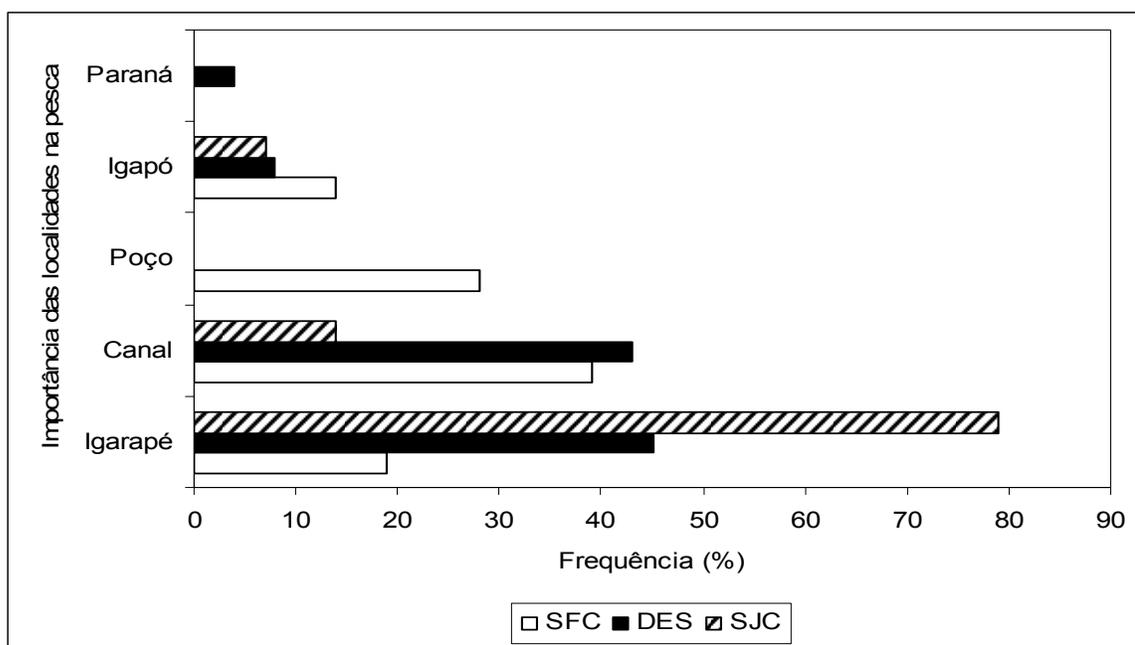
FONTE: Pesquisa de campo, 2006.

O ribeirinho sabe quais são os melhores locais para pescar em cada estação do ano. A escolha adequada dos ambientes que lhe propiciem alcançar seus objetivos, requer amplo conhecimento dos melhores locais.

As pescarias dos grupos domésticos da São João dos Cordeiros são realizadas em três diferentes ambientes, 79,0% deles afirmam que a utilização dos recursos da ictiofauna se dá no igarapé. Os dois outros ambientes mais procurados são o canal (14,0%) e o igapó (7,0%) (**Gráfico 13**).

Divino Espírito Santo é a comunidade em que os ambientes mais procurados para pesca são o igarapé (45,0%) e o canal (43,0%), ainda utilizando outros ambientes como o igapó (8,0%) e o paraná (4,0%) (**Gráfico 13**).

Já na São Francisco do Cururu, de acordo com os dados, nota-se que a pesca é predominante em dois ambientes: canal (39,0%) e poço (28,0%), sendo o percentual menos expressivo constituído pelo igarapé (19,0%) e o igapó (14,0%) (**Gráfico 13**).



**Gráfico 13** – Importância dos ambientes de pesca.

**LEGENDA:** SFC = São Francisco do Cururu, DES = Divino Espírito Santo e SJC = São João dos Cordeiros.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

De acordo com informações dos ribeirinhos, as pescarias são realizadas no igapó. Este ambiente se torna refúgio dos peixes na cheia, concentrando uma rica fauna aquática, com frutos da vegetação arbórea constituem a principal fonte de alimento para a diversidade de espécies da ictiofauna.

O igarapé concentra uma presença significativa da vegetação flutuante, que também é considerada um importante hábitat no processo reprodutivo das espécies. É neste local que predominantemente mulheres e crianças pescam utilizando o caniço.

Ao considerar o ambiente de igapó e igarapé, por exemplo, evidenciamos que os ambientes mais procurados e as espécies capturadas variam inevitavelmente com a flutuação do nível da água. O **quadro 08** mostra os melhores locais para pescar de acordo com as espécies desejadas.

NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	CANAL	IGAPÓ	IGARAPÉ	PARANÁ	POÇO
Acará	<i>Astronotus</i> spp.	x	x	x	x	-
Aracu	<i>Leporinus</i> spp.	x	-	x	-	-
Aruanã	<i>Osteoglossum</i> spp.	x	x	x	-	x
Bodó	<i>Liposarcus pardalis</i>	x	x	x	x	x
Branquinha	<i>Potamorhina</i> spp.	x	x	x	-	-
Curimatã	<i>Prochilodus nigriscans</i>	x	x	x	-	x
Jaraqui	<i>Semaprochilodus</i> spp	x	x	x	-	-
Matrinxã	<i>Brycon cephalus</i>	x	-	x	-	-
Pacu	<i>Myleus</i> spp.	x	x	x	-	-
Pescada	<i>Plagioscion</i> spp.	x	-	-	-	-
Piranha	<i>Serrasalmus</i> spp.	-	x	x	-	-
Sardinha	<i>Triportheus</i> spp.	x	x	-	-	-
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	x	x	-	-	-
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	x	x	x	-	x
Traira	<i>Hoplias malabaricus</i>	x	-	x	-	-
Tucunaré	<i>Cichla</i> spp.	x	x	x	x	x

**Quadro 08** – Distribuição das espécies capturadas por ambientes de pesca

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Britto (1999), no estudo no realizado no litoral fluminense sobre os pescadores, mostra o conhecimento local sobre as práticas da pesca. A autora indica que a prática da pesca

é formada por um sistema complexo de conhecimentos empíricos do comportamento dos peixes e sobre as condições naturais mais adequadas à sua apropriação. A construção desse conhecimento consiste numa sistematização de elementos significativos da natureza, configura-se como um saber especializado que converte, para uma linguagem simbólica, os fatos naturais.

Furtado (1993) afirma que o conhecimento e a habilidade do pescador envolvem um conhecimento material, de modo interligado, ao lado imaterial, que flui no pensamento, contribuindo para controlar a ação prática do homem sobre o ambiente ou para legitimar sua ação, conhecendo os pesqueiros ou pontos de pesca, os tipos de peixe que neles habitam e os melhores horários de captura.

Neste contexto, um dos temas de grande significação na pesca da Amazônia é o que diz respeito aos equipamentos tecnológicos utilizados pelos ribeirinhos na pescaria. A relevância diz respeito à natureza própria de como são produzidos esses equipamentos de pesca, à capacidade criativa do artesão e os recursos naturais de que o mesmo lança mão (NERY, 1995).

Na área de estudo, as pescarias são realizadas com arco e flecha, malhadeira, tarrafa, caniço, arpão, linha de mão e azagaia (**Quadro 09**). Acreditamos que a prática da pesca dos ribeirinhos é generalistas, ou seja, servem para pegar qualquer peixe, no entanto, existem outras, como o arpão que é utilizado somente para pescar pirarucu.

E, com relação aos apetrechos usados e as espécies capturadas da ictiofauna nas duas estações principais do calendário hidrológico, é possível perceber que os “tipos específicos de apetrechos utilizados e a diversidade das espécies capturadas varia, de modo inevitável, com a flutuação dos níveis da água em seus respectivos *habitats*” (WITKOSKI, 2007, p. 279).

A pescaria na área estudada é realizada tanto por homem quanto por mulheres e crianças, dependendo da época do ano. Geralmente, a pesca é dividida em duas estações, mais

precisamente entre a cheia e a seca. Para pescar determinada espécie, os ribeirinhos utilizam um tipo de instrumento de pesca adequado para cada estação do ano.

DISTRIBUIÇÃO DE ESPÉCIES		CHEIA				SECA					
NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	FLE	MAL	TAR	CAN	MAL	TAR	CAN	ARP	LIM	ZAG
Acará-açu	<i>Astronotus</i> spp.	x	x	-	x	x	-	-	-	-	x
Aracu	<i>Leporinus</i> spp.	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-
Aruanã	<i>Osteoglossum bicirrhossum</i>	x	x	-	-	x	-	-	-	-	x
Bodó	<i>Liposarcus pardalis</i>	x	x	-	-	x	-	-	-	-	-
Branquinha	<i>Potamorhina</i> spp.	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
Caparari	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
Curimatá	<i>Prochilodus nigriscans</i>	x	x	x	x	-	x	-	-	-	-
Dourada	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>	-	x	-	-	-	-	-	-	-	-
Jaraquí	<i>Semaprochilodus</i> spp.	x	x	x	x	-	-	x	-	-	-
Matrinxã	<i>Brycon cephalus</i>	x	-	x	-	-	-	-	-	-	-
Pacu	<i>Myleus</i> spp.	x	x	x	x	x	-	x	-	-	-
Piranha	<i>Serrasalmus</i> spp.	x	-	-	x	x	x	x	-	-	-
Pirapitinga	<i>Calophysus macropterus</i>	x	-	-	x	-	-	-	-	-	-
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-
Sardinha	<i>Triportheus</i> spp.	-	-	-	x	x	-	-	-	-	-
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>	-	-	-	-	x	x	-	-	-	-
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>	x	x	-	x	x	x	-	-	-	-
Tucunará	<i>Cichla</i> spp.	x	x	-	x	x	x	-	-	x	-

**Quadro 09** – Distribuição da captura das espécies por apetrecho de pesca.

**LEGENDA:** Fle = arco e flecha, Mal = malhadeira, Tar = tarrafa, Can = caniço, Arp = arpão e Lin = linha de mão.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 005).

A malhadeira é o apetrecho de pesca indicado pelos ribeirinhos como importante na estação seca (55,0%). Na estação cheia, é considerado o segundo mais citado depois do caniço (33,0%) (**Gráfico 14**).

A maior frequência de uso da malhadeira na seca pode estar relacionada com o período no qual os ribeirinhos dedicam maior parte do tempo na preparação do solo e no plantio do roçado ou está relacionada com a migração das espécies.

Observamos os ribeirinhos pescando com a malhadeira; após colocá-la na água e amarrá-la de ambos os lados nas varas, ou nos capins flutuantes, os ribeirinhos normalmente ficam reparando a malhadeira para não ser destruída por jacarés e piranhas. Segundo os ribeirinhos, depois de colocar a malhadeira na água, o próximo passo é permanecer agachado no banco da proa da canoa, observando, quando o peixe é capturado. Assim, que o peixe é preso na malhadeira, rema-se rapidamente para retirá-los da malha.

A malhadeira é importante pra gente, porque tem estação aqui que é difícil pegar a comida, tem estação que tem gente que passa fome porque não tem como pegar. O problema é que a gente não pode deixar a malhadeira à noite toda na água, senão o jacaré acaba. O senhor sabe como que é? Esse pessoal não tem cuidado com seu material, depois sofre. Não adianta pegar muito, senão estraga, vamos embora! (N. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

A malhadeira é o método de pesca menos seletivo, capturando uma ampla diversidade de espécies. Na estação seca, por exemplo, um ribeirinho colocou uma malhadeira de 10 metros de comprimento por 1,5 m de altura, durante 2 horas, das 8 às 10 horas, obtendo as seguintes espécies: bodó (18 unidades), acará-açu (17 unidades), aracu (04 unidades) e tucunaré (03 unidades) (**Figura 37**).



**Figura 37** – Ribeirinho verifica a malhadeira próximo da vegetação flutuante.

**FONTE:** Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Para os ribeirinhos, a malhadeira é o apetrecho de pesca mais importante. Por várias vezes, presenciamos o ribeirinho argumentando que a malhadeira é que “sustenta” o grupo doméstico. Segundo eles, a malhadeira garante os peixes necessários para o consumo dos grupos domésticos no período que ocorre a expansão dos ambientes aquáticos.

É comum a doação de peixes para alguns grupos domésticos nas comunidades. Uma das explicações dos ribeirinhos é que a pescaria no lago Cururu não é feita para venda, e porque a malhadeira pega muito mais peixe do que os outros apetrechos, possibilitando a doação de peixe aos parentes.

Conforme o **gráfico 14**, o caniço também é um método bastante comum na área de estudo na estação cheia (35,0%). Os ribeirinhos costumam pescar de caniço, que é feito com uma vara de caniceira (*Duguetia* sp.) com cerca de 2 m de comprimento, em uma das extremidades fina do caniço é amarrado uma linha de monofilamento de nylon com anzol de metal na ponta.

Segundo F. S. F., o melhor local para a pesca com caniço é o igapó. Neste local, capturam-se acarará-açu, aracu, curimatá, jaraqui, jatuarana, pacu, piranha, pirapitinga, sardinha, tambaqui e tucunaré. Ele informou que se pode utilizar o caniço associado a outro apetrecho: “os meninos pescam mais de caniço, malhadeira... Tem várias pescarias quando tá cheio, às vezes vai de caniço, vai de malhadeira. Eles já vai com dois tipos de pescaria [apetrecho], se não der um, pega com o outro”.

A pescaria com caniço é realizada tanto por mulheres quanto por crianças. Uma ribeirinha nos informou que o caniço é utilizado somente quando o nível da água está acima do normal. Segundo ela, a pescaria com caniço acontece no igapó ou próxima da vegetação flutuante.

Nota-se, no **gráfico 14**, que a tarrafa se constitui o segundo método mais importante em termos de captura na área de estudo, contribuindo com 23,0%. Na estação cheia, entretanto, estimou-se em apenas 3,0% a participação da tarrafa na captura local, porque os ribeirinhos só a utilizam nos locais rasos e com pouca vegetação.

A tarrafa tem a forma cônica quando pendurada; quando lançada na água toma a forma de uma grande saia rodada (**Figura 38**). Ele submerge por igual, ao mesmo tempo, por efeito do peso da chumbada que lhe circunda a bordadura, tomando a forma de um balão, cuja boca se fecha com a junção por igual da chumbada, ficando os peixes enleados nas suas malhas (NERY, 1995).



**Figura 38** – Ribeirinho pesca com tarrafa no canal dos Cordeiros, estação da seca.

**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Segundo o ribeirinho da São João dos Cordeiros, a tarrafa é utilizada para pescaria na estação seca. Ele ressaltou que o manuseio do apetrecho depende da habilidade de quem vai pescar, pois precisa cair bem aberta para poder capturar o peixe.

A maioria dos ribeirinhos da São João dos Cordeiros costuma pescar de tarrafa na margem do canal, indo em direção ao poço. Acompanhamos a pescaria de E. N. F. 68 anos, no canal do Braço dos Cordeiros. Ele informou que a prática da pesca no canal, restringe-se a algumas espécies, pois,

Os peixes que a gente pega aqui é esses que o senhor está vendo [acará-açu, tucunaré, aracu e bodó]. Agora o senhor tá vendo esse bicho aí [bodó], esses pega é desconforme, a gente tem que soltar senão a gente enche a canoa. Esse peixe pega tanto no período do seco que a gente enjoa de comer só ele, aí a gente vai pescar lá no poço.

Dentre os informantes, 26,0% deles afirmaram utilizar o arco e a flecha na estação cheia, não sendo utilizado em outras estações (**Gráfico 14**). Este apetrecho consiste num arco com haste de madeira encurvada, com uma corda presa às suas extremidades que dispara uma flecha (*Gynerium sagittatum*) com uma ponta de metal afiada na sua extremidade, penetrando na carne do animal alvejado.

Em relação à pesca com linha de mão, é praticada durante o dia somente na estação seca, de julho a novembro, sendo praticada, principalmente, por mulheres e meninos ao longo da margem do lago Cururu, contribuindo com 3,0% da captura na estação seca (**Gráfico 14**).

A linha de mão é constituída por uma linha, chumbada e anzol na ponta, são artefatos muito simples, apenas variando no comprimento e espessura da linha, dependendo do tipo de peixe que se pretende capturar (NERY, 1992; SOBREIRA *et al.*, 2006).

No que se refere ao método de captura com arpão, observa-se a exclusividade na estação seca, representando 3,0% da captura (**Gráfico 14**). Atualmente o arpão é utilizado na captura de pirarucu (*Arapaima gigas*). Em outras estações, este método não é empregado.

O arpão, uma haste maior e mais pesada que a azagaia, medindo de 2m a 2,50m de comprimentos, tendo a ponta afinada onde é encaixada a ponta metálica destacável, no caso de se fixar no peixe. A ponta metálica é composta de dois biseis, o primeiro menor e o segundo maior. A haste é presa a uma linha que mede mais ou menos 20 braças, enrolada na vara desde a ponta afinada até onde alcançar a extensão (SMITH, 1979; NERY, 1995).

A pescaria com arpão no lago Cururu é semelhante à descrita por Smith (1979). O ribeirinho fica agachado sob o banco da canoa. Depois, rema silenciosamente com uma das mãos e segura com a outra o arpão. No momento em que observa a passagem do pirarucu, aproxima-se o máximo da presa. Quando este vem à superfície para respirar ou pegar peixe, levanta e lança o arpão na direção onde julga estar o peixe, seguindo as bolhas ascendentes. Quando o arpão atinge o pirarucu, o pescador deixa correr a corda, às vezes tem que esperar

por duas horas até que o peixe se cansasse o suficiente para poder ser puxado para a superfície a fim de ser morto a cacetadas.

Em relação à azagaia, observa-se que representa 3,0% dos métodos empregados (Gráfico 14). Utilizada no lago durante a estação seca. O igapó é o melhor hábitat para pesca com azagaia, uma vez que uma variedade de espécies da ictiofauna descansa perto de troncos e galhos submersos.

A azagaia é um método seletivo, a pesca geralmente é noturna. Luas cheias são prejudiciais à pesca com azagaia, porque os peixes são facilmente perturbados. Quando chove, a azagaia não é utilizada, uma vez que a agitação da água impossibilita a visualização do peixe.

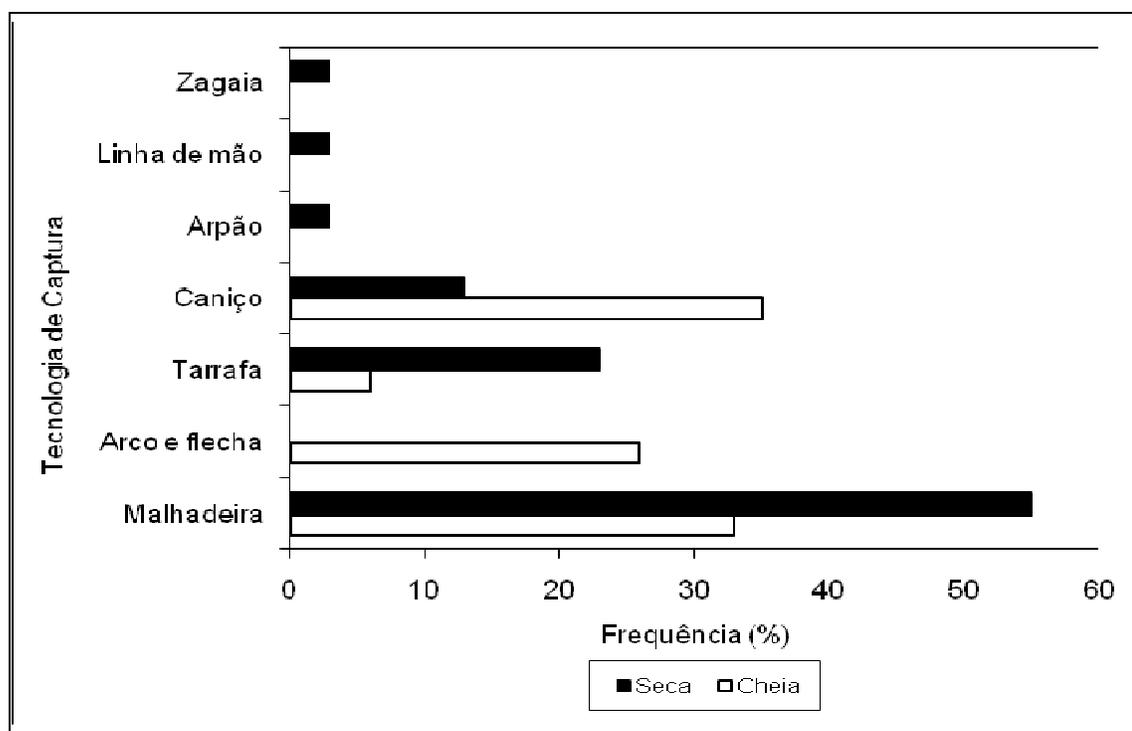


Gráfico 14 – Distribuição dos apetrechos de pesca utilizados na estação cheia e seca.

FONTE: Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

Os ribeirinhos disseram, também, que ocorre, nesta estação, a retirada da ova do bodó. Dá-se da seguinte forma: põem-se os pés embaixo da água para identificar os buracos

no barranco. Usando um galho com mais ou menos um metro, cutuca-se o buraco para averiguar se não tem piranha, poraquê ou cobra. O ato de retirar a ova se constitui em enfiar a mão e o braço nos buracos para poder retirá-las. Depois, lava-se na água corrente para ser guardada dentro de um recipiente coberto ou uma cuia para proteger da insolação. Se o bodó estiver no buraco, afasta-se o peixe, e retira-se apenas a ova. Percebe-se essa atividade no depoimento do ribeirinho: “eu não quero o peixe, quero é a ova, peixe tem muito, coloca uma malhadeira vem é rolos” (L. J. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

A retirada da ova é realizada tanto por homens quanto por mulheres e crianças, dependendo do local de retirada. Esta atividade é realizada na margem do canal e se destina ao consumo doméstico na forma de farofa, que é preparada com óleo vegetal e sal, às vezes, temperada com pimenta do reino e pimenta cheirosa. Apesar de haverem mencionado que há muito bodó, os ribeirinhos consomem uma pequena quantidade de ova, em função dos riscos da atividade, ou seja, no momento da colocação do braço no buraco, às vezes, encontram-se piranhas, cobras, poraquês e/ou jacarés

Os distintos métodos de capturas descritas mostram que os ribeirinhos detêm saberes complexos sobre os recursos ícticos, que incluem domínio técnico sobre o apetrecho, hábitos alimentares e ambientes. O conhecimento dos ribeirinhos sobre as espécies-alvo é adquirido no entendimento formulado através do aprendizado prático, não sendo um saber simples e acessível a qualquer um.

O resultado da pescaria varia significativamente conforme as flutuações do nível da água que influenciam no calendário da pesca, estando diretamente relacionado com a mobilização sazonal das espécies. Isto proporciona o reconhecimento das épocas e dos melhores locais para disposição dos apetrechos da pesca. Diegues (2004) elucida a existência de uma associação de saberes que orientam a ação prática do pescador, sendo fundamental

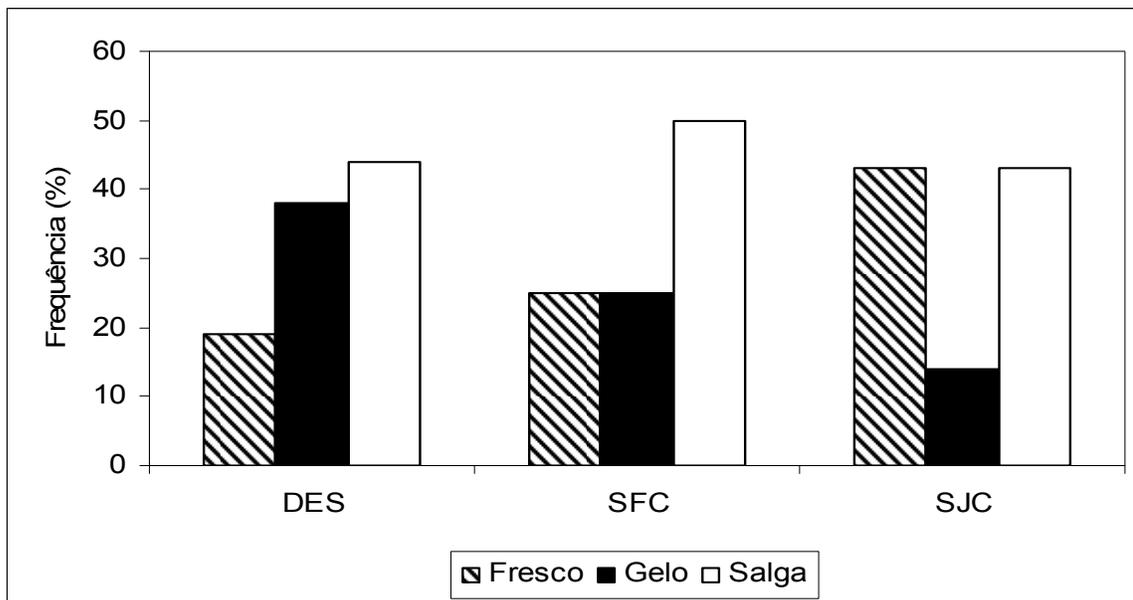
para ele, prever situações em que a pesca pode ser produtiva, justamente pelo conhecimento que orienta onde e como pescar.

Além das técnicas de captura, os grupos domésticos geralmente se ocupam da conservação dos peixes, que representam mais uma alternativa de alimento. As técnicas de conservação do pescado utilizadas são a salga e o gelo, o que também acontece com a caça quando esta existe.

A salga é feita com o pescado que excede o consumo do grupo doméstico. O primeiro passo é a limpeza do pescado, que consiste na retirada das escamas e das vísceras. Em seguida, é feita a lavagem com água limpa. A última etapa é aplicar o sal no pescado, fazendo uma melhor distribuição para impedir o ranço.

Dependendo do período do ano, o pescado pode ser consumido *in natura* ou salgado. Durante a estação da vazante, costuma-se salgar o pescado para os ribeirinhos consumirem no período mais seco do ano. O gelo é utilizado por cerca de seis meses, coincidindo com a estação da enchente/ cheia. Essa operação é repetida semanalmente, onde o transporte do gelo é feito em caixas de isopor, é um trabalho realizado com cuidado especial. Quando o nível da água do lago Cururu limita o acesso de qualquer embarcação, os ribeirinhos conservam o pescado apenas com o sal.

O **gráfico 15** mostra que a salga é a principal forma de conservação do pescado, podemos perceber que o maior índice de salga é dos ribeirinhos da São Francisco do Cururu (50,0%). No que diz respeito ao gelo, Divino Espírito Santo expressou a maior frequência de uso do gelo (38,0%), seguida da São Francisco do Cururu (25,0%) e São João dos Cordeiros (14,0%).



**Gráfico 15** – Métodos de conservação do pescado por comunidade do lago Cururu.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

A prática do trabalho da pesca se caracteriza pelo conhecimento do ribeirinho sobre os melhores locais e horários para pescar. Como diz L. S. F. 26 anos, ribeirinho da São João dos Cordeiros: “a gente vem de manhã. Começa pescando lá de cima [igarapé] até metade do canal. A gente fica até o sol esquentar, depois a gente volta [...] quando o sol esquenta o peixe se esconde”.

A pescaria realizada no lago Cururu, por apresentar uma diversidade de ambientes, acontece na grande maioria pela parte da manhã, entre 6 e 9 horas.

Na estação cheia, os grupos domésticos da São João dos Cordeiros pescam, em média, 5 dias por semana, durante 4 horas e 1 ribeirinho por canoa. A São Francisco do Cururu desenvolve a atividade da pesca, em média 6 dias por semana, com uma média de 1 ribeirinho por canoa. Divino Espírito Santo é a comunidade que pesca em média 5 dias por semana e 3 ribeirinhos por canoa.

Na estação seca, os grupos domésticos do São Francisco do Cururu pescam 5 dias por semana, sendo 1 ribeirão por canoa. Divino Espírito Santo é a comunidade que pesca a média de 5 dias por semana e 2 ribeirinhos por canoa. São João dos Cordeiros é, dentre as comunidades, a mais eficiente em relação à quantidade de dias pescado, contabilizando 4 dias por semana e 1 ribeirão por canoa.

Os ribeirinhos da Divino Espírito Santo intensificam a atividade da pesca na estação seca, pode-se dizer que privilegiam o consumo em função da inexistência de recursos naturais com valor de mercado. Contudo, na cheia, constatou-se o inverso, numa relação direta com o bom desempenho de atividades econômicas, como o extrativismo vegetal em que os ribeirinhos vão trabalhar na exploração do açai.

Observou-se na São Francisco do Cururu e na São João dos Cordeiros que a pesca conjunta é muito rara, sendo possível encontrar alguns jovens pescando com o irmão ou sobrinho. Na estação cheia, os ribeirinhos do Divino Espírito Santo disseram que pescam com mais de uma pessoa quando vão pescar em locais mais distantes de suas casas.

## 2.4 SUBSISTÊNCIA OU COMERCIALIZAÇÃO

As contribuições das seções anteriores sobre as atividades desenvolvidas na *Floresta de trabalho*, *Terra de trabalho* e *Água de trabalho* mostram que as apropriações de recursos naturais são fortemente orientadas para repor os instrumentos de trabalho e propiciar o necessário ao consumo dos grupos domésticos. De acordo com Garcia Junior (1983), o cálculo econômico do grupo doméstico está centrado em obter os elementos necessários ao consumo para repor as condições de produção da unidade doméstica no ciclo produtivo seguinte.

O modo de vida ribeirinha está estritamente relacionado com a produção polarizada entre subsistência e comercialização. A complementaridade é importante devido à complexidade que a produção assume em cada grupo doméstico. Por exemplo, a farinha de mandioca apresenta-se como um produto de subsistência, com a alternatividade<sup>15</sup> entre ser vendido ou consumido. Neste sentido, o pressuposto que adotamos nesta pesquisa é o de Garcia Junior (1983), que considera o produto da lavoura de subsistência como “valor de uso para a unidade camponesa que o produz e valor de uso para quem o compra” (p. 127). Diferentemente da farinha de mandioca, a malva é um cultivo cujo produto é destinado à venda, fazendo parte da lavoura comercial. Assim, o cultivo “é sempre mercadoria. O produto deste cultivo não é valor de uso para a unidade camponesa que o produz, mas valor de uso para quem compra” (GARCIA JUNIOR, 1983, p. 127).

Deste modo, no **quadro 10**, podemos observar que a maioria dos recursos naturais apropriados da *Floresta de trabalho*, da *Terra de trabalho* e da *Água de trabalho* é destinado para o consumo dos grupos domésticos. Existem outros, como o açaí e a farinha de mandioca, cujo excedente da produção de subsistência é vendido para os agentes da comercialização.

---

<sup>15</sup> “Permite atuar diante das flutuações dos preços de mercado de forma a maximizar as chances de se estender aos requisitos do consumo familiar. Se os preços dos produtos estão altos, o pequeno produtor pode vender sua produção, guardando o dinheiro para as épocas em que baixarem os preços. Consumirá de sua própria produção apenas o necessário na época em que está vendendo. Se os preços estão baixos e tiver dinheiro, o pequeno produtor adquire o produto necessário ao consumo familiar” (GARCIA JUNIOR, 1983, p. 129).

DESTINO		FLORESTA DE TRABALHO	TERRA DE TRABALHO	ÁGUA DE TRABALHO
Subsistência	Consumo	Extrativismo animal – caça de mamífero.  Extrativismo vegetal – madeira, palha, frutos silvícolas, óleos essenciais, drogas alucinógenas, estimulantes, substâncias aromáticas, gomas elásticas e fibras.	Farinha de mandioca, banana, macaxeira, milho, feijão, jerimum, melancia, maxixe, cará, pimenta doce, cebolinha, maracujá e abacaxi.	Extrativismo animal – peixe e caça de aves.
	Venda	Extrativismo vegetal – açaí	Farinha de mandioca	APC
Comercialização	Venda	APC	Malva	APC

**Quadro 10** – Destino dos produtos extrativos ou agrícola para fins de subsistência ou comercialização.

**LEGENDA:** APC = ausência do produto agrícola ou do extrativismo para venda.

**FONTE:** Pesquisa de campo, 2005.

Os produtos mais vendidos em grande quantidade são o açaí, a malva e a farinha que também se (re)tornaram, ao longo dos anos, produtos de disputa pelos agentes da comercialização.

Com relação à *Floresta de trabalho*, é importante salientar que a venda do açaí ocorre de fevereiro a agosto, o que significa a possibilidade de geração de renda numa estação inviável para a agricultura. Conforme esclarece Lescure (2000, p. 202): “as atividades extrativas podem ser realizadas em períodos que exigem pouca força de trabalhos agrícolas. Há, então, complementaridade de atividades que possibilita sua inserção nos sistemas de produção”.

Segundo Castro (2000), o açaí deve atingir o mercado de Manaus até 72 horas após a extração, senão o fruto seca, perdendo a tintura do mesocarpo, o que acaba condicionando a organização das zonas de extração em uma área situada num raio de 350 quilômetros em torno de Manaus.

O açaí extraído é transportado de rabetá até a margem do rio Solimões (**Figura 39**). Depois, segue para as cidades de Manacapuru e Manaus, de barco de recreio que passa

diariamente às 16 horas (**Figura 40**). O preço da passagem do ribeirinho no barco de recreio até Manacapuru é de R\$ 5,00 (cinco reais), acrescentando mais R\$ 10,00 (dez reais) pela carga da produção do açaí.

A venda do açaí nas cidades pode ser feita por meio do contrato. Este contrato se refere a um consentimento verbal feito entre o patrão e os agentes da comercialização da cidade:

Eu assumi um compromisso do meu irmão de 28 sacos [de açaí] por semana pra entregar no porto de Manacapuru. Antes, não sabia como funcionava [venda], mas já aprendi. Agora na safra [do açaí] do ano que vem eu quero vender é a polpa. Empresto um dinheiro do patrão e compro uma máquina para bater o caroço [do açaí] (E. S. F. 32 ANOS, SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

O patrão também estabelece um contrato verbal de compra do açaí com os ribeirinhos. Estes últimos se comprometem na extração de uma determinada quantidade de açaí, cabendo ao primeiro a compra da produção na casa do ribeirinho. Quando o ribeirinho não consegue cumprir o contrato por motivo de doenças, cabe ao patrão direcionar a produção para outro ribeirinho.



**Figura 39** – Patrão recolhimento da produção do açai na casa do ribeirinho.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.



**Figura 40** – Sacas com açai sendo embarcadas no barco recreio na margem do rio Solimões.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

O contrato garante um privilégio no ato da venda. Os agentes da comercialização aguardam a produção no porto da cidade, recebem a produção e pagam o valor estabelecido no contrato. O contrato estabelece o dia em que o patrão deve passar a produção para as mãos do agente da comercialização.

O preço estabelecido no contrato não altera durante toda a produção. Se o preço do mercado variar ao longo da extração, por exemplo, o preço estabelecido no contrato continua fixo. A relação comercial é sempre desigual entre o ribeirinho coletor, o patrão e os agentes da comercialização, pois o preço pago pelo agente é sempre inferior.

O ribeirinho extrai somente a quantidade de açaí estabelecida no contrato, se aumentar a produção, dificilmente venderá para o patrão que tem receio de adquiri-la, porque não entrará no contrato com o agente da comercialização. Qualquer produção acima daquilo que foi combinado no contrato é excluída:

Tenho um contrato [de venda do açaí] em Manacapuru com uma determinada quantia. Se eu chegar com [a produção do] açaí a mais [do que foi combinado], o meu comprador [marreteiro] só tem compromisso com aquilo que ele tem contrato [de compra]. Então vou ter que correr atrás de comprador [para vender a produção], ainda sou capaz de receber uma quantia baixa [do preço], porque eles pagam à quantia que querem na beira (E. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

No período de maior intensidade da produção, o preço pago no porto de Manacapuru era de R\$ 6,00 (seis reais) por saca, sinalizando a opção do ribeirinho na comercialização por contrato (**Figuras 41 e 42**). Como ressalta o ribeirinho: “se eu não tivesse contrato eu não venderia açaí. Por exemplo, seu você não tiver contrato, não sabe pra quem vender, fica sujeito aos marreteiros que querem pagar quase nada” (E. S. F. 32 ANOS, SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).



**Figura 41** – Agente da comercialização efetuando o pagamento da produção do açaí.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.



**Figura 42** – Carregador retira as sacas de açaí do interior do barco recreio.  
**FONTE:** Cloves Farias Pereira em 2006.

Os agentes da comercialização que atuam no porto de Manacapuru são marreteiros e carregadores que concorrem para a obtenção dos produtos do ribeirão. Na estação cheia, os agentes da comercialização atuam principalmente na compra da produção do açaí.

Vamos supor que chega um marreteiro e bota quanto é o açaí? Aí você vai botar seu preço, bem o meu açaí é 20 reais, aí chega outro eu diz: dou 18, então chega outro eu dou 19, aí você fica ali agüentando os 20 [reais]. Se o seu açaí é bom e limpo, então você fica agüentando ali, aí até chegar um [agente da comercialização] e diz eu dou os 20 [reais], aí você vai vender seu açaí, mas que você for esperar os preço deles, não recompensa o sacrificio que você faz (V. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

O ribeirão tem preferência na venda local do açaí, pois se vender na cidade, pode inclusive, sofrer maiores prejuízos, porque passa a ter gastos com gasolina, passagem/frete do recreio e alimentação na cidade, acaba dependendo do preço pago pelos agentes da comercialização:

Não levo o açaí pra [vender em] Manacapuru porque posso ter prejuízo. Olha só! Eu vendo [o açaí] pro marreteiros daqui mesmo [que moram no lago Cururu]. Você sabe que o resultado pode ser igual ou pior [do que vender na cidade]. Além disso, o comprador tem despesas com gasolina e frete, pra ele tem vantagem, porque ele vende muito e já tem comprador. Como eu não tenho comprador na cidade levo uns sacos de açaí pra vender lá, quando chego lá pra quem posso vender? Sabe pra quem? Somente pro marreteiro que fica no porto [da cidade de Manacapuru], que pagam pior que o comprador daqui [do lago Cururu]. Por isso que vendo aqui (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

A venda não é bem vista pelo ribeirão, indicando que o deslocamento para cidade lhe tira bastante tempo do trabalho, alegando que não tem paciência em permanecer no recreio esperando a oferta de preços melhores para o produto. O depoimento a seguir corrobora a afirmação a respeito da venda: “a gente entrega o açaí na porta de casa pro marreteiro e não ter dor de cabeça. A gente já produz [o açaí], ainda tem dor de cabeça pra vender? Assim não, prefiro vender sem dor de cabeça” (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

No âmbito da *Terra de trabalho*, a venda da produção ribeirinha é realizada exclusivamente na estação cheia. Constatamos que a farinha de mandioca assume um lugar central na economia dos grupos domésticos, é a base da sua alimentação. O excedente é vendido para os agentes da comercialização.

O que a gente mais produz é a farinha, o meu ramo é mais trabalhar com farinha mesmo, mas teve uns anos aí que só trabalhava com ela mesma. O meu ramo só era farinha, não plantava mais nada, só era roça (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Hoje, nós plantamos mais é roça, planta roça, nós planta milho, inclusive meu marido tá até fazendo uma roça pelo caminho, porque a gente já tá velho também e não tá com essa arrumação de ter muitas bananeiras, a gente planta só a bananazinha (M. L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Quanto à transação comercial da malva, ocorre da seguinte maneira: na comercialização de 1.000 quilos de fibra de malva para um patrão ou marreteiro, ocorre um desconto de 10,0%. Segundo os agentes da comercialização, refere-se à perda de peso que o produto sofre no momento da limpeza, isto é, o ribeirinho recebe o pagamento de apenas 900 quilos – o valor pago pelo agente de comercialização no ano de 2006 foi de R\$ 1,20 por quilo.

A gente vende pro patrão, mas faz dois anos que o governo dá a semente, aí o cara não tem patrão, mas quando [o governo] não dá [a semente], o cara [ribeirinho] pega a semente do patrão, acaba fica sojigado a vender pra ele [patrão]. Quem doava a semente era o dono [patrão] da fibra. O cara tinha que vender pra ele [patrão], se vendesse pra outro ele ficava bravo, aí ele pagava conforme o concorrente da beirada (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2005).

No caso de um dos entrevistados, o ganho obtido com a comercialização da malva foi destinado ao IDAM, pelo financiamento de um motor marítimo para rabeta, o restante do dinheiro foi destinado à compra de mercadorias para manutenção do grupo doméstico na construção do roçado.

Como mencionamos, a malva é o produto comercial destinado exclusivamente para o mercado. A comercialização da malva para os agentes da comercialização é feita em dinheiro, e é dada como certa, o que ocasiona certa capitalização para o ribeirinho na aquisição de certas mercadorias para a sua subsistência (WITKOSKI, 2007), funcionando como poupança para o ribeirinho (RIBEIRO & FARBÉ, 2003).

O levantamento da venda dos produtos da *Floresta de trabalho* e da *Terra de trabalho* demonstrou que o extrativismo do açaí é a principal atividade econômica dos grupos domésticos do lago Cururu. Anderson & Loris (2001), em um estudo na ilha de Combu, no Estado do Pará, comprovou que a produção do açaí é a principal atividade econômica do ribeirinho no período de abril a novembro. Os autores concluíram que a renda bruta do extrativismo é maior do que a agricultura e é uma atividade que requer menores níveis de investimento.

A atividade agrícola e extrativa economicamente mais lucrativa para os ribeirinhos era o açaí, que representa a maior parte da renda anual recebida, seguida da malva. Comparando a renda recebida nas atividades desenvolvidas nas três comunidades, percebe-se claramente que a extração do açaí propicia maiores rendimentos para o ribeirinho do que a agricultura (**Tabela 01, 02 e 03**).

Outros produtos ainda se destacam na composição do consumo dos grupos domésticos. Entre eles, a castanha-do-brasil, o ingá-açu, o uixi, a pupunha, o piquiá e o tucumã foram os produtos florestais que apresentaram desempenho econômico ineficientes. Contudo, esses produtos são eficientes para o consumo e considerados prioritários na dieta alimentar. Os produtos da roça também contribuem bastante para o consumo, cuja forma de produção é para a subsistência, não se produzindo em escala comercial e o processo de venda acontece esporadicamente. Esses resultados colocaram uma questão central, que os produtos extrativos e agrícolas atingem a necessidade de consumo dos grupos domésticos.

Produto	Quantidade produzida	Quantidade vendida	Preço em reais	Renda total em reais
Farinha de mandioca	32 sacas	2 sacas	R\$ 40,00 por saca	80,00
		1 saca	R\$ 45,00 por saca	45,00
		2 sacas	R\$ 65,00 por saca	130,00
		5 sacas	R\$ 40,00 por saca	200,00
Malva	1.500 quilos	1.500 quilos	R\$ 1,30 por quilo	1.950,00
Açaí	185 sacas	10 sacas	R\$ 17,00 por saca	170,00
		15 sacas	R\$ 20,00 por saca	300,00
		155 sacas	R\$ 15,00 por saca	2.325,00
Total				5.200,00

**Tabela 01** – Produtos que contribuíram na composição da renda total de D. F. C., ribeirão da comunidade Divino Espírito Santo.

**FONTE:** Pesquisa de campo, 2006.

Produto	Quantidade produzida	Quantidade vendida	Preço em reais	Renda total em reais
Farinha de mandioca	15 sacas	Não vende		0,0
Malva	1.000 quilos	1.000 quilos	R\$ 1,20 por quilo	1.200,00
Açaí	160 sacas	147 sacas	R\$ 15,00 por saca	2.205,00
		3 sacas	R\$ 20,00 por saca	60,00
Total				3.465,00

**Tabela 02** – Produtos que contribuíram na composição da renda total de F. V. C., ribeirão da comunidade São João dos Cordeiros.

**FONTE:** Pesquisa de campo, 2006.

Produto	Quantidade produzida	Quantidade vendida	Preço em reais	Renda total em reais
Farinha de mandioca	25 sacas	01 saca	R\$ 40,00 por saca	40,00
		13 sacas	R\$ 50,00 por saca	650,00
Malva	800 quilos	800 quilos	R\$ 1,20 por quilo	960,00
Açaí	83 sacas	02 sacas	R\$ 25,00 por saca	50,00
		10 sacas	R\$ 16,00 por saca	160,00
		06 sacas	R\$ 18,00 por saca	108,00
		04 sacas	R\$ 10,00 por saca	40,00
		10 sacas	R\$ 13,00 por saca	130,00
		50 sacas	R\$ 15,00 por saca	750,00
Total				2.888,00

**Tabela 03** – Produtos que contribuíram na composição da renda total de F. S. F., ribeirão da comunidade São Francisco do Cururu.

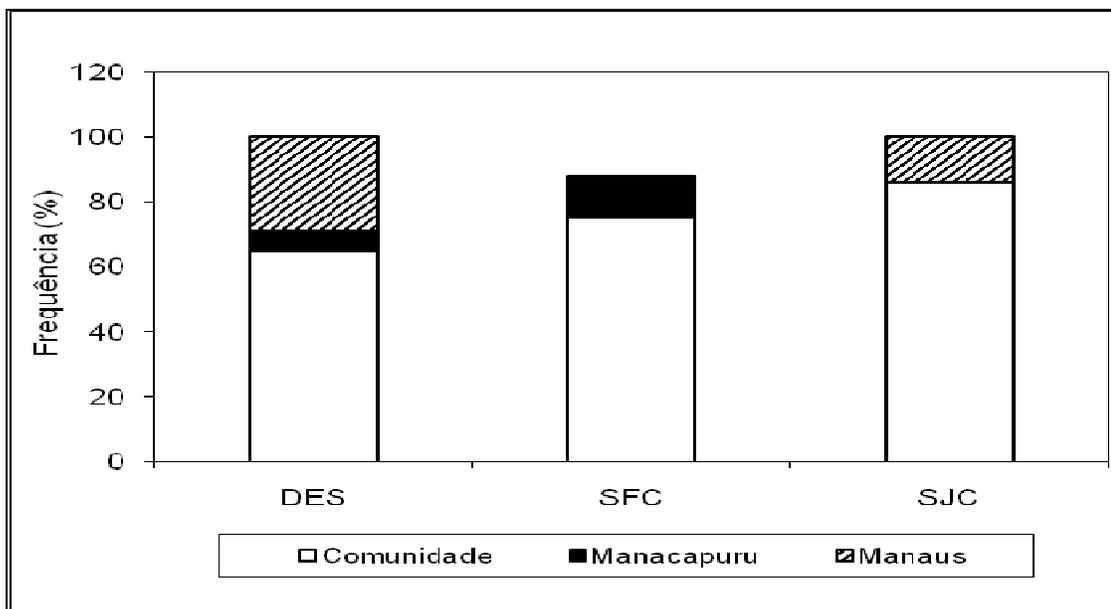
**FONTE:** Pesquisa de campo, 2006.

As atividades comerciais que os ribeirinhos mantêm com as cidades se dão através das relações internas e externas, mantidas com os distintos agentes da comercialização que atuam e/ou moram no lago Cururu. Eles estão representados por duas categorias: o patrão e o marreteiro.

Os marreteiros passaram a comercializar sua produção, depois que conseguiram sua própria embarcação e/ou um contrato com um patrão ou marreteiro da cidade. Os marreteiros trabalham principalmente com a produção do açaí. Eles compram a produção dos coletores e transportam até Manaus. Há os marreteiros que não possuem o próprio barco, estes acabam revendendo a produção na cidade de Manacapuru.

O patrão comercializa predominantemente a malva e a farinha de mandioca, mas pode comprar também a produção do açaí do marreteiro. Na maioria das vezes, o patrão adianta o dinheiro para o ribeirinho repor os instrumentos e as mercadorias necessárias para o desenvolvimento das atividades agrícolas. O patrão tem “direito” na compra do produto do cultivo, descontando o valor adiantado para o ribeirinho.

Os ribeirinhos preferem vender a sua produção dentro do lago Cururu, preferencialmente, na sua casa. Na maioria das vezes, não possuem bons contatos na cidade para conseguir negociar bem os produtos, que depende também da habilidade na negociação e da paciência em não se livrar do produto. Deste modo, ele tem dificuldades na gestão da venda e repassa esta responsabilidade para o patrão.



**Gráfico 16** – Local de comercialização da produção.

**LEGENDA:** DES = Divino Espírito Santo, SFC = São Francisco do Cururu e SJC = São João dos Cordeiros.

**FONTE:** Banco de dados do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea – PYRÁ (1998 a 2005).

O **gráfico 16** mostra os locais escolhidos pelos ribeirinhos para venderem a produção. Os locais para a venda da produção são formados a partir dos grupos domésticos que vivem espalhados pelas margens e igarapés do lago Cururu que, periodicamente, são visitados pelos agentes da comercialização. Depois, a produção é transportada do lago Cururu, e os produtos mais valorizados se destinam ao mercado de Manaus, como o açaí. Os produtos considerados por eles como de menor valor são revendidos na cidade de Manacapuru.

## CAPÍTULO III

### EXPRESSÕES DA TERRITORIALIDADE

Finalizado o processo de descrição das *práxis* das atividades produtivas, uma outra abordagem será discutida. Trata-se da análise do resultado da oficina de mapeamento participativo, que permitiu a elaboração dos mapas da distribuição e ocorrência dos recursos naturais apropriados pelos ribeirinhos; e, fez-se necessário sintetizar os principais elementos em torno da discussão dos territórios. É a partir da análise das formas de apropriação e uso dos territórios que se compreende a importância e o significado do modo vida ribeirinha no lago Cururu.

### 3.1 A CONSTRUÇÃO DOS TERRITÓRIOS NO LAGO CURURU

A categoria espaço prevê o fundamento básico da própria sociedade, onde se constroem as relações sociais e repousam os objetos naturais e materiais. É preciso que vejamos o espaço como um sistema de objetos e ao mesmo tempo como um sistema de ações. Isso significa dizer que o espaço é dinâmico, pois pressupõe o empreendimento de ações humanas na sua configuração (SANTOS, 2002).

O espaço se transforma em território à medida que o revestimos de significados, sejam eles simbólicos ou materiais, afetivos ou míticos. Ou seja, o território é uma representação coletiva, uma ordenação primeira do espaço. Nesse contexto, a afetividade e o pertencimento podem ser considerados formas de valor agregado, assim como o conhecimento e a *práxis* das atividades produtivas.

A transformação do espaço (categoria) em território é um fenômeno de representação através dos quais os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem. A noção de território é formada através da ação imediata da materialidade, mas esse é apenas um componente, já que todas as demais representações sobre o território são abstratas.

O território é um produto das ações coletivas e relações humanas, uma construção histórica do homem à medida que esse se organiza, culturalmente e socialmente. Ao se reproduzir em um dado espaço, cria-se e recria-se a identidade coletiva, sejam essas estabelecidas entre os próprios indivíduos ou entre os indivíduos e o território onde desenvolvem suas atividades produtivas.

A percepção espacial de cada indivíduo é marcada por referenciais socioculturais e também por laços afetivos. Quando os ribeirinhos se apossam de uma determinada parte do lago Cururu, o vínculo é feito a partir da construção das diferentes formas de representação coletiva dos territórios.

No estudo sobre caçadores/coletores e agricultores, Godelier (1981) afirma que cada sociedade tem uma percepção intelectual do mundo, sendo possível combinar os meios materiais e os acordos sociais para atuar sobre a natureza.

Para os pigmeus Mbuti, a selva representa uma realidade amistosa, hospedeira, benfeitora para os homens. Consideram-na como uma realidade protetora dentro do qual se sentem seguros em qualquer parte [...] consideram os espaços cultivados como um mundo hostil onde o calor é sufocante, ou a água está poluída e é mortífera [...] Para os Bantos, a selva é a realidade hostil, inóspita e mortífera, no interior do qual raramente se aventuram e sempre com muitos riscos. Consideram-na povoadas de demônios e de espíritos malignos dos quais os pigmeus são, senão a encarnação, pelo menos seus representantes (p. 54).

É possível percebermos que floresta a para os pigmeus Mbuti guarda todas as espécies vegetais e animais de que necessitam para sobreviver. A floresta é conhecida, não tem segredo, mas não é só um conjunto de populações vegetais, animais e humanas é, portanto, uma realidade sobrenatural, onipresente e onipotente. A percepção da natureza pelos pigmeus envolve um sentimento de confiabilidade, a floresta representa um ambiente amigo, como se assumisse uma extensão de suas casas e, portanto, de suas vidas. Na concepção dos Bantos, a selva é um obstáculo para o cultivo de mandioca e do milho, sendo necessário o deslocamento para outros territórios após um determinado período de cultivo no solo que perde a fertilidade. Além disso, a natureza deve ser transformada em um ecossistema artificial que é construído com energia humana.

Cabe aqui dizer que o território agrupa amplo leque de dimensões sociais, pois pressupõe que as ações coletivas se dão em realidades concretas quanto na representação que se estendem às relações sociais. O exemplo acima deixa claro que o território não se resume ao substrato material, aos limites físicos ou ainda ao espaço social.

Os territórios são mais do que espaços delimitados. São *lugares* conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território encopassa também a noção de *lugar* (MALDONADO, 1993, p. 105).

Conforme Maldonado (1993), a incorporação do espaço se realiza em formas concretas e simbólicas, cujas regras de estabelecimento e de manutenção se encontram no tecido da cultura e da ordem social. Não podemos esquecer que as ligações afetivas e a identidade coletiva de cada comunidade são fundamentais na formação dos territórios.

Esses territórios tanto podem corresponder a realidades geográficas concretas quanto à representação que freqüentemente se estendem às relações sociais, na medida em que a territorialidade humana encopassa amplo leque de dimensões como status, identidade e prestígio, não raro podendo constituir-se em ordenações simbólicas em cujo bojo se dão relações de poder e dominação, eventos de linguagem e ideologia (MALDONADO, 1993, p. 35).

O conceito de territorialidade é constituído pelos processos e os mecanismos sociais onde se estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços interessantes (MALDONADO, 1993). Através de sua concepção, é preciso que vejamos a territorialidade como uma dimensão do comportamento humano, que se orienta implícita ou explicitamente para apropriar-se do espaço e dividi-lo em territórios, fazendo deles recursos para o seu interesse. Como destaca Little (2002, p. 03), a territorialidade é o "esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o, assim, em seu território". Entendemos que a territorialidade expressa à identidade coletiva, concebida como espaço resultante das relações sociopolíticas e, por extensão à rede do estabelecimento da diferença entre os grupos sociais que formaram as comunidades. Conceitualmente, neste estudo, buscamos não se dissociar território de territorialidade, já que a territorialidade "é um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em territórios nitidamente delimitado, que assumem

características distintas e podem ser considerados como exclusivo de que os ocupa e os define” (SOJA, 1971, p. 19).

O conhecimento local é uma expressão que orienta o processo de trabalho na construção do território. Como expressão associado à organização do espaço, o conhecimento local explica as formas de apropriação e usos dos territórios, uma vez que está aberto a todos os ribeirinhos que nele estão interessados. É o conhecimento local que permite a transformação da *Floresta de trabalho*, *Terra de trabalho* e *Água de trabalho* em territórios delimitados e cognitivamente apreendidos. Nesse caso, os ribeirinhos mantêm uma relação com seus territórios que é orientada pelo conhecimento local, permitindo as múltiplas formas de acesso aos territórios e as formas múltiplas de relações sociais que se constroem.

Entendemos que o mapeamento permite a delimitação dos territórios quando os ribeirinhos se apropriam de uma variedade de informações da *Floresta de Trabalho*, *Terra de Trabalho* e *Água de Trabalho*. Trata-se da construção social de um roteiro que permite a apropriação dos recursos naturais em um determinado território, como podemos observar:

Tem áreas que a gente sabe que tem muito açaí e tem parte que tem pouco açaí, muita pouca árvore, tem outros que tem muita árvore, a gente vê pela bola [de açaizeiros]. A gente chega lá e conta [,] tem [açaizal com]100 e tantas árvores de açaí, tem outras áreas que a gente conta 10, 12 árvores. A gente larga de um açaizal pro outro quando a gente vê que a produção mingua, aí tem que correr pra outra área [açaizal]. Agora tem áreas como no Amapá [ponta de terra identificada por uma árvore cujo nome é amapazeiro] que ninguém conhece. Assim, a dona Helena ela apanha açaí da área dela lá, mas lá pra traz [do seu terreno] ela não conhece. Eu digo isso porque eu ando caçando na mata, aí eu sei, mas seu eu for dizer pras pessoas, muitas das vezes ele nem sabe que tem aquilo lá. Então, só sabe que vai lá vê, que anda por lá (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2007).

Para os ribeirinhos das três comunidades, a *Floresta de trabalho* e a *Água de Trabalho* têm uma posição privilegiada na apropriação dos recursos vegetais e animais. É neste ambiente que se extrai a madeira, palha, frutos silvícolas, óleos essenciais, remédios, drogas alucinógenas, estimulantes, substâncias aromáticas, gomas elásticas, fibras e animais.

Os produtos oriundos das atividades desenvolvidas na *Floresta de Trabalho* e na *Água de Trabalho* são para as comunidades uma das principais fontes de alimentação e entrada de recursos econômicos durante a maior parte do ano, tendo como destaque o açaí. Os ribeirinhos obtêm os recursos florestais e animais numa área extensa de floresta, onde são criadas as condições distintas de orientação e localização dos recursos naturais.

No caso da localização dos açais, os ribeirinhos evidenciam que a prática cotidiana reproduz e atualiza o conhecimento sobre a *Floresta de Trabalho*. No depoimento acima, percebemos que o roteiro construído pelo ribeirinho da comunidade São João dos Cordeiros na localização do açail considerava como relevante o mapeamento de um amapazeiro. Cabe aqui chamar a atenção que os ribeirinhos ao desenvolverem uma determinada atividade produtiva estão concomitantemente realizando o mapeamento de outros recursos naturais.

A caça é outro exemplo de que os ribeirinhos fazem um mapeamento do hábitat, comportamento, alimentação e ruídos de animais, que sempre lhe chamam a atenção. Demonstramos, com maior clareza, o mapeamento do hábitat da paca no depoimento abaixo.

O melhor lugar pra mim caçar são as áreas que não tem acesso de gente, de ninguém. É uma área, por exemplo, que não anda ninguém, Então, essa área é onde os animais gosta de ficar lá, onde não penetra ninguém. Então, lá elas [caça] estão mais mansas, elas estão mais fácil da gente se aproximar delas. Porque nas áreas onde ela é muito habitada de gente, onde anda muita gente, elas se afastam mais da gente. [Assim,] Mal que elas [caça] enxergam a gente, ela já vai correndo, agora nas áreas que não é muito habitada elas esperam a gente chegar perto dela [,] como aquelas várzea alta do Amapá. Pra gente que mora aqui é mais fácil [,] porque a gente sabe onde os bichos fica, a gente tem um mapa direitinho do lago aqui [dentro da cabeça] (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2007).

Entendemos que o mapeamento delimita os territórios, a partir dos pontos de referências encontrados na natureza. Podem ser os igarapés, castanheiras, bacabeiras, amapazeiros, palhas, açazeiros, jauarizeiros, umbaubeiras, andirobeiras ou simplesmente um tronco de árvore caído. É por meio do mapeamento que os ribeirinhos constroem suas

percepções intelectivas, que viabilizam a identificação das áreas produtivas e a nítida delimitação do território. Por fim, a organização do espaço é um processo intrínseco às formas de mapeamento dos recursos naturais. Os ribeirinhos constroem os seus territórios quando estão se apropriando da *Floresta de trabalho, Terra de trabalho e Água de trabalho*, que são incorporados aos seus modos de vida quando assumem a noção de lugar importante para a sua subsistência.

### **3.2 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E CONTROLE DE ACESSO A RECURSOS NATURAIS**

Os ribeirinhos das comunidades têm uma longa história comum de migração até chegar ao lago Cururu. Percebemos que os ribeirinhos das comunidades fazem parte de um conjunto de famílias, mais ou menos aparentados. Além das relações de parentesco propriamente dito, o compadrio e a vizinhança possibilitam a consolidação do vínculo dos ribeirinhos de cada comunidade.

As relações de parentesco, compadrio e vizinhança são componentes fundamentais do vínculo social para explicar a formação das comunidades. O conjunto das três comunidades do lago Cururu, encontra-se em condições que podemos considerar semelhantes. Estas comunidades foram construídas nas relações sociais dos patriarcas fundadores, que possibilitaram a formação de uma extensa rede de parentesco, compadrio e vizinhança que se tornou a base da delimitação dos territórios.

Foram as relações de parentesco, compadrio e vizinhança que permitiram a formação da sociabilidade das comunidades, que garante o acesso aos territórios comunitários pela expressão coletiva. Podemos perceber que foi dimensão sócio-política das relações de parentesco que atuou para que os ribeirinhos se agrupassem sob a mesma expressão coletiva, declarando o seu pertencimento a uma determinada comunidade.

As três comunidades foram formadas, com uma “forma de organização com cargos de representação política, como presidente e vice-presidente” (ALENCAR, 2005). O contraste que podemos notar diz respeito à própria escolha da liderança. Esta organização social é fundada no parentesco, que geralmente reúne um conjunto de ribeirinhos para formar uma comunidade. Na maioria das comunidades “os cargos de presidente e de vice-presidente são exercidos pelos patriarcas locais, geralmente o fundador do lugar; ou por filhos ou netos dos fundadores” (ALENCAR, 2005), cuja função é defender o interesse de sua família, dos compadres e dos vizinhos sob sua responsabilidade. O patriarca detém influência política sobre os compadres e vizinhos, conseqüentemente detém o poder político, com o poder de assumir ou indicar o cargo mais alto na hierarquia política comunitária, com articulação interna e externa, responsabilidade que ele assume de modo contundente.

Antes das comunidades, as famílias que criaram o lugar também construíram territórios. Com o surgimento das comunidades, houve um processo de territorialização, ou seja, de reorganização social:

Quando eu me entendi aqui, onde é hoje a comunidade São Francisco, a família mais antiga do seu Aloísio é uma. A outra era nossa família, o meu tio que mora lá em cima era um e outro esse meu tio daqui. Nessa área aqui tem muita gente, mas foi depois que chegou. Tem uns que estavam aí, mas morreram. Eram os homens que eu e entendi que morava aqui. Lá no São João do meu conhecimento, os primeiros que moravam lá foi à turma do Vítório que chegou pra lá. Outro é um velho que chamavam Capitari. Agora onde é o Divino. Vou te explicar antes não tinha nome de comunidade, a gente sabia que era as famílias que morava em cada lugar, o dono daquele lugar. Naqueles tempos já sabia onde cada família tinha que andar. Nos da minha família sabia que não podia pescar no Bração, porque era do pessoal do Bração, né. O pessoal do Bração sabia que não podia pesca no poço porque era nosso, assim valia pra tudo [...] Rapaz tem várias famílias que lá moravam. Do meu conhecimento um era [pensando] que já até morreu, mas a velha ainda esta viva, a Chica Bem vinda, aí tinha o Raimundo Roberto, que o velho Roberto já morreu, o pai dele, mais ele já morava aí o velho (F. S. F., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Tenho umas sobrinhas minha e um sobrinho que mora lá no Divino há muito tempo, [enquanto] os outro é novato. Eu morava lá, aí no [na comunidade do] Parauá com eles [o marido], aí depois os meninos cresceram e foram pra Manaus. Como eles não tinham mãe. Foram criadas sem mãe e se casaram pra lá, mas não deu certo. Aí elas vieram pro lago, mas já tinha essa irmã aqui pro lago. Vieram e se colocaram [casaram] com esses meninos daqui da comunidade. Como eles já tinha essa irmã pra lá, que já tinha se casado, elas ficaram tudo numa família só pra lá (L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, BRAÇO DO CURURU, 2005).

Para todos os efeitos, o acesso aos territórios necessários para o desenvolvimento das atividades produtivas dos ribeirinhos é assegurado pelas condições de pertencimento a uma determinada comunidade. Esta informação também é confirmada pelo estudo realizado no Médio Solimões por Lima (2006), que esclarece que o grau de parentesco exerce um papel importante nas regras de acesso local aos recursos naturais.

O legado mais importante que o casal recebe de seus pais são os laços de parentesco. As relações horizontais entre parentes vivos formam uma rede de ajuda e concedem o direito de usufruto coletivo dos recursos naturais. Este direito é vinculado diretamente à residência, que por sua vez é facilitada pela presença de parentes em comunidades onde o casal queira se estabelecer. O direito de uso é também exercido nos locais onde as pessoas tenham residido, mas o direito à apropriação dos recursos naturais tende a depender da presença de parentes na comunidade, tanto para hospedagem quanto para conferir a legitimidade da manutenção do direito de uso (p. 147).

Os ribeirinhos que não estão ligados por laços de parentesco podem solicitar aos patriarcas locais o direito de uso dos recursos naturais (LIMA, 2006). A concessão do uso dos recursos naturais consiste no direito de construir uma casa e de fazer roças próximas ao domicílio, como é possível percebermos no depoimento abaixo:

Quando eu cheguei aqui não tinha parente, o pessoal mais antigo da comunidade mostrou um pedaço de terra pra mim tirar, então, tirei uma área para construir minha casa e comecei a zelar dela, sempre zelando das árvores, sempre que tinha cipó eu cortava, aí eu fui jogando caroço de açaí no mato e quase hoje eu tenho açaí da minha própria planta mesmo. Esse pedaço de terra somente o pessoal da minha família pode tirar, às vezes o pessoal da comunidade também vem tirar madeira, vem caçar, vem tirar palha. Essas coisas assim a gente da comunidade pode tirar no terreno do outro. Funciona assim, na hora que eu precisar de uma varra aqui no terreno do companheiro, primeiro eu chego lá e peço dele, com certeza ele me arranja e assim ele pode chegar ao meu e qualquer uma pessoa dessas da comunidade se a gente chegar lá precisando de uma madeira que eles concede pra

gente. Ano passado teve um pessoal da outra comunidade que entrou aqui e não pede, todo mundo aqui tem terreno e apanha dentro do seu lote de terra, não pode apanhar dentro do outro senão prejudica o outro, a não ser se tiver comunicação com ele. Às vezes é pessoa que não é comunitário, porque quem é comunitário ele está sabendo como é que é as regra (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2007).

Cada comunidade define seu território e estabelece critérios para acesso aos recursos naturais. O território é “construído a partir da agência dos ribeirinhos, sobre o ambiente, seja realizando atividades extrativas, cultivando roças, criando gado ou plantando árvores de madeira nobre” (ALENCAR, 2005). Para os ribeirinhos, quando as regras que orientam as formas de acesso e uso dos territórios não são respeitadas, então, os mecanismos de defesa são adotados para inibir o acesso dos ribeirinhos das comunidades vizinhas nos seus territórios.

No que diz respeito à existência de conflitos envolvendo ribeirinhos de uma mesma comunidade na apropriação dos recursos de uso comum, cabe aqui ressaltarmos que não presenciemos tal fato. Alencar (2005) afirma que nas comunidades da várzea do rio Solimões, o acesso aos recursos naturais é livre para os ribeirinhos da localidade. Os recursos podem ser compartilhados por ribeirinhos de comunidades vizinhas desde que eles acatem as regras estabelecidas.

As relações sociais tomam a conotação de conflito entre os ribeirinhos das comunidades vizinhas, quando usam um único território, o que estamos chamando de “territórios sobrepostos”. De certo modo, os “territórios sobrepostos” não pertencem exclusivamente a uma única comunidade. A sobreposição é resultado do ordenamento territorial que surge com a formação das comunidades. Na Divino Espírito Santo, por exemplo, os ribeirinhos dizem que não precisam de permissão para extrair açaí ou caçar na *Floresta de Trabalho* que circunda a São João dos Cordeiros. Isto remete ao entendimento de que o acesso aos territórios sobrepostos não é considerado uma invasão porque há uma historicidade no uso deste território. O pertencimento a uma comunidade e a um lugar remete a um ancestral fundador do grupo social e legitima o uso do território. Torna-se uma

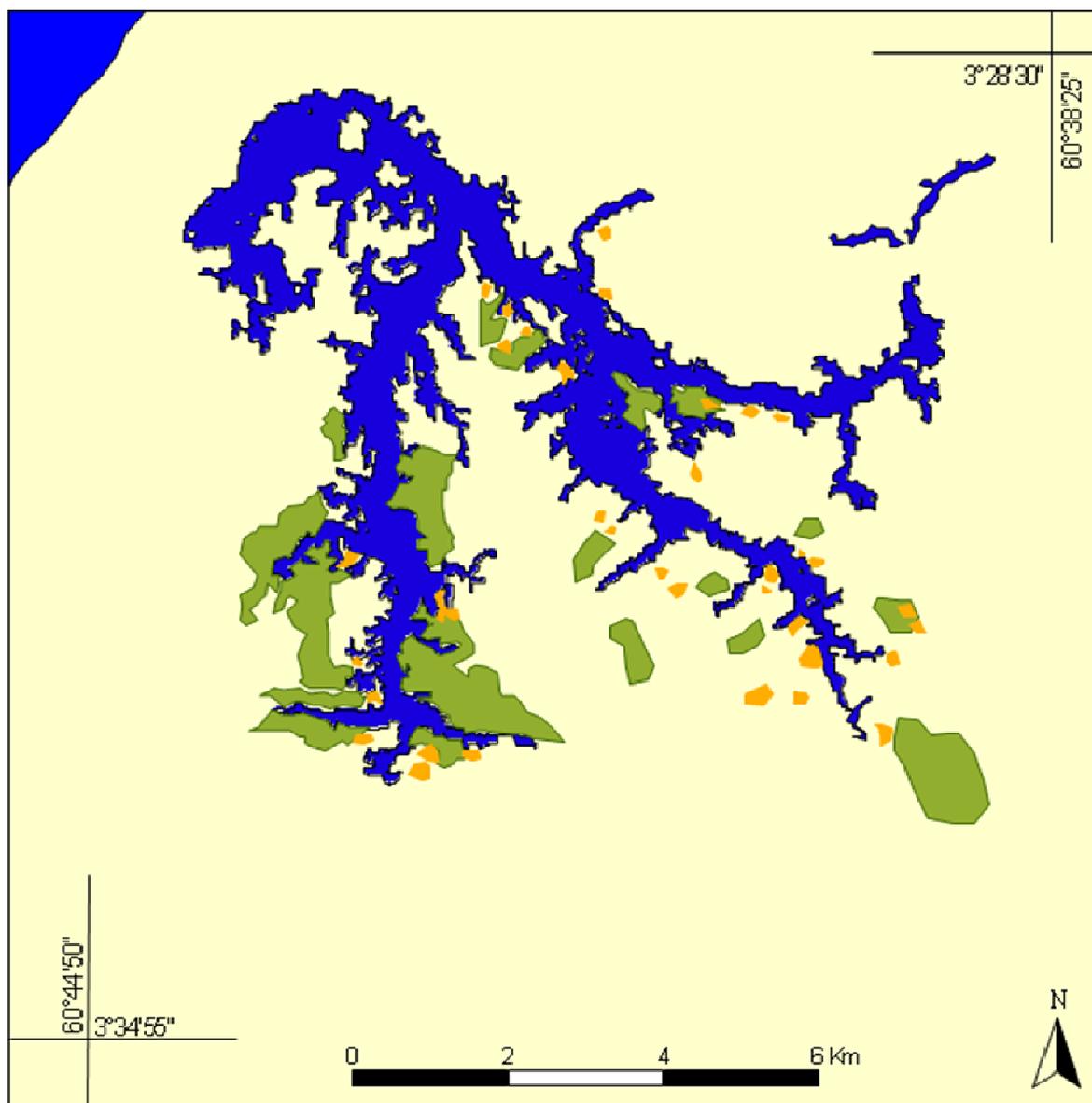
importante referência na manutenção dos territórios delimitados, quando as regras sociais determinam o respeito aos territórios alheios e, onde existe a disputa por recursos naturais e definição de territórios envolvendo outras comunidades (ALENCAR, 2005).

### **3.3 USO PRIVADO DA *TERRA DE TRABALHO***

Ao optarmos pela separação entre atividades agrícolas e extrativas, concebemos que as formas de uso da *Floresta de Trabalho* e da *Água de Trabalho* são feitas de forma comum, enquanto a *Terra de Trabalho* é privada. A roça é construída num terreno privado que permite aos grupos domésticos o controle exclusivo da produção agrícola. Trata-se de compreendermos nesta seção, como os ribeirinhos estabelecem a posse dos terrenos para fins agrícolas.

Na *Terra de trabalho*, a várzea é o ecossistema que sofre a influência das flutuações dos rios que agem sobre as atividades produtivas. Os ribeirinhos desenvolvem suas atividades agrícolas nas margens do lago Cururu (**Figura 43**), devido às características do solo da várzea que apresentam uma carga de fertilidade maior quando comparada com as terras mais recuadas. A escolha do terreno da roça nas áreas elevadas minimiza os impactos socioeconômicos ocasionados pelas águas que restringem o tempo da colheita da produção, tornando o trabalho dos ribeirinhos mais intensos na estação da enchente.

Os terrenos agrícolas não combinam uso comum dos bens produzidos. A roça é um espaço privado onde somente os membros do grupo domésticos podem usufruir dos produtos colhidos. Segundo informações de Castro (1997), os usos dos ambientes fundam a noção de território, seja como patrimônio comum, seja como de uso familiar ou individualizado pelo sistema de posse ou pelo estatuto da propriedade privada.



**LEGENDA:**  **Roça**  **Pousio**

**Figura 43** – Área de roça e pousio indicam os terrenos para fins agrícolas.

**FONTE:** Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

O controle do terreno agrícola é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico. Observamos que as posturas dos ribeirinhos em relação ao terreno agrícola são bem definidas quando os limites estão estabelecidos entre os vizinhos.

Tal controle se dá através de normas específicas instituídas nas relações sociais estabelecidas entre os grupos domésticos. Embora os terrenos não sejam documentados pelo estatuto da propriedade privada, os ribeirinhos estabelecem o controle dos terrenos agrícolas por meio das relações sociais existentes entre os grupos domésticos, tecendo entorno das propriedades uma teia densa de regras e normas construídas socialmente.

A delimitação da roça é mais precisa em relação à extensão da moradia, esses espaços são respeitados por todos os ribeirinhos. Assim sendo, as relações das roças são, muitas vezes, paralelas às relações de parentescos, onde não há qualquer obrigação formal do ribeirinho em fornecer produto da roça.

O sistema de posse dos terrenos agrícolas é revelado mediante a pressão dos recém chegados que querem utilizar determinados terrenos agrícolas. Em geral, os grupos domésticos antigos consideram essa atitude ilegítima e, apesar disso, os recém chegados podem solicitar dos proprietários os terrenos privados para fins agrícolas, que são considerados mais reflexíveis. Assim, os recém chegados ou outros grupos doméstico podem pedir permissão para abrir uma área para o roçado ou plantio.

As roças são construídas nos terrenos pertencentes às famílias. A presença da roça sinaliza que a propriedade é protegida pelas relações de parentesco ou vizinhança. Apesar dos terrenos não terem roçados, as relações sociais se mostraram bastante eficiente na proteção. Por isso é que os ribeirinhos podem utilizar as suas regras para organizar seus atos no uso dos terrenos agrícolas, e por isso também é que os ribeirinhos evidenciam a posse, na forma de roças em uso ou pousio espalhadas pela propriedade.

Os ribeirinhos têm a compreensão de que os terrenos foram construídos na disponibilidade de terra livres, com efeito, os grupos domésticos antigos disponibilizaram os terrenos agrícolas para os seus parentes. Os grupos domésticos que chegaram nas últimas década casaram com as filhas ou filhos dos ribeirinhos antigos. Esta situação revela que os terrenos agrícolas são dimensões fundamentais da organização sócio-política das comunidades, que atravessam as gerações. Desse modo, a posse dos terrenos agrícola é mediada pelas regras comunitárias, mediante a ausência do estatuto de propriedade privada.

Em todas as comunidades os grupos domésticos têm o seu próprio terreno onde desenvolve as atividades agrícolas, mas há caso de ribeirinhos que possuem uma área inadequada para o plantio agrícola, outros não podem plantar nos seus terrenos devido a criações de animais – gado, porco e ovelha. F. S. F. e F. V. C., que juntamente com os seus grupos domésticos cultivam no terreno do ribeirinho A. A. S., ribeirinho da comunidade São Francisco do Cururu, eles dizem que os terrenos não lhes pertencem, plantam nos terrenos do vizinho que é adequado para o plantio agrícola. Se a roça precisar entrar em pousio, os dois ribeirinhos solicitam ao proprietário a permissão para realizarem um novo roçado.

Embora tivéssemos a impressão de que existisse uma confusão nos limites dos terrenos agrícola, tal impressão é errônea. Constitui uma divisão explicitada nos igarapés, restingas, ilhas, árvores ou chavascais, onde se marcam as delimitações. A aparente confusão que impressiona num primeiro momento pela ausência de cercas separando as propriedades, é resultados dos acordos dos ribeirinhos, que definem com clareza onde começam e terminam as propriedades. Como os ribeirinhos constroem as roças nas mediações da sua moradia, eles sabem o marco que divide as propriedades.

### 3.4 USO COMUM DA *FLORESTA* E DA *ÁGUA DE TRABALHO*

O processo de territorialização que estabelece a forma de uso comum dos territórios vem de longa data. Podemos verificar que a posse dos ribeirinhos acontece geralmente pela doação de terra devoluta, pois a venda de terra entre os ribeirinhos é um fato raro, podendo acontecer quando existe alguma benfeitoria. Constatamos que as terras no lago Cururu foram doadas pelos patriarcas fundadores ou pelos filhos deles. De outra maneira, quando os ribeirinhos constroem uma roça ou uma casa, ela passa a ser reconhecida como posse de um determinado ribeirinho, entretanto, a *Água de trabalho* e a *Floresta de trabalho* são de uso comum.

O pano de fundo na apropriação dos recursos naturais está assentado nos territórios delimitados pelos ribeirinhos, tendo como consequência todo um processo de territorialização que contribuiu para a articulação dos comunitários. Os ribeirinhos, além de proporcionar o controle dos recursos naturais para as suas comunidades, por sua capacidade de mobilização e aglutinação na defesa dos territórios, também organizam as formas de apropriação dos recursos naturais.

#### 3.4.1 AÇAÍ

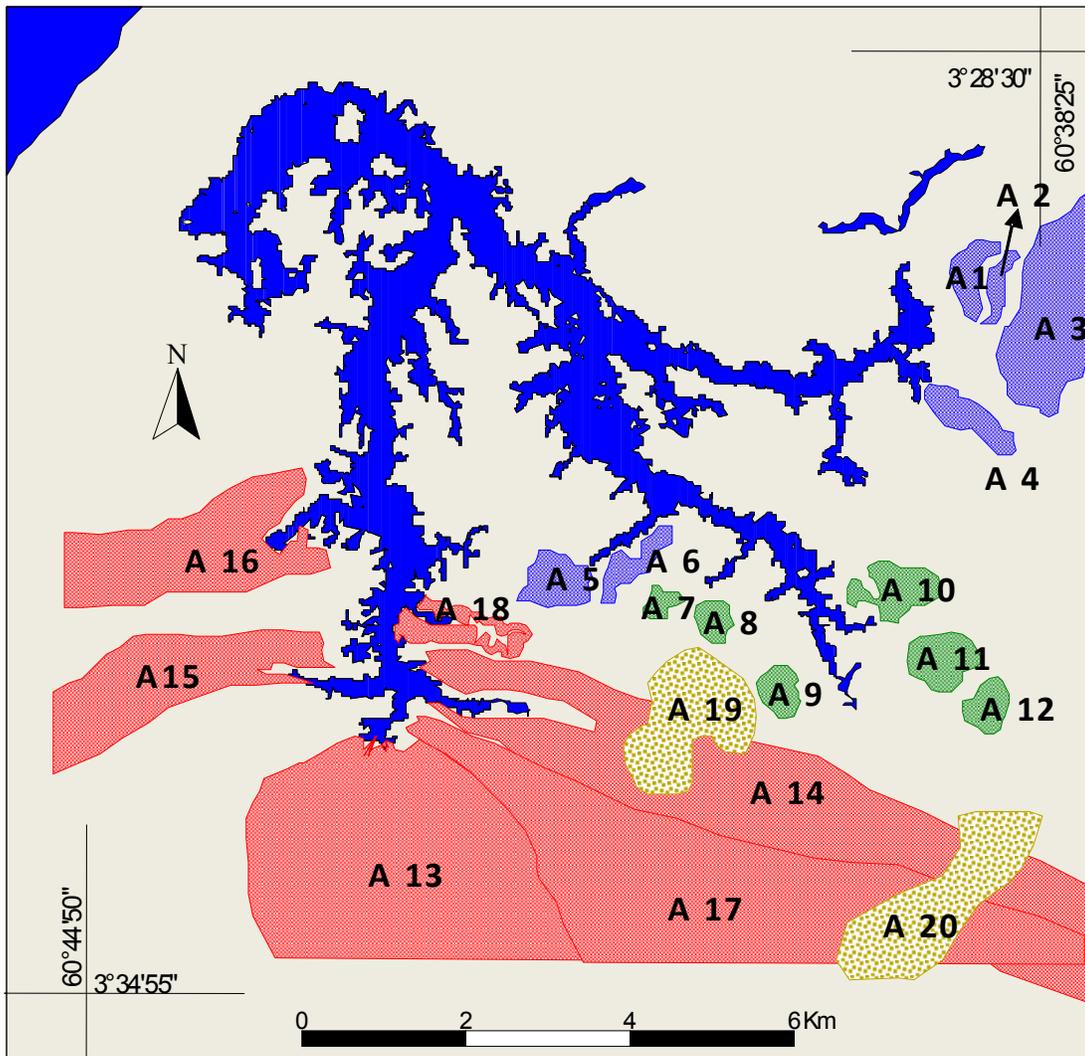
A questão da territorialidade dos açazais fornece elementos para a ampla discussão a respeito das propriedades de recursos, vistos como recursos comuns de acesso limitado. A apropriação dos territórios de açaí pelos ribeirinhos de cada comunidade determina a criação de mecanismos que regulam o seu acesso.

Notamos, pela evidência da **figura 44**, que cada comunidade possui os seus territórios. Os ribeirinhos da São Francisco do Cururu possuem seis territórios de açaí (A1, A2, A3, A4, A5 e A6), situados no Braço da Terra Preta e no Braço dos Cordeiros. Os ribeirinhos da São João dos Cordeiros extraem em seis territórios de açaí (A7, A8, A9, A10,

A11, A12) e dois territórios sobrepostos (A19 e A20). Divino Espírito Santo é a comunidade onde os ribeirinhos extraem em seis territórios de açaí (A13, A14, A15, A16, A17) e dois territórios sobrepostos (A19 e A20).

Embora os ribeirinhos possuam suas casas na várzea, os territórios de extração do açaí estão localizados na várzea alta e na terra firme. Assim, utilizam como meio de transporte as embarcações fluviais, servindo também para o transporte da produção. Dependendo das condições econômicas dos ribeirinhos, o transporte até os territórios de açaí pode ser feito através da rabeta – transporte constituído pela canoa e um motor de combustão. Alguns ribeirinhos não possuem motor de combustão devido às limitações econômicas. Nesse caso, faz-se o transporte com a canoa a remo.

Com relação ao tempo gasto do núcleo da São Francisco do Cururu até os territórios de açaí (A1, A2, A3 e A4) localizados no Braço da Terra Preta, varia de 25 a 40 minutos, porém o mesmo percurso feito por canoa a remo, ocorre entre 45 e 60 minutos. Para os territórios de açaí (A5 e A6) localizados na entrada do Braço dos Cordeiros, o tempo de acesso com a rabeta varia de 20 a 30 minutos, quando foi realizado por canoa o tempo observado foi de 35 a 40 minutos. Há, por outro lado, a São João dos Cordeiros com a predominância do uso da canoa no desenvolvimento da atividade de extração, onde o tempo de acesso aos territórios varia de 20 minutos a 02 horas e 30 minutos. Podemos dizer que na Divino Espírito Santo o meio de transporte para extração do açaí é a canoa, cujo tempo de acesso aos territórios foi de 20 minutos a 02 horas.



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
A1,A2,A3 e A6 A4 e A5	Alta Baixa	São Francisco do Cururu	
A7,A8,A9, A10, A11 e A12	Alta	São João dos Cordeiros	
A13,A14,A15 e A16 A17 A18	Alta Média Baixa	Divino Espírito Santo	
A19 e A20	Alta	São João dos Cordeiros Divino Espírito Santo	

**Figura 44** – Delimitação dos territórios de extração de açai no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.

**FONTE:** Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

A existência de um padrão de seletividade nos territórios de açaí reflete o conhecimento local sobre os melhores açazais para o desenvolvimento de suas práticas produtivas. Dessa forma, os territórios foram classificados em três níveis de uso: alta, média e baixa intensidade de uso.

Os territórios com alta intensidade de uso foram citados como aqueles que apresentam as melhores condições para a realização da extração do açaí (A1, A2, A3, A6, A7, A8, A9, A10, A11, A12, A13, A14, A15, A16, A19 e A20). Estes territórios estão comumente localizados na várzea alta, cujo acesso ocorre através de canoas, mas a extração é feita caminhando de uma palmeira para outra, enquanto a lógica da extração no igapó é diferente, em vez de seguir caminhado, o ribeirinho chega aos açazeiros através da canoa. Os territórios com intensidade média de uso (A17) estão geralmente localizados nos igapós. E os territórios com baixa intensidade de uso se apresentam dispersos entre si (A4, A5, A18) (**Figura 44**).

Averiguamos que os açazais localizados nas mediações das casas dos ribeirinhos não estão inseridos na forma de uso comum, sendo a extração realizada somente pelos ribeirinhos das comunidades. Geralmente, os açazais localizados nas mediações das casas atendem ao interesse principal da produção para o consumo dos ribeirinhos.

Tu tá vendo essa área que a gente foi apanhar açaí. Essa área aqui perto de casa é só a gente daqui de casa é que tira. Assim é com tudo essa área aqui. Não tem condição se minha família sair daqui é for apanhar açaí lá na casa do se M. [vizinho]. Aí não pode, senão ele tem o direito de vim mexe dentro da nossa casa, não é? Aí aqui é assim, todos têm um pedacinho de terra que Deus deu para apanhar o seu açaí, pra que entrar no terreno do outro. Agora essa áreas aí pra trás é de quem quiser, né (F. V. C. 43 anos, São João dos Cordeiros, 2006).

Na **figura 44**, percebemos que o acesso aos territórios sobrepostos (A19 e A20) é realizado pelos comunitários da São João dos Cordeiros e da Divino Espírito Santo. Tais comunidades entram em conflito pelo uso exclusivo desses territórios, pois acabam sendo

mencionados nos discursos dos ribeirinhos como os territórios mais abundantes de açaí. Logo, estes territórios sobrepostos estão em constante conflito.

Essa parte daqui tem muito açaí, olha só, tem muita árvore com cacho. O problema aqui é que os pessoal não deixa. Ele quer apanhar açaí aqui, sabe porque tem muito. Esse pessoal da outra comunidade passa o tempo tudo assim, anda pelas mata apanhando açaí, caçando. Tem tempo daqui que a gente passa numa ponta dessa não tem nada, ele leva tudo o açaí. A gente já conversou com eles, aí eles diz que estão apanhando no terreno do P. [ribeirinho da comunidade Divino Espírito Santo], que fica de fundo pra esse lado. Sabe que ele remexe é tudo essa terra desse lado. Agora pra esses lado daqui eles não passa não (E. S. F., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Os comunitários da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros atribuíam o desrespeito dos seus territórios aos comunitários da Divino Espírito Santo, sendo culpados, em grande parte, pelo saque do açaí. Cabe salientar que o “pessoal de fora”, que reside na margem do rio Solimões extrai açaí no Braço da Terra Preta e no Braço dos Cordeiros. Além do mais, o “pessoal de fora” do lago Grande, município do Manaquiri, atuam na extração do açaí no Braço da Terra Preta.

Aqui atrás é só caminho, nessa época que está cheio eles chegam de canoa por trás do terreno. Esse pessoal não respeita nada, tem gente que passa semanas na mata apanhando açaí, ontem fui numa ponta de terra aí atrás e não tinha mais nada, a roubalheira é grande. Esse pessoal do outro braço apanha no meu terreno porque é perto, aí pra trás tem muito açaí, mas eles não querem, querem aqui que é perto (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

O pessoal do Divino são os responsáveis pela roubalheira de açaí no lago. Eles vêm através dos igarapés que ligam aquele braço ao nosso. Esse pessoal tem como profissão viver da natureza. Eles não planta, vivem da natureza, termina o açaí vão para o buriti, depois o peixe (M. L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Percebemos que existe uma rede de cooperação entre os comunitários da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros, excluindo a Divino Espírito Santo. Essa cooperação é configurada no controle do acesso aos territórios localizados no Braço do

Cururu, Braço da Terra Preta e Braço dos Cordeiros, inclui também as relações de ajuda mútua e as ações políticas de reivindicações aos serviços de educação e energia elétrica.

No passado, a abrangência da comunidade São Francisco do Cururu incluía os ribeirinhos do Braço dos Cordeiros. Alguns ribeirinhos mais antigos do Braço dos Cordeiros, como o proprietário de um mercadinho, relatam que foram os patriarcas fundadores da São Francisco do Cururu que convidaram os ribeirinhos do Braço dos Cordeiros, mais ou menos, 30 anos atrás e, por isso, nessa época eram apenas uma comunidade. A formação da comunidade São João dos Cordeiros se deu porque os bens comunitários atendiam apenas os ribeirinhos do Braço do Cururu. Contudo, os ribeirinhos das duas comunidades trabalham em cooperação, quase todos podem extrair o açaí nos Braços do Cururu e do Cordeiros.

Seu V. D. M., um ribeirinho antigo da Divino Espírito Santo diz que: “*antigamente que chegou primeiro foi a minha família. Depois esse pessoal do outro Braço [São Francisco do Cururu] chegou e começou a querer mandar. Teve briga com eles desde o início*”. Assim como seu V. D. M., muitos ribeirinhos afirmam que os comunitários da São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros estão proibindo a entrada nos açazais existentes nas mediações do Braço da Terra Preta, igarapés dos Cordeiros e do Palhal Grande. Os ribeirinhos da Divino Espírito Santo são contundentes quando enfatizam que os açazais não foram plantados pelos ribeirinhos das comunidades vizinhas, e que foram dados por Deus. Aliás, os ribeirinhos da Divino Espírito Santo mencionam que sempre extraíram nos açazais restringidos pelos vizinhos da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros.

### **3.4.2 PESCA**

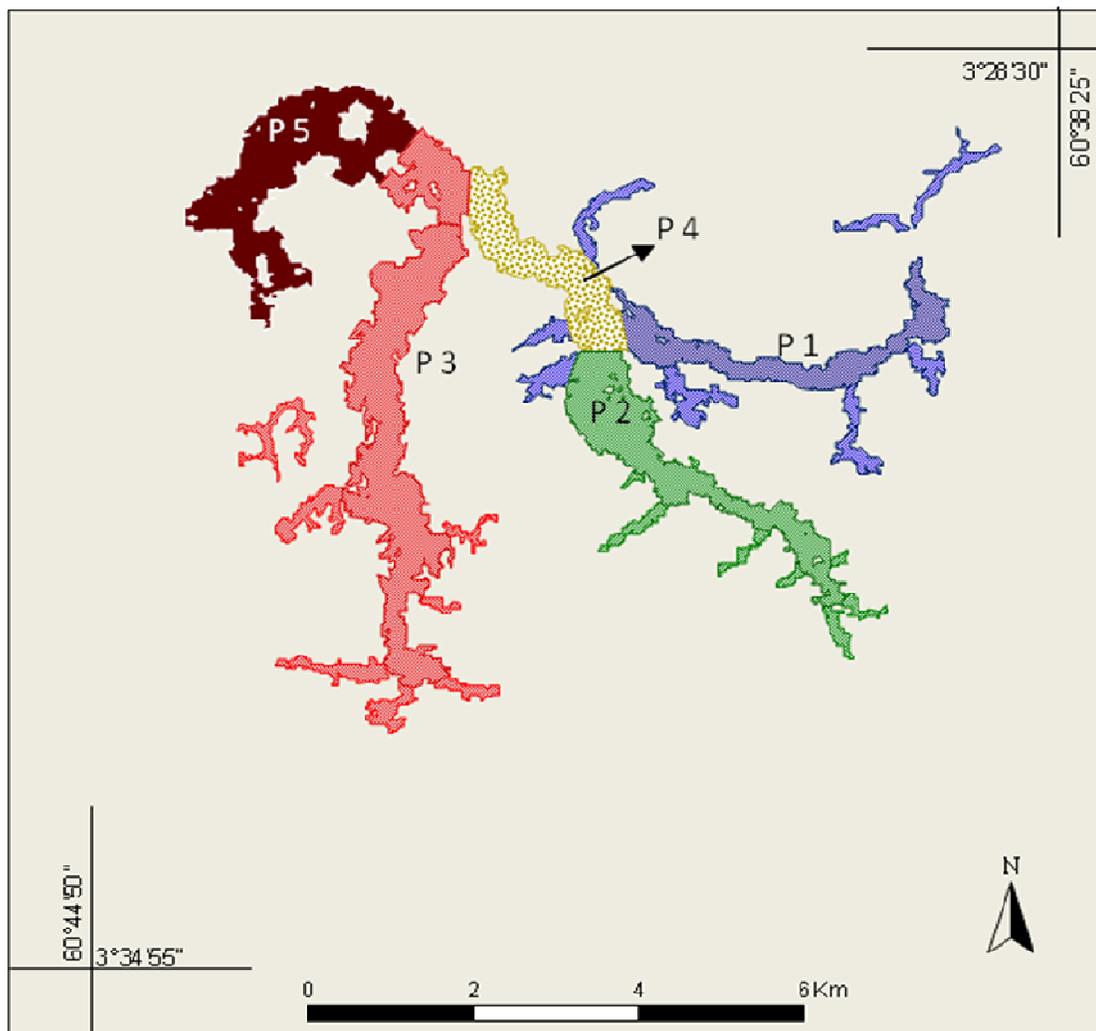
A questão da territorialidade pesqueira fornece elementos para a ampla discussão a respeito das propriedades de recursos, vistos como recursos comuns de acesso limitado, a

apropriação de territórios específicos pelos ribeirinhos determina a criação dos mecanismos que regulam o acesso.

A comunidade São Francisco do Cururu explorou as bases desses mecanismos revelando que existem diferentes formas de se garantir o acesso aos territórios. Os ribeirinhos têm se posicionado pelo controle do Braço do Cururu (P4) e do Braço da Terra Preta (P1), associados com os igarapés do Caetano, Vareta, Ovos, João, Miraaú, Adriano, Roça, Basílio, Curimatã e o poço do Cururu (**Figura 45**).

Os ribeirinhos da comunidade São João dos Cordeiros citam que os territórios de pesca mudam conforme a variação sazonal da água. Na estação da cheia, a pescaria é realizada no Braço dos Cordeiros (P2), estendendo-se aos igarapés da Velha, Meranda, Capitari, Boca da Primeira, Boca da Segunda, Boca da Terceira, Periquito, Boca da Vovó, Boca da Envira, Boca do Ari, Boca da Helena, Furrinho, Cobra, Laguinho, Taracuí, Cutia e Cordeiros. Durante a estação da seca, os corpos d'água diminuem o volume, sendo possível a captura do peixe no Braço do Cururu (P4), mas precisamente no chamado “poço” ou “poção do Cururu” (PC).

Na comunidade Divino Espírito Santo, os ribeirinhos pescam nos igarapés do Bolorenta, Miriti, Palhal Grande, Sumaúma, Bonifácio e Maria Dassa, no Braço do Divino (P3). Quando a água atinge seu nível mínimo, as pescarias são realizadas no repartimento (PR), pois a água garante a permanência de algumas espécies alvo da pesca, destacando o bodó (*Liposarcus dorsalis*).



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
P1	Média	São Francisco do Cururu	
P2	Alta	São João dos Cordeiros	
P3	Alta	Divinc Espírito Santo	
P4	Alta	São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros	
P5	Alta	Outras Localidades	

**Figura 45** – Delimitação dos territórios de pesca no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.

**FONTE:** Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006..

Percebemos claramente dois palcos de conflito que envolve o acesso e uso dos territórios de pesca, o primeiro envolve o “pessoal de fora”, numa referência tanto aos ribeirinhos da área urbana quanto aos ribeirinhos das comunidades que estão fora do lago Cururu; o segundo envolve os ribeirinhos das comunidades vizinhas. Os conflitos envolvendo o “pessoal de fora” aparecem desde os primeiros períodos de ocupação. No passado, os ribeirinhos eram vítimas da ação da pesca comercial que se espalhavam pelo lago Cururu.

A proposta de minimização do conflito entre ribeirinhos das comunidades do lago Cururu com o “pessoal de fora” deu-se através de um instrumento de gestão dos territórios, a figurar como o acordo de pesca (PORTARIA IBAMA N° 12 DE 2002). Esse instrumento foi elaborado em 1998 com apoio do *Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea da Universidade Federal do Amazonas – PYRÁ*, levando em consideração a dinâmica sazonal das áreas de várzea e a interdependência entre seus componentes naturais e sócio-culturais.

Atualmente, a portaria do acordo de pesca é utilizada para limitar acesso do “pessoal de fora” no lago Cururu. Essa ação aparece revelada no confisco dos apetrechos do “pessoal de fora” ou aliada às ameaças de denúncia ao órgão de fiscalização, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Para o “pessoal de fora” que mora na margem do rio Solimões, a portaria do acordo de pesca surgiu como um instrumento para legitimar o controle do lago Cururu pelos ribeirinhos das três comunidades que passaram a exercer uma ação coercitiva sobre o “pessoal de fora”.

O pessoal de fora era que mais explora esse lago. Pirarucu, peixe, caça, tudo, tudo, a exploração grande pelos pessoal de fora. A pessoa ia pedir deles e eles ficava valente e esse meu marido uma vez foi pedi pra eles sair, não saiu. Ele foi buscar a polícia, aí eles queria atirar o meu marido, jurou de atirar na cara do meu marido, aí ele sai uns tempo, mas daí ele voltou a perseguir. Quando vieram a turma do PYRÁ que a Drª Nídia, ela montou as reunião todinhas, eu dando o nome dos lago, passamos mais de ano fazendo esse serviço. Tudo que dava do alcance dele até o acordo entre a gente. Aí a gente começou a trabalhar tirar esses pessoal do nosso lago (Ele não tinha tempo de ver a família dele que morava lá pra fora e não vivia se alimentando bem, pegou anemia profunda, daí já virou a doença (L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Ao “pessoal de fora” é permitida à pescaria num determinado território, conhecido como Braço do Lago (P5). Restringe-se o acesso dos mesmos ao Braço do Cururu, Braço da Terra Preta, Braço dos Cordeiros e Braço do Divino que são controlados pelos comunitários. O “pessoal de fora” que adentra nos territórios de pesca das comunidades (P1, P2, P3, P4) sofrem a coerção dos ribeirinhos que se unem para confiscar os seus apetrechos e/ou expulsá-los. Os ribeirinhos utilizam o acordo de pesca para expulsar o “pessoal de fora”, mesmo que o acordo de pesca garanta ao “pessoal de fora” o direito da pescaria para o consumo, em qualquer parte da bacia do lago Cururu.

O acesso do “pessoal de fora” nos territórios de pesca (P1, P2, P3, P4 e P5) encontra resistência dos ribeirinhos das comunidades. A posição defendida é que o “o pessoal de fora” já tem acesso ao rio Solimões para suas pescarias durante todo o ano. Eles afirmam que o recurso da ictiofauna dos territórios de pesca (P1, P2, P3, P4 e P5) é suficiente apenas para os ribeirinhos das comunidades de dentro do lago Cururu.

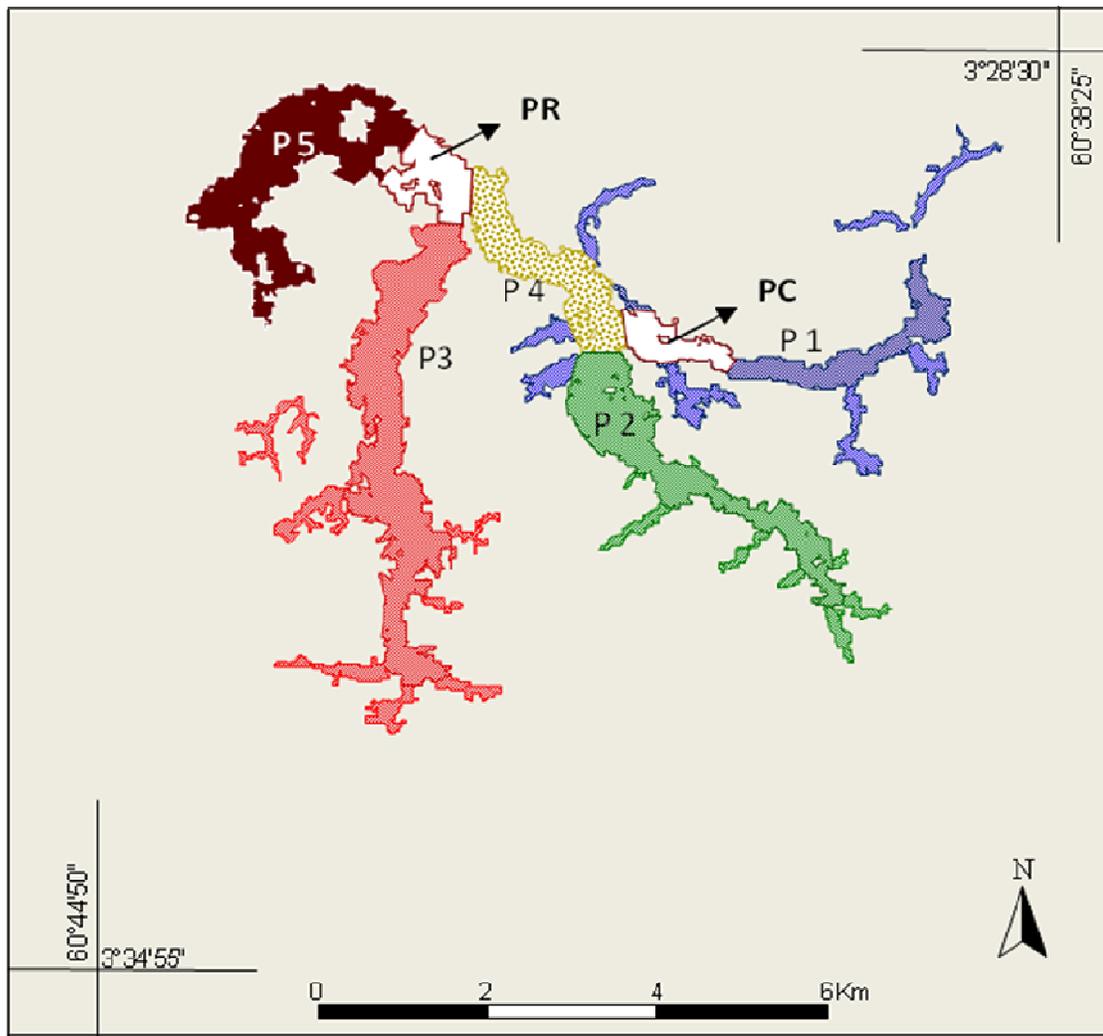
Em todas as vidas viveremos aqui com o peixe, mas nós nunca faltou, já teve muita fartura de pirarucu e outro de tambaqui. Agora depois que começou as invasões de fora, dos pessoal de fora invadir, que ficou meio difícil pra nós, mas antes disso era um lugar muito bom. Os meninos iam às vezes por ali tinham muita capivara, matava uma capivara, aí a gente passava semanas comendo aquele carnezinha, quando se enjoava o peixe. Era assim pra mim, foi um lugar muito bom, agora ele não tá muito legal pra mim não. Eu não to me dando com o problema do pessoal de fora querendo entrar aqui pro nosso lado, aí a gente fica sem comida deixando eles entrar, só que eles não tá mais satisfeita com os peixe que eles tem lá do rio [Solimões] (L. A. S., SÃO FRANCISCO DO CURURU, 2005).

Atualmente, os ribeirinhos atribuem um significado negativo à presença do “pessoal de fora”, normalmente relacionado à falta de peixe. Por isso, é proibida a entrada para limitar a presença deles na exploração dos seus territórios. Nesse contexto, é crescente o conflito que envolve o interesse do “pessoal de fora” que quer ter acesso aos recursos pesqueiros do lago.

Como vimos na seção, **Tempo dos nossos pais**, o lago Cururu foi sendo apropriado historicamente como território pelos ribeirinhos das comunidades São Francisco do Cururu e

Divino Espírito Santo, que estabeleceram restrições a esse território. Assim, houve o aparecimento de conflitos envolvendo o “pessoal de fora”, cujas idéias se baseavam na venda do pescado e direcionaram esforços no sentido de incorporar o lago Cururu como área da pesca comercial.

Percebemos que o segundo palco de conflito envolve apenas os ribeirinhos das comunidades de dentro do lago Cururu, exclusivamente em ocasião da seca. O Braço dos Cordeiros e o Braço do Divino se transformam em pequenos córregos, identificados como igarapés, que diminuem a presença da ictiofauna, reforçando a imagem de que os territórios de pesca são limitados nesta estação. Neste período, os peixes ficam confinados em corpos d’água cada vez menores, sendo capturados com bastante facilidade pelo fato de reduzir drasticamente a área com água, denominado pelos ribeirinhos de “poço” ou “poção”. A possibilidade do comprometimento da principal fonte de alimento faz com que os ribeirinhos das comunidades se organizem e dividam o lago Cururu em dois territórios de pesca: “poço do Cururu” (PC) e “poço do Repartimento” (PR) (**Figura 46**).



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
P1	Média	São Francisco do Cururu	
P2	Alta	São João dos Cordeiros	
P3	Alta	Divino Espírito Santo	
P4	Alta	São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros	
P5	Alta	Outras Localidades	

Figura 46 – Delimitação dos territórios de pesca na seca.

LGENDA: PR = Poço do repartimento e PC = Poço do Cururu.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

O conflito está relacionado com o controle do território de pesca do “poço do Cururu” (PC). O “poço do Cururu” é o ambiente mais abundante e mais freqüentado pelos ribeirinhos das comunidades São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros. É próximo da São Francisco do Cururu, e segundo L. J. A., presidente da comunidade, o “poço do Cururu” é um único ambiente com peixes para sobrevivência dos ribeirinhos. Provavelmente, seja o “poço do Cururu” o mais ricos em espécies, por ser mais profundo e de fácil acesso para os ribeirinhos.

Os ribeirinhos da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros têm se posicionado para que os ribeirinhos da Divino Espírito Santo assumam do “poço do Repartimento”, com objetivo de limitar o acesso deles no “poço do Cururu”. Os ribeirinhos da Divino Espírito Santo afirmam que o “poço do Repartimento” apresenta escassez de peixe.

A pesca no “poço do repartimento” possui algumas variáveis que interferem na captura dos peixes. Dentre estas se encontram a principal: a ausência do peixe. Os ribeirinhos afirmam que a seca influencia na dinâmica das espécies. Os peixes migram para o ambiente mais profundo do lago Cururu, o “poço do Cururu”, que permite a sobrevivência deles durante toda a estação da seca.

Segundo V. D. M., ribeirinho da Divino Espírito Santo, o “poço do Cururu” é melhor para a pescaria pois, o “poço do Cururu” demora mais para secar e os peixes vivem por mais tempo, conseqüentemente, eles encontram uma dificuldade imposta pelos ribeirinhos das comunidades da São Francisco do Cururu e da São João dos Cordeiros, acusam-nos de invadirem o “poço do Cururu”. No passado, os ribeirinhos da Divino Espírito Santo se alimentavam do peixe do “poço do Cururu”, que freqüentemente passou a ser controlado pelos ribeirinhos das comunidades vizinhas, que acusam os ribeirinhos da Divino Espírito Santo de venderem o peixe do “poço do Cururu”.

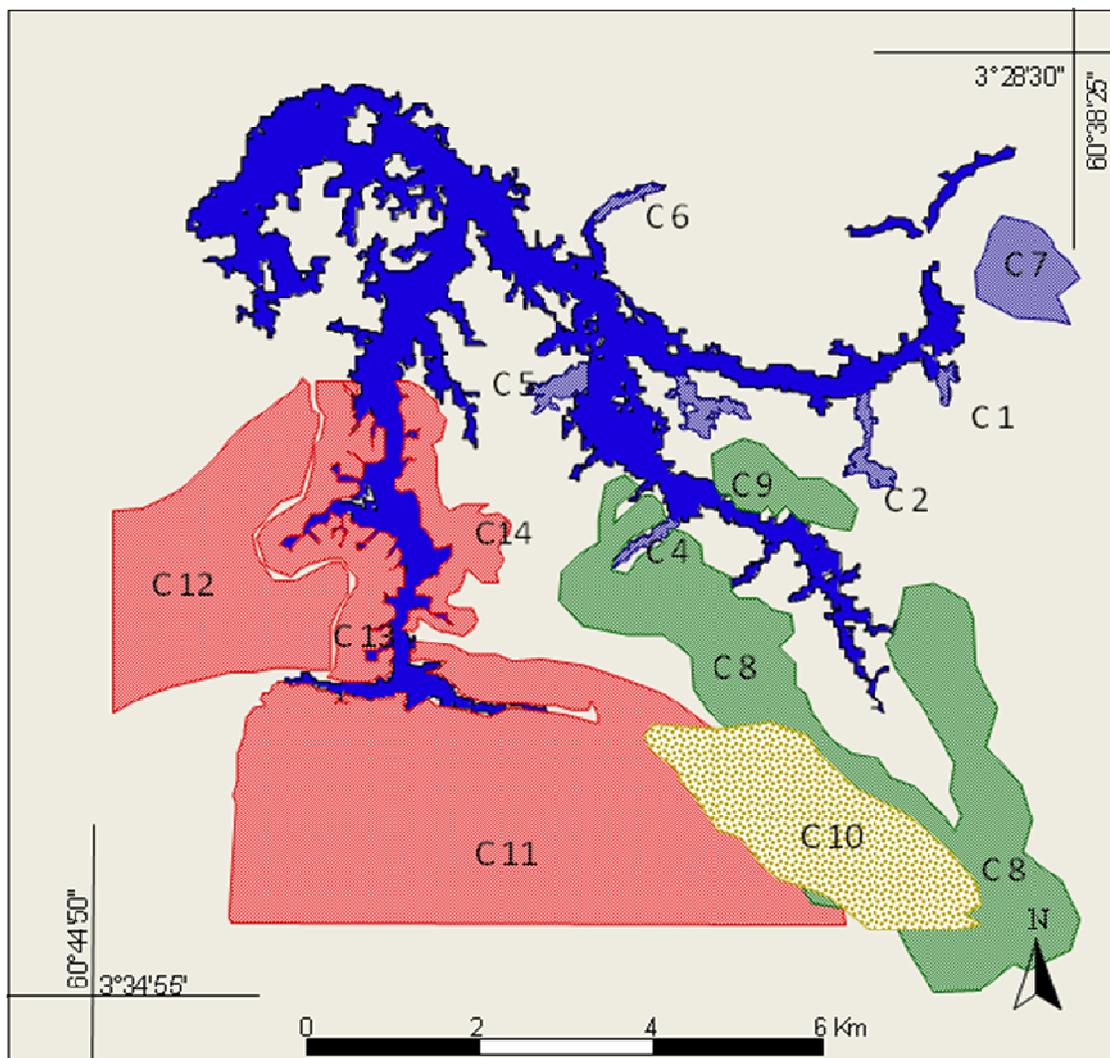
No primeiro anos da pesquisa, em 2005. Os ribeirinhos da São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros tomaram medidas mais enérgicas para o controle do “poço do Cururu”. Obstruíram os acessos ao Braço do Cururu com troncos de árvores flutuantes e, além disso, posicionaram ribeirinhos para vigiarem o “poço do Cururu”. O objetivo foi restringir o acesso dos ribeirinhos da comunidade Divino Espírito Santo e do “pessoal de fora”.

### 3.4.3 CAÇA

A caça é uma atividade exercida nas duas estações do ano, cheia e seca. As aves aparecem em abundância nas mediações dos corpos d’água, o que facilita o acesso dos ribeirinhos a outras fontes de proteína animal nas imediações de suas casas. A captura de paca, do tatu e do veado, embora encontrados somente na cheia, está relacionada aos territórios localizados na várzea alta. Outra característica desses animais é a presença mais acentuada nos territórios localizados na terra firme.

Podemos observar, na **figura 47**, que os territórios de caça dos ribeirinhos da São Francisco do Cururu estão situados no Braço da Terra Preta (C1, C2, C3, C4 e C5). A atividade da caça entre os ribeirinhos da São João dos Cordeiros é muito expressiva. Eles caçam nos territórios C8 e C9 localizados no ambiente de várzea. De tal modo, percebemos que o maior território de caça (C8) contorna o Braço dos Cordeiros. Neste último território, destacam-se, em abundância, os animais citados com mais frequência, são eles o tatu, paca, veado e caititu.

Os ribeirinhos da Divino Espírito costumam caçar em toda a extensão do Braço do Divino. Em alguns territórios de caça (C11, C13 e C14), a presença dos animais é também abundante, entretanto, a disponibilidade da caça é alternada (**Figura 47**).



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
C1, C2 e C7	Alta	São Francisco do Cururu	
C5	Média		
C3, C4 e C6	Baixa		
C8 e C9	Alta	São João dos Cordeiros	
C11, C13 e C14	Alta	Divino Espírito Santo	
C12	Baixa		
C10	Alta	São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo	

Figura 47 – Delimitação dos territórios de caça lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

Também é comum que os ribeirinhos da Divino Espírito Santo desenvolvam atividades de captura dos animais no território de caça (C8). Durante nossa permanência na comunidade São João dos Cordeiros, encontramos com ribeirinhos oriundos do Divino Espírito Santo caçando no território de caça (C8) da São João dos Cordeiros. Eles informaram que estavam caçando desde o igarapé do Palhal Grande, que fica localizado no Braço do Divino, percorreram toda a extensão dos territórios de caça (C11) atrás dos animais. Como não tiveram êxito na captura continuaram a busca até o igarapé dos Cordeiros.

Os ribeirinhos da São João dos Cordeiros não consideram a presença dos ribeirinhos vizinhos como uma ameaça aos seus territórios. Segundo o informante F. V. C., sempre encontram ribeirinhos da comunidade vizinha dentro dos territórios de caça de sua comunidade. Por este motivo, acabaram desistindo da idéia de expulsá-los, pois os animais caçados são da natureza, e além disso, uma atividade de caça pode começar nos territórios da Divino Espírito Santo (C11) e terminar no (C8) da São João dos Cordeiros.

Aquele pessoal que a gente encontro hoje, sabe da onde eles é? Lá do Bração, esse pessoal é assim, quando eles quer matar um bicho. Eles entra numa terra dessa até varrar do outro lado. Eles disse que tinha vindo no Bração, né? Eles vão sair lá no água branca perto do Igarapé dos Cordeiros. Eles não matar nada vão voltar por outra parage [lugar]. Eles vai passar o dia nisso, já perdeu o dia mesmo [...] Esses bicho meu irmão, mexe essas terra tudo, aí a trás é só cominho deles. Acho que ele tem casa é tudo essa ilha de terra. Se der a sorte mata um, né. Esse bicho é da natureza, não tem um dono não, o cidadão que tem fome vai atrás, né (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Em relação aos conflitos causados pelo uso do território de caça sobreposto, verificamos que, dos territórios existentes no lago, apenas um é reivindicado por duas comunidades (C10). Em relação a este território sobreposto, o mesmo não é considerado propriedade, nem individual e muito menos coletiva, mas aparece como mencionamos anteriormente como resultado do ordenamento territorial que surgiu com a formação das comunidades.

Neste caso, o acesso e uso dos territórios sobrepostos não resultam em conflito entre os ribeirinhos das comunidades, porque diferentemente dos territórios de açaí e de pesca, a caça é considerada um recurso que está em constante movimentação, para adquiri-la é necessário percorrer uma extensa área nos territórios, além do esforço e habilidade para sua captura.

Porém o conflito acontece quando o “pessoal de fora” avança nos territórios de caça dos ribeirinhos. O conflito pelo controle do acesso aos territórios de caça está relacionado também ao controle do acesso aos territórios de açaí, onde os ribeirinhos têm enfrentado, cada vez mais constante, o problema do saque por parte do “pessoal de fora”, em função da facilidade na aquisição de rabetas, que permite uma maior mobilidade.

#### **3.4.4 MADEIRA**

No lago Cururu, a atividade da extração de madeira está representada pelos territórios localizados no Braço da Terra Preta, Braço dos Cordeiros e Braço do Divino, sendo dividido em diversos territórios (**Figura 48**).

Nas comunidades São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros, a madeira não é extraída para venda, mas sim para construção de casas, cercas, galinheiros, marombas, pontes e distintas benfeitorias dos ribeirinhos. Esta atividade é realizada somente pelos homens que costumam retirar as árvores próximas dos corpos d’água.

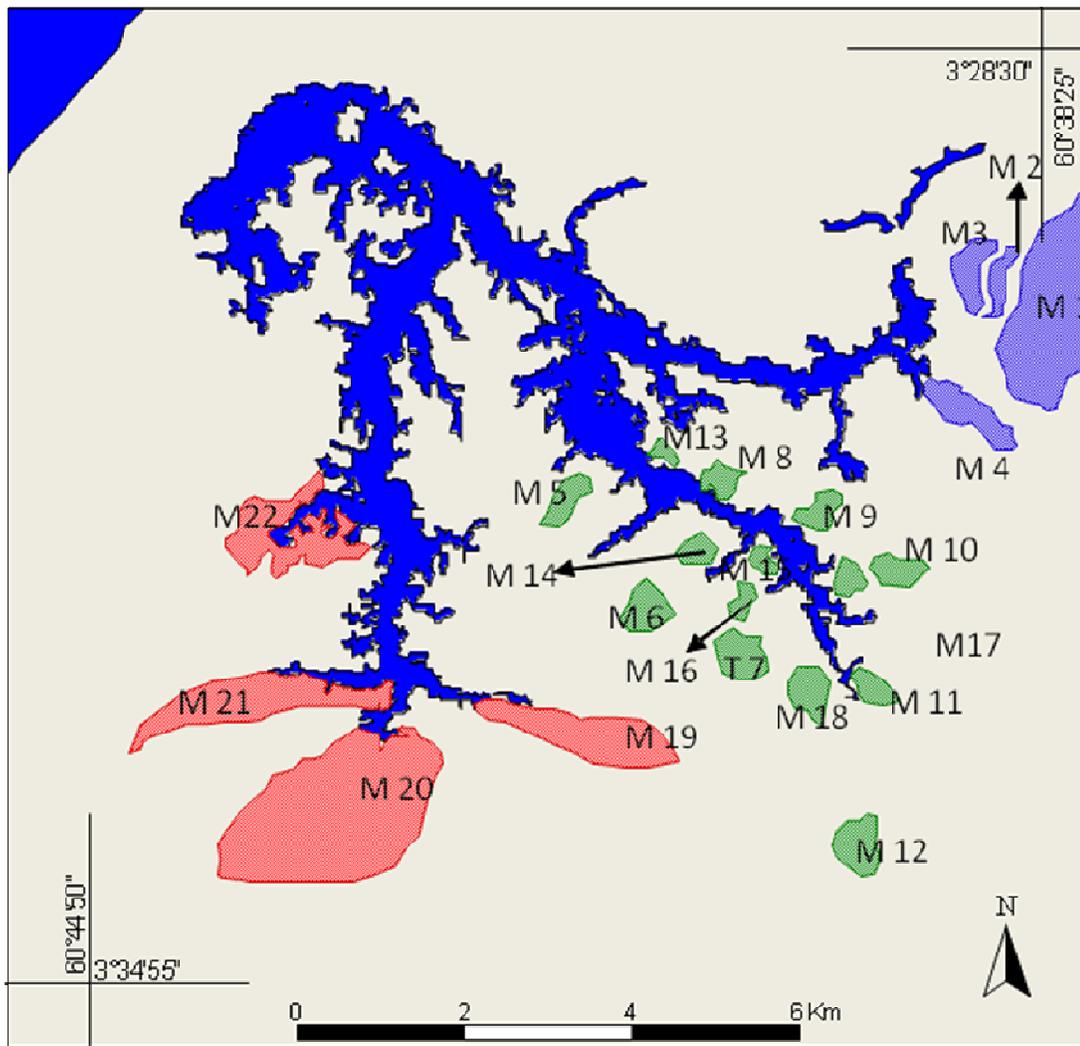
A madeira é concebida como recurso natural em abundância, onde os ribeirinhos da São Francisco do Cururu extraem no Braço da Terra Preta (M1, M2, M3 e M4) e da São João dos Cordeiros extraem madeira no Braço dos Cordeiros (M5, M6, M7, M8, M9, M10, M11, M12, M13, M14, M15, M16, M17 e M18). Os cortes das árvores nos dois braços acima são feitos mediante a autorização dos ocupantes. Raramente algum dinheiro é utilizado na transação comercial entre as duas comunidades.

Na hora que eu precisar de uma varra [madeira] aqui no terreno do companheiro, primeiro eu chego lá e peço dele, com certeza ele me arranja. Assim, ele pode chegar ao meu, qualquer uma pessoa dessas [da comunidade] se a gente chegar lá precisando de uma madeira que eles concede pra gente. Ano passado teve um pessoal [da comunidade Divino Espírito Santo] que entrou aqui e não pede, mas isso é fácil de resolver isso aí. Às vezes é pessoa que não é comunitário, porque quem é comunitário ele está sabendo como é que é as regra (F. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2007).

Entretanto, há casos em que os ribeirinhos vendem madeira para ganho monetário. Encontramos um ribeirinho da comunidade Divino Espírito Santo serrando caibro próximo do igarapé dos Cordeiros para construção da casa do seu irmão, atividade que gerou um ganho de R\$ 30,00 (trinta reais) pela realização do trabalho.

Esse madeirame é pra casa do meu irmão. Tem pouca madeira pra serrar porque a casa dele é pequena. Agora madeira tem muito aqui. Qualquer igarapé desse que tu entra tem madeira que serve pra construção de casa. Que sempre usa madeira é o pessoal do seu A. que faz remo pra vender. Agora o resto mesmo é só pra fazer esses tapirzinho (M. S. Z., DIVINO ESPÍRITO SANTO, 2006).

Os ribeirinhos da Divino Espírito Santo afirmam que extraem madeira no entorno do Braço do Divino (M19, M20, M21 e M22), que não existe confusão com os ribeirinhos da o São Francisco do Cururu e São João dos Cordeiros. Existem ribeirinhos que extraem madeira e atuam diretamente nas mediações do Braço do Divino. Segundo V. D. M., tem muita madeira no lago Cururu, os ribeirinhos trabalham por mais tempo na estação da seca, conseqüentemente, elas encontram uma quantidade maior das árvores fora d'água. Assim, quando o lago começa a encher, a subir, facilita o transporte da madeira extraída.



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
M1, M2, M3 e M4	Média	São Francisco do Cururu	
M6, M7, M8, M9, M10, M11 e M12	Alta	São João dos Cordeiros	
M5, M13, M14, M15, M16, M17 e M18	Média	São João dos Cordeiros	
M20	Alta	Divino Espírito Santo	
M19	Média		
M21 e M22	Baixa		

**Figura 48** – Delimitação dos territórios de madeira no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.

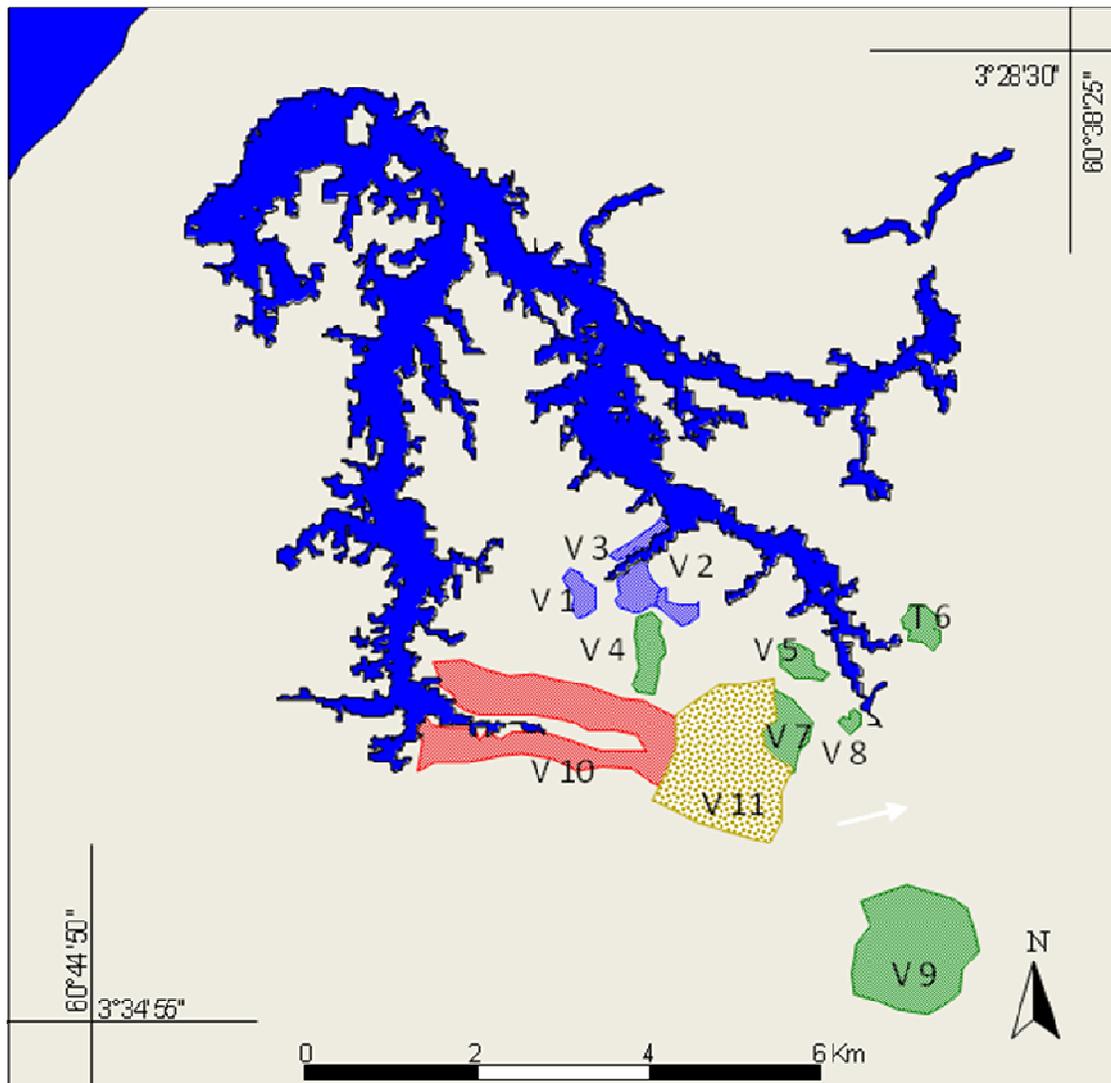
**FONTE:** Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

Quanto às restrições do acesso aos territórios de madeira, segundo os ribeirinhos da São João dos Cordeiros, é durante a estação da cheia. Nessa época, a quantidade de água expande os ambientes aquáticos, o que permite o acesso dos ribeirinhos a esses territórios.

A informação quanto à ausência de conflito foi a seguinte: Durante a estação da seca encontra-se uma maior possibilidade do corte da madeira, porém o transporte acontece somente na estação da cheia. Como os territórios de madeira estão situados nas mediações dos Braços, qualquer tentativa de extração nos territórios da comunidade vizinha é percebida.

### **3.4.5 PALHA**

A palha (*Athalea* sp.) é bastante usada na cobertura de construções das casas de moradia e de farinha. As palhas são retiradas pelos ribeirinhos da São Francisco do Cururu nos territórios (V1, V2 e V3) localizados no Braço dos Cordeiros. Os territórios de palha considerados relevantes na percepção dos ribeirinhos da São João dos Cordeiros estão localizados no Braço dos Cordeiros (V4, V5, V6, V7 V8 e V9). Divino Espírito Santo é a comunidade onde os ribeirinhos utilizam os territórios (V10 e V11) fixados no igarapé do Palhal Grande (**Figura 49**).



Território	Intensidade	Localidade	Legenda
V1, V2 e V3	Média	São Francisco do Cururu	
V5, V6, V8 e V9 V4 e V7	Média Baixa	São João dos Cordeiros	
V10	Alta	Divino Espírito Santo	
V11	Alta	São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo	

Figura 49 – Delimitação dos territórios de palha no lago Cururu, indicando o acesso das comunidades.

FONTE: Oficina de mapeamento participativo realizado na comunidade São João dos Cordeiros em 2006.

Em relação à extração de palha, observamos que não existem conflitos envolvendo o território sobreposto (V11), uma vez que a extração ocorre apenas para atender a demandas, como a cobertura da moradia ou da casa de farinha. Como a palha não tem valor de mercado e a sua presença é abundante nos territórios de extração, o acesso ao recurso é permitido a qualquer residente da comunidade.

O pessoal não briga por palha não. Sabe com que eles briga? Eles briga é pelo açaí e pelo peixe. Esse pessoal daqui quer o peixe lá do poço, sabe por que? É, naquele poço que o peixe tudinho vai se esconder quando tá seco. Aí quando tá cheia, ele sai correndo esses terra dos Cordeiros atrás do açaí, esses tem briga, agora a palha. A palha eles dá é pra quem quiser pega. Tem muitos palhal aqui. Qualquer comunidade dessa tem muito palhal. Tem gente que vem lá de fora tirar palha aqui. Porque aqui tem muito. Se todo o pessoal de fora vier tirar palha aqui, ainda sobra é muito. Ele não pra quem quiser, elas serve só pra cobrir a casa de farinha, só que tem casa de palha aqui é o Luca, seu Marco, Mazinho, o Quinho (N. V. C., SÃO JOÃO DOS CORDEIROS, 2006).

Quanto aos ganhos provenientes da retirada da palha, averiguamos que ocorrem ocasionalmente quando um ribeirinho não tem força de trabalho disponível para a execução. Então, contratam-se os serviços dos homens solteiros, mas não representa uma fonte de renda suplementar.

O acesso a esses territórios pelos ribeirinhos ocorre para que possa haver continuidade nas formas de reprodução social do modo de vida. A delimitação dos territórios não pode ser vista apenas como o significado de luta pelos recursos naturais, mas também está relacionada à sobrevivência dos modos de vida dos ribeirinhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de compreendermos como é firmada a vida dos ribeirinhos das comunidades do lago Cururu, procuramos mostrar que o processo de territorialidade é resultado do conhecimento local na apropriação dos recursos naturais, estabelecendo também as condições de trabalho dos grupos domésticos. Além disso, procuramos descrever as formas de acesso e uso dos territórios, no sentido de percebermos as relações sociais subjacentes às formas de apropriação dos recursos naturais.

É possível percebermos que o conhecimento local sobre o uso dos recursos, como parte da territorialidade, permite identificar os melhores ambientes para o desenvolvimento das práticas produtivas. Desse modo, torna-se fundamental para entender o modo de vida ribeirinha, o mapeamento da ocorrência e distribuição dos recursos naturais existentes na *Floresta de trabalho*, *Terra de trabalho* e *Água de trabalho*. É este conhecimento que constitui a forma de construção e distinção dos territórios.

O ribeirinho tem maior facilidade em falar do tempo ecológico em relação às atividades produtivas que executam, ao invés de falarem abstratamente em números. O desenvolvimento das práticas produtivas é influenciado pelo tempo da natureza que orienta na apropriação dos recursos naturais na área estudada.

O processo de ocupação do lago Cururu se dá primeiramente pela existência de terras disponíveis e recursos naturais. É que as formas de acesso aos recursos naturais se dão a partir da constituição das comunidades, à base das relações sociais entre os indivíduos e as comunidades. Vimos também que os ribeirinhos se apropriaram de diferentes recursos naturais extrativos para a reprodução social do seu modo de vida.

A apropriação dos recursos naturais da *Floresta de trabalho*, *Terra de trabalho* e *Água de trabalho*, relaciona-se diretamente com o conhecimento local do ribeirinho, que

define as formas de apropriação dos recursos naturais e do desenvolvimento do trabalho quando age sobre a natureza.

Os ribeirinhos se caracterizam pela polivalência das atividades agrícolas e extrativas, configura-se como um importante referencial para as múltiplas formas de apropriação dos recursos naturais. Castro (1997) confirma isso, dizendo que o modo de vida dos ribeirinhos tem sido baseado na estratégia combinada de uso de diferentes recursos.

Constatamos que as atividades agrícolas e extrativas estão imbricadas com finalidades de subsistência e/ou comercialização dos recursos naturais. Constatamos que o extrativismo vegetal constitui, um dos modos de vida mais relevante do ponto de vista econômico dos ribeirinhos.

Destacamos que os ribeirinhos estabeleceram uma territorialidade durante o curso de ocupação do lago Cururu, justamente pelas relações sociais que regulamentaram as formas de acesso e uso dos territórios. Procuramos considerar que o processo de constituição das comunidades permitiu uma divisão de territórios nitidamente diferenciados, considerados exclusivos pelos seus ocupantes.

O que determina o acesso dos ribeirinhos aos territórios são as relações de parentesco, territorialidade e vizinhança existentes na comunidade. De fato, as relações sociais enquanto instâncias diferenciadas que regulamentam o acesso aos territórios, de modo a orientar a conduta das ações dos ribeirinhos na apropriação dos recursos naturais, asseguram o pertencimento dos ribeirinhos a uma determinada comunidade e territórios determinados.

Com relação às formas de acesso aos territórios, a ação dos ribeirinhos se configura no uso comum e no uso privado. Os territórios de uso privado apareceram nas roças e nas áreas no entorno das casas, o que os torna inacessíveis a outros grupos domésticos. Nessa situação, os territórios de uso comum é uma área bastante expressiva, como já foi mencionado

nas seções anteriores, os territórios possuem regras sociais exercidas pela coletividade que define sua territorialidade nos meandros das relações sociais das comunidades do lago Cururu.

O maior problema associado aos territórios de uso comuns, onde os ribeirinhos defendem o acesso exclusivo, são aquelas áreas sobrepostas em que os recursos naturais são apropriados por mais de uma comunidade. Não acreditamos que o conflito entre as comunidades do lago tome uma dimensão crescente para aqueles grupos domésticos, mas apenas uma forma de regulamentação da apropriação dos recursos naturais e do acesso aos territórios. Com relação aos forasteiros que já exploram atualmente, por um período determinado, a atitude das comunidades será de limitarem aos poucos o acesso dos mesmos ao lago Cururu.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. C. R.; MARINHO, H. A. **Amazônia brasileira**: aspectos geográficos e históricos. Manaus: EDUA, 1999.

ALENCAR, E. F. Políticas Públicas e (in) Sustentabilidade Social: o caso de comunidades de várzea no Alto Solimões, Amazonas. In: LIMA, D. **Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectiva para o desenvolvimento sustentável. Manaus: IBAMA/PROVÁRZEA, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, castanhais do povo, faxinais e fundo de pastos**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA, 2006.

ANDERSON & LORIS. A Lógica do Extrativismo: manejo dos recursos naturais e geração de renda por produtores extrativistas no estuário amazônico. In: Diegues, A. C. S.; Moreira, A. C. C. **Espaços de Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

AYRES, J. M. **As Matas de Várzea do Mamirauá**: médio rio Solimões. 2. ed. Brasília: Cnpq; Tefé: SOCIEDADE CIVIL MAMIRAUÁ, 1995.

BATISTA, V., FABRÉ, N. N. A Pesca e o Peixe na Várzea: espaços, conflitos e conservação. In: RIBEIRO, A. M.; FABRÉ, N. N. (Org.). **Sistemas Abertos Sustentáveis**: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia. Manaus: EDUA, 2003.

BEGOSSI, A. Resiliência e Populações Neotradicionais: os Caiçaras (Mata Atlântica) e os Caboclos (Amazônia, Brasil). In: Diegues, A. C. S.; Moreira, A. C. C. **Espaços de Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

BRITTO, R. C. C. **Modernidade e Tradição**: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ. Niterói: EDUFF, 1999.

CALVENTE, M. D. C. M. H. et. al. Caiçaras, mestres, professores e turistas: a resistência da territorialidade em um processo de transformação do território. In: DIEGUES, A. C. S (Org.). **Enciclopédia Caiçara**. Volume 1, São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/CEC/USP, 2004.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. 7ª. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CANTO, S. A. E. **Processo Extrativista do Açaí**: contribuição da ergonomia com base na análise postural durante a coleta dos frutos. 2001. 114 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção): Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do Antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.

CASTRO, A. O extrativismo do Açaí na Amazônia Central. In: EMPERAIME, L. (Org.) **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: EDUSP, 2000.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E; PINTON, F (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUSP/UFPA/NAEA, 1997.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DAMATTA, R. A. **Relativizando: uma introdução a antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987

DIEGUES, A. C. S. **A Pesca Construindo Sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

ESTUPIÑÁN, G. M. B. **Dinâmica da pesca de subsistência e fatores causais de variação no poder de pesca de ribeirinhos em sistemas lacustres do Baixo rio Solimões, Amazonas, Brasil**. 2002. 86 f. Dissertação (Mestrado em Biologia de Água Doce e Pesca Interior) Manaus: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

FISCHER, C. F. A. Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. In: **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil**. Brasília, 1997.

FURLAN, Sueli. A. *Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental* (situação do Parque estadual na Ilha de São Sebastião – SP). Dissertação (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do Rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FUTEMMA, C. Uso e Acesso aos Recursos Florestais: os caboclos do Baixo Amazonas e seus atributos sócio-culturais. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. **Sociedades Caboclas Amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

FRAXE, T. J. P. **Homens Anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. Fortaleza: Annablume, 2000.

GARCIA Jr., A. **Terra de trabalho**: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, C. O Senso Comum como Sistema Cultural. In: **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GODELIER, M. A Parte Ideal do Real. In: CARVALHO, E. A (Org.). **Godelier**: antropologia. São Paulo: Ática, 1981.

\_\_\_\_\_. Economia e Sociedade. In: CARVALHO, E. A. (Org.). **Godelier:** antropologia. São Paulo: Ática, 1981.

\_\_\_\_\_. Infra-Estrutura e História. In: CARVALHO, E. A. (Org.). **Godelier:** antropologia. São Paulo: Ática, 1981.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LANG, A. B. S. G. (Org.). História Oral: procedimentos e possibilidades. In: **Desafio da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: CERU, 2001.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 16 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LEONEL, M. **A morte social dos rios**: conflito, natureza e cultura na Amazônia. São Paulo: Perspectiva/ IAMÁ/ FAPESP, 1998.

LESCURE, Jean-Paul. Algumas questões a respeito do extrativismo. In: EMPERAIRE, L. **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. A Ciência do Concreto. In: **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

LIMA, D. M. A economia doméstica em Mamirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. **Sociedades Caboclas Amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, D; ALENCAR, E. Histórico de ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do médio Solimões. In: TORRES, H.; COSTA, H. (Org.). **População e meio ambiente**: debates e desafios. São Paulo: SENAC, 2000.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, Rio de Janeiro, 2003. 251-290 p.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestre & Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: annablume, 1993.

MAUSS, M. 1979. Estudo sobre as variações sazonais entre os Esquimós. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Edusp, 1979.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MEGGERS, B. **Amazônia**: a ilusão de um paraíso. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1987.

MELO, L. A. S. **Potencialidade agrícola das terras da Amazônia Ocidental**. Manaus: Suframa/INPA/Embrapa, 1979.

MORÁN, E. F. **A Ecologia das Populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

NERY, A. C. Traços da tecnologia pesqueira de uma área de pesca tradicional na Amazônia – Zona do Salgado – Pará. In: SILVEIRA, I. M. et al. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: MPEG, volume 11 (2), 1995.

NEVES, D. P. Os agricultores de várzea no Médio Solimões: condições socioambientais de vida. In: LIMA, D. (Org.). **Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectiva para o desenvolvimento sustentável. Manaus: IBAMA/PROVÁRZEA, 2005.

NODA, H; NODA, S. N. Produção Agropecuária. In: **Amazônia**: uma perspectiva interdisciplinar de educação Ambiental. Brasília: MMA/IBAMA, 1994.

\_\_\_\_\_. et. al. O trabalho nos sistemas de produção de agriculturas familiares na várzea do Estado do Amazonas. In: NODA, H. et. al. **Dois décadas de contribuições do INPA à pesquisa agrônômica no trópico úmido**. Manaus: INPA, 1997.

\_\_\_\_\_. et. al. Uso Comum dos recursos naturais. In: Diegues, A. C. S.; Moreira, A. C. C. **Espaços de Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2001.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E.; JUNK, W. J.; SCHUBART, H. O. R.; OLIVEIRA, A. E. (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983.

PANTOJA, M. C. A Várzea do Médio Amazonas e a Sustentabilidade de um Modo de Vida. In: LIMA, D. (Org.). **Diversidade Socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectiva para o desenvolvimento sustentável. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2005.

PINTO, E. R. F. **Os Trabalhadores da Juta: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples do Médio Amazonas**. 1982. 171 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia, Política e Sociologia). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PINTON, F.; EMPREIRAIRE, L. A farinha de mandioca, um elo dos sistemas extrativistas. In: EMPREIRAIRE, L. (Org.) **A floresta em jogo**: o extrativismo na Amazônia Central. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

PORRO, A. **O Povo das águas**: Ensaio de Etno-história Amazônica. São Paulo: Edusp, 1998.

POSEY, D. A. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Darcy (Ed.). **Suma Etnológica Brasileira**. 3. ed. Belém: UFPA, Volume 1, 1997.

RIBEIRO, A. M; FABRÉ, N. N. Diversidade Amazônica: ocupação e uso dos ambientes de várzea. In: **Sistemas Abertos Sustentáveis**: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia. Manaus: EDUA, 2003.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SERVICE, E. R. **Os caçadores**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SMITH, N. J. H. **A pesca no rio Amazonas**. Manaus: INPA, 1979.

SOBREIRA, T. et. al. **Manejo de Recursos Pesqueiro no Médio Rio Negro**. Manaus: EDUA, 2006.

SOUSA, K. N. S. **O rendimento pesqueiro em sistemas lacustres da Amazônia Central**. 2000. 65f. Dissertação (Mestrado em Biologia de água Doce e Pesca do Interior). Manaus: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia.

SIOLI, H. The Amazon and its main affluents: Hydrography, morphology of the river courses, and river types. P 127-166. *In: The Amazon limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin*. The Hague, W. Junk Publications, Netherlands, 1984.

STERNBERG, H. O'Reilly. **A água e o homem na Várzea do Careiro**. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

THIBAU, C. E. **Produção sustentada em floresta: conceitos e tecnologias, biomassa energética, pesquisa e constatação**. Belo Horizonte, 2000.

WAICHMAN, A. V.; NINA, N. C. S. A Prática Agrícola dos Ribeirinhos: "modernidade e vulnerabilidade. In: RIBEIRO, A. M; FABRÉ, N. N. (Org.). **Sistemas Abertos Sustentáveis**: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia. Manaus: EDUA, 2003.

WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

WITKOSKI, A. C. **Terras, Florestas e Águas**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1970.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: Colonos do Sul Sitiantes do Nordeste. São Paulo: HUCITEC; Brasília: EDUNB, 1995.

WOORTMANN, E. F; WOORTMANN, K. **O Trabalho da Terra**: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: EDUNB, 1997.

## APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA**

**Formulário da Pesquisa: VIDA RIBEIRINHA NO LAGO CURURU:  
TERRITORIALIDADE, FORMA DE APROPRIAÇÃO E USO DOS TERRITÓRIOS  
NO BAIXO SOLIMÕES (AM).**

**Orientador:** Dr. Antonio Carlos Witkoski.      **Mestrando:** Cloves Farias Pereira.

Identificação do Entrevistado:

Nome: .....

Idade: .....

Data da aplicação: ...../...../.....

Número de pessoas na família:

Grupo de idade	Na casa		Fora		Agregado	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0 a 4 anos						
5 a 9 anos						
10 a 14 anos						
15 a 19 anos						
20 a 24 anos						
25 a 29 anos						
30 a 34 anos						
35 a 39 anos						
40 a 44 anos						
45 a 49 anos						
50 a 54 anos						
55 a 59 anos						
60 a 64 anos						
65 a 69 anos						
70 ou mais						

**DADOS DA PROPRIEDADE**

Área total: \_\_\_\_\_

Área de várzea: \_\_\_\_\_ Área de terra firme: \_\_\_\_\_

**Formas de apropriação da terra:**

Proprietário: \_\_\_\_\_ Desde quando: \_\_\_\_\_

Posseiro: \_\_\_\_\_ Desde quando: \_\_\_\_\_

Arrendatário: \_\_\_\_\_ Desde quando: \_\_\_\_\_

De que arrenda: \_\_\_\_\_ Qual a área arrendada: \_\_\_\_\_

**EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**

Instrumento/Máquinas/Equipamento	Formas de Uso	A quem pertence

**P:** própria; **A:** alugada; **E:** emprestado; **F:** familiar e **C:** comunitário.













## CRIAÇÃO DE ANIMAIS

índice	Galinha	Pato	Suíno	Bovino	Caprino	Carneiro					
Quantidade											
Finalidade											
Local de criação (várzea ou terra firme)											
Sistema de produção (extensivo/intensivo)											
Tipo de alimentação											
Instalações											
Manejo na seca											
Produção Média											
Uso dos resíduos (Qual? Pra que?)											
Quem participa											
Quantidade Vendida											
Quantidade Consumida											
Formas de venda											
Valor											

F: venda direta na feira ou ao consumidor; P: patrão; V: troca com os vizinhos; T: troca com outras comunidades; O: outros (especificar)





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM**

**Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA**

**Formulário da Pesquisa: VIDA RIBEIRINHA NO LAGO CURURU:  
TERRITORIALIDADE, FORMA DE APROPRIAÇÃO E USO DOS TERRITÓRIOS  
NO BAIXO SOLIMÕES (AM).**

**Orientador:** Dr. Antonio Carlos Witkoski.

**Mestrando:** Cloves Farias Pereira.

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**Data da entrevista:**

1. Qual é o seu nome?
2. Qual o nome desta localidade? Por que?
3. Qual o local de moradia de seus pais? Por que ele morava lá?
4. Qual o local da sua última moradia? Por que morava e quanto tempo morou lá?
5. O que fazia lá [*plantava, criava, extraia – pescava, caçava, coletava*]?
6. Há quanto tempo o senhor mora aqui? É bom morar aqui? Por que?

7. Por que o senhor veio morar aqui [*não tinha propriedade da terra, terra muito pequena, veio com a família, propaganda ou incentivo do governo, investigar sobre as potencialidades do lugar*]?
8. Como era aqui quando o senhor chegou [*descrição qualitativa do lugar*]?
9. Que famílias moravam aqui quando o senhor chegou? Quantas permanecem aqui ainda hoje? Por que essas famílias ficaram aqui?
10. Quando o senhor chegou aqui, qual era a atividade que mais rendia lucros para o senhor?
11. O senhor costuma pescar muito? Por que [*pescava só para subsistência ou também comercializava*]?
12. E a agricultura, o senhor plantava muito? O que o senhor plantava [*praticava só para subsistência ou também comercializava*]?
13. O senhor criava animais [*gado bovino, galinha, pato, porco, caprino etc.*]? Por que?
14. E o senhor tirava produtos da floresta [*madeira, açai, buriti, tucamã, castanha etc.*]? Sim/não. Por que? O senhor usava ou vendia? Para quem vendia [*ganhava um bom dinheiro*]
15. Quais são as atividades [*agricultura, criação e extrativismo (vegetal e animal)*] que o senhor mais desenvolve hoje? Por que [*considerar a subsistência e a comercialização*]?
16. O senhor trabalha sozinho ou com a família [*considerar as atividades de subsistência e/ou comercialização*]? Por que?
17. Existe algum trabalho que o senhor gosta de fazer sozinho? Sim/não. Por que?

18. Daquilo que o senhor e sua família produz, o que senhor mais vende? Para quem?  
Como ele paga o senhor? Isso é bom para o senhor?
19. Nessa época do ano [*seca*], quais são as atividades que o senhor e sua família mais fazem [*plantam, colhem, pescam, caçam etc.*]? Por que?
20. Para o senhor, qual é a importância do lago na melhoria da terra que você usa para a agricultura [*cheia na fertilização*]?
21. O senhor acha melhor trabalhar aqui na cheia ou na seca? Por que?
22. Qual a importância da floresta [*de várzea e/ou terra firme*] para o senhor? Elas são boas para se trabalhar? Por que?
23. O senhor prefere coletar produtos na floresta de várzea ou na floresta de terra firme? Por que?
24. Qual a importância da água do lago para o senhor? Você prefere a água barrenta ou preta? Por que?
25. O senhor acha melhor morar aqui hoje ou quando o senhor chegou [*tinha mais caça, peixe, frutos etc.*]? Por que?
26. O senhor acha que hoje tem mais caça, mais peixe, mais frutos? Sim/Não. Por que?
27. De quem é a culpa da diminuição dos peixes, frutos aqui do local? Por que?
28. O que o senhor e sua família tem feito algo para mudar essa situação?
29. O senhor ou sua família tem algum parente ou compadre morando no lago?  
Sim/Onde/Por que? Não/Por que?
30. O senhor ou a sua família faz algum tipo de trabalho com outras pessoas da comunidade [*mutirão, troca de dia, meia*]? Sim/não. Por que?

31. O senhor costuma se reunir com os seus parentes ou vizinhos [*esfera da vida na comunidade*]? Sim/não. Por que?
32. O senhor e/ou sua família participa de alguma associação [*investigar as várias associações*]? Sim/não. Por que?
33. Quem planeja as atividades de sua propriedade [*o senhor sozinho, o senhor e sua mulher, o senhor, sua mulher e seus filhos*]?
34. E quem costuma executar o que foi planejado? Por que?
35. O senhor paga diária para alguém? Sim/não. Por que? Quanto e como paga?
36. O senhor ou alguém de sua família já recebeu ou recebe diária? Sim/não. Por que? Quanto e como?
37. O senhor pesca junto com alguém? Sim/Quem/Por que? Vocês dividem? Como? Não/Por que?
38. O senhor caça junto com alguém? Sim/Quem/Por que? Vocês dividem? Como? Não/Por que?
39. O senhor coleta produtos na floresta junto com alguém? Sim/Quem/Por que? Vocês dividem? Como? Não/Por que?
40. O senhor trabalha na roça com alguém? Sim/Quem/Por que? Vocês dividem? Como? Não/Por que?

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)